

Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Doutorado em Linguística

**Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos  
oracionais finitos e infinitivos**

Poliana Camargo Rabelo

Brasília  
2010



Universidade de Brasília  
Instituto de Letras  
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Doutorado em Linguística

**Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos oracionais  
finitos e infinitivos**

Poliana Camargo Rabelo

Tese submetida ao Departamento de Linguística, Português e Línguas  
Clássicas da Universidade de Brasília, para satisfação parcial dos  
requisitos para obtenção do grau de

DOUTOR EM LINGUÍSTICA

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Heloisa Maria Moreira Lima Salles (Presidente)  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Esmeralda Vailati Negrão (Membro)  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Cristina Figueiredo-Silva (Membro)  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Enilde Leite de Jesus Faulstich (Membro)  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Helena da Silva Guerra Vicente (Membro)  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rozana Reigota Naves (Suplente)



À Sofia



## AGRADECIMENTOS

Em especial, à professora Lucia Lobato (*in memoriam*), à professora Heloisa Salles e à professora Rita Manzini; às professoras Rozana Naves, Helena Guerra e Eloisa Pilati; às professoras Marta Scherre e Cida Torres e ao professor Leonardo Savoia.

Aos amigos e colegas Adriana Chan e Aroldo Andrade; à Simone Guessser e ao Leo Chillà.

Ao pessoal técnico-administrativo da UnB, em especial à Jacinta e à Renata; à Cristina Andreotti, do departamento de linguística da Università degli Studi di Firenze.

À Capes.

A Vilma e Ana Laura, a Márcia e Manuela, a Regina e Sandra.

À minha mãe, Suely, às minhas irmãs, Vanessa e Andreza, à pequena Marina, com todo o carinho.





*Só se nos detivermos a pensar nas pequenas coisas chegaremos a  
compreender as grandes*

José Saramago



## RESUMO

Esta tese discute o sujeito nulo no português do Brasil (PB), em contextos oracionais finitos e infinitivos, com foco no fenômeno denominado controle. O controle é um fenômeno de correferência (obrigatória) entre um sujeito (nulo) de uma oração (subordinada) e um argumento da oração matriz. Esse fenômeno é frequentemente observado, nas línguas em geral, em contextos não finitos (entre os quais, incluem-se as orações infinitivas). Diversos estudos, entretanto, mostram que no PB esse fenômeno é observado, também, em contextos oracionais finitos, principalmente em orações encaixadas indicativas, quando o sujeito nulo é de 3ª pessoa. Essa propriedade do PB destaca-se no âmbito das línguas românicas (de sujeito nulo), já que nessas línguas o sujeito nulo (de qualquer pessoa) recebe uma interpretação definida/específica. O objetivo desta tese é prover análise que explique a ocorrência do controle nesses contextos. Para tanto, adota-se o quadro teórico da gramática gerativa, mais especificamente aquele desenvolvido por Manzini & Savoia (2005, 2007), o qual unifica os níveis de análise morfológico e sintático. A proposta desenvolvida neste trabalho consiste em considerar que o afixo de pessoa realiza o sujeito no PB e que a interpretação de controle encontrada em orações finitas decorre das especificações lexicais do morfema de concordância de 3ª pessoa, o que leva a crer que há, nessa língua, uma cisão de pessoa. Essa cisão, que alinha, de um lado, 1ª e 2ª pessoas, opondo-as, por outro lado, à 3ª pessoa, abrange outros contextos linguísticos, especialmente aqueles que envolvem a realização de funções gramaticais da oração por pronomes. A análise de que o sujeito é realizado pelo afixo de concordância número-pessoal é estendida ao infinitivo flexionado. Em relação às orações infinitivas, propõe-se, ainda, que o morfema -r é especificado para modo *irrealis*. Nesse caso, se o infinitivo é impessoal, considera-se que o argumento EPP desse predicado não é realizado sintaticamente, o que significa que esse argumento é uma variável a ser valorada (na interface interpretativa). A valoração dessa variável pode se dar por meio da ligação com um DP na oração matriz ou da ligação por um operador responsável pela interpretação genérica. A interpretação ligada é obrigatória em um subgrupo de orações infinitivas. Isso se deve, por hipótese, à aplicação do fenômeno da reestruturação, observado em contextos de dependência entre oração encaixada (sem tempo) e oração matriz. O controle, então, é tratado como decorrente do fato de o argumento EPP de um predicado ser uma variável.

Palavras-chave: sujeito nulo, controle, infinitivo flexionado, reestruturação, cisão de pessoa

## ABSTRACT

This thesis addresses the syntax of null subjects in BP in finite and non-finite contexts, focusing on the phenomenon of control. Control consists of an obligatory coreferential relation between the null subject of an embedded clause and an argument in the matrix clause. This phenomenon is pervasively found crosslinguistically in non-finite contexts, among which the infinitive clauses are found. Nevertheless, various studies show that in BP this phenomenon is also found in finite clauses, mainly in indicative ones, whenever the subject is a null 3<sup>rd</sup> person one. This property of BP is quite isolated among (null subject) Romance languages, given that in the latter the null subject always receives a definite/specific interpretation, regardless of the person specification. The aim of this thesis is to provide an analysis for the occurrence of control in these contexts in BP, as opposed to the other contexts involving control, which are also found in the other Romance languages. In the analysis, the framework developed in Manzini & Savoia (2005, 2007) is adopted, which is based on the assumption that the morphological and syntactic levels are unified. The analysis presently proposed is that the person affix realizes the subject in BP, the control interpretation found in finite clauses being determined by the lexical specifications of the 3rd person agreement morpheme, which implies that a person split is found in this language. This split, which groups 1st and 2nd person, on the one hand, and 3rd person, on the other hand, is found in other syntactic contexts, particularly those involving the realization of grammatical functions by pronouns. The approach according to which the subject is realized by the person-number affix is extended to the contexts involving the inflected infinitive. Regarding infinitive clauses, it is further proposed that the morpheme  $-\text{r}$  is specified for irrealis mood. Accordingly, if the infinitive is non-inflected, it is assumed that the EPP argument of this predicate is not syntactically projected, which implies that this argument is interpreted as a variable, which will be assigned an interpretation at the appropriate interface. The variable will receive a value through binding either by an argument in the matrix clause or by a generic operator. The bound interpretation is obligatory in a subset of infinitive clauses. By hypothesis, this is so because of the application of restructuring, found in contexts of tense dependency between the embedded clause (which is not marked for tense) and the matrix clause. Control is thus analysed as arising in contexts in which the EPP argument of a predicate is a variable.

Keywords: null subject, control, inflected infinitive, restructuring, person split



## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1.....	8
O sujeito nulo em orações finitas.....	8
1 O parâmetro do sujeito nulo.....	8
1.1 Parâmetro do sujeito nulo no PB.....	17
1.2 Controle em orações finitas no PB.....	23
1.3 Conclusões.....	46
2 Proposta de análise.....	48
2.1 Quadro teórico.....	48
2.2 Análise.....	58
2.2.1 Descrição dos dados.....	58
2.2.2 Estrutura de orações com sujeito nulo em PB.....	66
2.3 Conclusões.....	85
Capítulo 2.....	91
Cisão de pessoa no PB: 1 <sup>a</sup> /2 <sup>a</sup> versus 3 <sup>a</sup> .....	91
1 A categoria pessoa.....	91
2 A realização do objeto pronominal (no PB).....	99
2.1 Ausência de clíticos acusativos (de 3 <sup>a</sup> pessoa) no PB.....	102
2.2 Uso de ele/ela como objeto no PB.....	105
2.3 Objeto nulo no PB.....	109
2.4 O uso de lhe no PB.....	114
3 Nota sobre os pronomes possessivos no PB.....	119
4 Conclusões.....	121
Capítulo 3.....	125
O sujeito nulo em orações infinitivas.....	125
1 Construções de controle.....	125
1.1 Propostas de análise do controle.....	129
1.2 Controle em orações infinitivas do PB.....	154
1.3 Conclusões.....	160
2 Proposta de Análise.....	161
2.1 Quadro teórico.....	161
2.2 Análise.....	171
2.2.1 Descrição dos dados.....	173
2.2.2 Sujeito das orações infinitivas.....	187
2.2.3 Distribuição dos infinitivos flexionado e não flexionado no português.....	195

2.3 Conclusões.....	201
Conclusões.....	205
Referências bibliográficas.....	210





## Introdução

O fenômeno denominado controle tem ocupado espaço relevante nos estudos gerativistas na última década. Inicialmente relacionado a contextos não finitos, apesar de desde a década de 80 do século passado alguns autores terem observado que algumas línguas apresentam controle em outros contextos sintáticos (cf. Huang (1984), (1989)), o que se constatou com as pesquisas mais recentes acerca do tema foi que esse fenômeno ocorre, nas diferentes línguas, em contextos diversos (cf. Landau (2004) para um panorama amplo a esse respeito). Para caracterizar esse fenômeno, é necessário retomar aspectos fundamentais da teoria gramatical no quadro gerativista. Um aspecto importante da teoria gerativa consiste em considerar que a estrutura sintática é projetada a partir dos itens lexicais, os quais se realizam como predicados e como argumentos. De um modo geral, considera-se que predicados possuem uma grade temática, ou seja, cada predicado está associado no léxico a determinado número de argumentos. Por hipótese, a gramaticalidade de uma sentença depende, entre outros fatores, de esses argumentos estarem representados, de forma que seja possível atribuir a essa sentença um significado. Essa hipótese pode levar a crer que os argumentos de um predicado devam estar sempre lexicalmente/fonologicamente presentes na oração. Entretanto, o que se observa nas línguas é que, muitas vezes, um elemento é interpretado em determinado contexto linguístico, apesar de não estar associado a nenhum item lexical. Veja-se o exemplo do verbo *comer*. Esse verbo possui a representação lexical ilustrada em (1) - adotando-se a proposta de Marantz (1994). Além desse argumento, possui o argumento externo, que costuma ser realizado como sujeito da oração.

(1) comer: (        )

paciente

Pelo princípio de projeção, os argumentos devem ser projetados em todos os níveis sintáticos e, pelo princípio de projeção estendido (EPP), a posição sintática de sujeito deve ser sempre projetada. Os dados empíricos, no entanto, parecem contradizer esses pressupostos, como ilustra (2) a seguir, em que não se observa um elemento lexical realizando o argumento externo/sujeito do verbo *comer*.

(2) a. Comi a maçã

b. O Pedro quer [comer outra maçã]

Diante desses dados, pode-se questionar a validade dos pressupostos apresentados acima. Buscando-se mantê-los, postula-se que argumentos não realizados, como o argumento externo do verbo *comer* em (2), são, na verdade, realizados por uma categoria vazia, ou seja, um elemento sintático sem matriz fonológica, tradicionalmente representadas por *ec* (*empty category*). Assim, considera-se que a posição de sujeito da oração independente, em (2a), e da oração encaixada, em (2b), é ocupada por um argumento externo nulo de natureza pronominal, já que possui propriedades associadas a sintagmas nominais.

(3) a. *ec* comi a maçã

b. O Pedro quer *ec* comer outra maçã

Apesar das semelhanças entre as categorias vazias que ocupam a posição de sujeito das orações apresentadas em (3), há diferenças no que concerne à interpretação dessas categorias. Em (3a), a *ec* recebe uma interpretação livre, como a associada a pronomes lexicais, nesse caso o pronome *eu*. Em (3b), por outro lado, a *ec* recebe uma interpretação ligada, como a associada a elementos anafóricos, que só podem ser interpretados se ligados por um antecedente que lhes dá referência. A *ec* em (3b), então, recebe uma interpretação semelhante à do pronome anafórico *se*. A partir dessa diferença de interpretação, a teoria gerativa assume que cada *ec* é licenciada em determinado contexto sintático (ou por determinada condição sintática), responsável por garantir/obrigar cada interpretação. Postula-se, então, que em (3a) a categoria vazia corresponde a *pro*, licenciada em orações finitas nas línguas de sujeito nulo, enquanto em (3b) corresponde a PRO, licenciada em contextos não finitos e associada ao fenômeno do controle.

Essa distribuição não se aplica, porém, ao português do Brasil (PB), em que o sujeito pode ser nulo tanto em contextos finitos quanto infinitos, como se observa nos exemplos apresentados. Entretanto, ao contrário das previsões tradicionais, a interpretação de controle, associada à categoria vazia PRO, é observada em ambos os contextos (cf. (4a) e (4b), respectivamente). Línguas como o PB desempenham papel importante no debate a respeito do controle, por demonstrar que a interpretação associada a PRO não se restringe a contextos não finitos, o que implica que as condições sintáticas que licenciam essa categoria são mais amplas do que se imaginava na década de 80, quando os estudos abrangiam um menor número de línguas.

(4) a. O Pedro disse que *ec* vende sorvete

b. O Pedro quer *ec* vender sorvete

Nesse cenário de pesquisa, esta tese examina os contextos em que o controle ocorre no PB com o objetivo de determinar as condições de seu licenciamento. Ao fazê-lo, demonstra que propostas que acionam qualquer tipo de defectividade relacionada ao contexto sintático associado a PRO são insuficientes para explicar a ocorrência do controle em orações indicativas no PB (cf. capítulo 1), principalmente porque essa interpretação associa-se apenas à 3ª pessoa nessa língua, o que obriga as análises a considerar apenas as orações indicativas cujo sujeito está na 3ª pessoa como defectivas, mas não as orações cujo sujeito é de 1ª/2ª pessoa.

A proposta delineada neste trabalho, então, em vez de associar o controle a um contexto sintático específico, associa o fenômeno a propriedades das categorias lexicais que realizam os sujeitos nessa língua. Por outro lado, em relação às orações infinitivas, mostra-se que a distribuição complementar entre o sujeito nulo controlado e um NP lexical ocorre em apenas um subconjunto dessas orações, fazendo que, mesmo nesses contextos, a alegação de que controle relaciona-se a defectividade (associada à impossibilidade de licenciamento de um sujeito lexical) seja passível de questionamento. Nas línguas românicas em geral, um sujeito nominativo é licenciado em orações não finitas em diversos contextos, entre os quais incluem-se orações finitas encaixadas a verbos proposicionais. Isso permite, por um lado, que se trabalhe com a hipótese de que (parte das) orações infinitivas possuem estrutura semelhante à das orações finitas e, por outro lado, que se atribua a distribuição complementar entre sujeito lexical e sujeito nulo a propriedade específica de um subgrupo de orações infinitivas. De

maneira geral, será adotada a proposta de que nas orações infinitivas, ao contrário do que se observa nas orações finitas, o sujeito não é realizado no nível morfológico, isto é, não é lexicalizado por um morfema de natureza nominal (cf. Sirgudsson (2007) para proposta de que PRO é um elemento argumental), sendo essa uma das principais diferenças entre ambos os tipos de complementação. Adotando-se essa proposta, é possível pensar, então, que o que se tem, na oração infinitiva, é uma posição argumental aberta (uma variável) cuja interpretação deve ser fornecida por um sintagma nominal presente no contexto sintático ou por um operador genérico (nos casos de o argumento externo do verbo infinitivo receber uma interpretação arbitrária). Segundo a proposta apresentada, há duas maneiras de essa variável ser ligada: por um sintagma nominal inserido na própria oração finita (subordinada) ou por um argumento da matriz, como fica claro no capítulo 2.

Para a implementação dessa proposta, toma-se como base o quadro teórico formulado em Manzini & Savoia (2005, 2007 ss.), o qual se insere na tradição de estudos gerativistas, tendo como pressuposto básico, portanto, a existência de uma faculdade humana da linguagem. Além disso, inclui-se no chamado programa minimalista de investigação da linguagem, na medida em que considera a língua uma solução ótima para as condições de interface que a faculdade da linguagem deve satisfazer. Entre os pressupostos adotados pelos autores, vale a pena ressaltar o de que todos os itens lexicais são dotados de conteúdo semântico e fonético, sendo a estrutura da sentença projetada estritamente a partir dos terminais lexicais, o que implica a inexistência de nódulos vazios. Outro aspecto essencial da proposta de M&S é a unificação entre morfologia e sintaxe no que se refere à estrutura de constituintes. Isso significa que estruturas internas à palavra projetam estruturas idênticas às estruturas sintáticas. Noções como formação de cadeia (um mecanismo interpretativo responsável por atribuir a mais de um elemento o mesmo *slot* (posição) argumental) e

concordância (relação que permite que dois ou mais elementos entrem em uma relação de cadeia, considerando-se que dois elementos devem ser compatíveis para que a cadeia se estabeleça) são também importantes no quadro teórico representacionista formulado pelos autores.

Quanto a questões de forma, dois aspectos merecem destaque neste trabalho. Primeiro, vale a pena ressaltar que a nomenclatura sujeito foi aqui mantida por facilitar a discussão, apesar de não refletir a estrutura proposta, especialmente no que se refere às orações finitas, já que, mesmo em casos em que não há sujeito realizado por um pronome nominativo ou por um DP, o sujeito, ou argumento EPP, é realizado no interior do verbo pelo afixo de concordância. Somente em relação às orações infinitivas faz sentido falar em sujeito nulo, já que não há um elemento morfológico ou sintático inserido no domínio de I. Isso implica que a referência a PRO, *pro*, *t* ou *ec*, nesta tese, é meramente descritiva e visa facilitar a compreensão dos dados, especialmente quando se faz necessário o uso de índices que indiquem a interpretação dos sujeitos nulos. Obviamente, a referência a tais elementos nas resenhas relativas aos trabalhos dos autores que discutiram esse tema tem o estatuto teórico decorrente das análises por eles propostas. Em segundo lugar, vale a pena ressaltar que as glosas e traduções (livres) dos dados das diversas línguas encontrados ao longo da tese são minhas. Às vezes, diretamente do original; outras da tradução do inglês constante nos textos originais.

A tese organiza-se da seguinte forma: o capítulo 1 apresenta a noção de parâmetro de sujeito nulo para, em seguida, introduzir a discussão do estatuto do sujeito nulo no PB, além de apresentar proposta de análise para o sujeito nulo do PB, especialmente, mas não só, para o sujeito de 3ª pessoa; o capítulo 2 retoma discussão introduzida em Benveniste de que 1ª e 2ª pessoas, por um lado, e 3ª pessoa, por outro lado, têm estatuto distinto nas línguas, mostrando que essa cisão se reflete em diversos contextos no PB; por último, o capítulo 3 discute o

sujeito (lexical e nulo) em contextos de orações infinitivas, especialmente os que recebem interpretação controlada, abordando também a distribuição entre infinitivo não flexionado e infinitivo flexionado no português. Há, ainda, ao final, a conclusão.

# Capítulo 1

## O sujeito nulo em orações finitas

### ***1 O parâmetro do sujeito nulo***

Segundo Chomsky (1981), e também Rizzi (1982), há um feixe de propriedades relacionadas ao parâmetro do sujeito nulo (ou parâmetro pro-drop), que se aplicam, por exemplo, ao italiano, e são ilustradas a seguir (exemplos de Chomsky 1981: 240).

(1) a. sujeito ausente

ho trovato il libro

'achei o livro'

b. inversão livre em períodos simples

ha mangiato Giovanni

lit. 'comeu o João' (O João comeu)

c. "movimento-wh longo" de sujeito

l'uomo [che mi domando [chi abbia visto]]

interpretação: 'o homem x tal que me pergunto quem x viu'



d. pronomes resumptivos vazios em orações encaixadas

ecco la ragazza [che mi domando [chi crede [che possa VP]]]

'eis a moça que me pergunto quem crê que possa VP'

e. violações aparentes do filtro \*[that-t]

chi credi che partirà

Lit.: 'quem crês que partirá'

Essas características estão ausentes em línguas como francês e inglês e, portanto, distinguem essas línguas (não pro-drop) do italiano (pro-drop). Chomsky (1981) assume como uma tendência geral a correlação entre morfologia verbal rica e a presença dessas propriedades, que são observadas comumente em línguas que apresentam paradigma flexional rico. Com base nessa correlação, alguns teóricos propuseram que o PB estaria se transformando em uma língua de sujeito obrigatoriamente preenchido por causa de mudanças que reduziram o paradigma flexional dessa língua. Importante mencionar também que a posição de sujeito, para Chomsky (1981), é sempre preenchida mesmo em línguas de sujeito nulo, sendo, neste caso, uma categoria vazia do tipo *pro*. Essa categoria possui distribuição específica e condicionada por determinadas propriedades da oração em que ocorre, assim como possui características intrínsecas próprias. Em Chomsky (1986), *pro* é definido como a contraparte nula dos pronomes lexicais, com referência específica, ou como um expletivo, e aparece como o sujeito de uma oração com tempo.<sup>1</sup>

Pesquisas acerca de outras línguas, entretanto, mostraram, que a ausência de um

---

<sup>1</sup> Há outros tipos de categoria vazia disponíveis para operações gramaticais, como vestígio (*t*) e PRO. Condições estruturais distintas determinam a distribuição das diferentes categorias vazias.

sujeito lexical nem sempre se relaciona às propriedades acima, havendo, inclusive, línguas que permitem a omissão do sujeito lexical/pronominal em algumas pessoas gramaticais, mas não em outras (caso das línguas pro-drop parcial). O chinês é um exemplo de língua de sujeito nulo diversa das línguas românicas (representadas em Chomsky (1981) pelo italiano) e que possui, portanto, características distintas das presentes nessas línguas. Huang (1984) mostra que o uso de pronomes nulos é bastante difundido no chinês (inclusive na posição de objeto), apesar da ausência de marcas morfológicas de concordância no verbo, característica que permite questionar o papel da riqueza morfológica na determinação da ocorrência do sujeito nulo nas línguas naturais (exemplos de Huang 1984 : 533).

(2) Falante A: Zhangsan kanjian Lisi le ma?

'Zhangsan viu Lisi?'

Falante B: a. ta kanjian ta le

'ele viu ele'

b. *ec* kanjian ta le

'[ele] viu ele'

c. ta kanjian *ec* le

'Ele viu [ele]'

d. *ec* kanjian *ec* le

'[Ele] viu [ele]'

e. wo cai [*ec* kanjian *ec* le]

'Eu acho que [ele] viu [ele]'

f. Zhangsan shuo [*ec* kanjian *ec* le]

'Zhangsan disse que [ele] viu [ele]'

Huang descreve uma assimetria entre sujeitos nulos e objetos nulos, mostrando que objetos nulos de orações encaixadas nunca podem ser ligados ao sujeito da oração matriz; sujeitos nulos, por sua vez, podem tomar como antecedente o sujeito da oração mais alta.<sup>2</sup> Essas diferenças entre os dois tipos de pronomes nulos do chinês são ilustradas em (3), a seguir. Em (3a-b), segundo o autor, a referência do pronome nulo, seja ele sujeito ou objeto, deve ser fixada fora da sentença, por alguém referido no discurso. Em (3c-d), a assimetria entre ambos os pronomes nulos fica evidente, já que em (3c) o pronome sujeito nulo pode se referir tanto ao sujeito da oração matriz quanto a outra pessoa referida no discurso, enquanto, em (3d), o pronome objeto deve ter sua referência fixada fora da sentença, sendo agramatical, portanto, a leitura em que o objeto nulo toma como antecedente os sujeitos da oração matriz ou da oração encaixada.

(3) a. ec lai-le.

‘[ele] veio.’

b. Lisi hen xibuan ec.

‘Lisi ama [ele].’

c. Zhangsan shuo [ec bu renshi Lisi].

‘Zhangsan disse [ele] não conhece Lisi.’

d. Zhangsan shuo [Lisi bu renshi ec].

‘Zhangsan disse Lisi não conhecia [ele].’

[Huang 1984 : 537]

---

<sup>2</sup> O autor ressalta que, apesar de o objeto nulo não poder tomar como seu antecedente o sujeito da oração matriz, ele pode co-referir a esse sujeito em um contexto apropriado.

Para o autor, essa assimetria se deve a propriedades das categorias vazias presentes nessas sentenças. No caso do objeto, o autor argumenta que a *ec* não é um verdadeiro *pro*, mas sim uma variável, ligada por um tópico zero. No caso do sujeito, o que se observa são duas possibilidades: a *ec* pode ser uma variável ligada por um tópico zero ou um pronome ligado por um argumento da oração matriz (cf. Huang (1989)). Para o autor, portanto, o chinês difere das línguas românicas classicamente associadas ao sujeito nulo, pois nessas línguas a posição de sujeito é sempre ocupada por um *pro* (identificado pela flexão, como propõe Chomsky (1981)), enquanto no chinês essa posição pode ser ocupada tanto por uma variável ligada por um tópico quanto por um *pro* controlado (que, não podendo ser identificado pela flexão, já que o chinês não possui flexão, deve tomar sua referência do NP mais próximo).

Outro exemplo de línguas que permitem sujeito nulo, mas se comportam de maneira distinta das línguas de sujeito nulo clássicas, é o finlandês. Holmberg (2005) mostra que, nessa língua, sujeitos de 1ª e de 2ª pessoas podem ser opcionalmente nulos, em qualquer ambiente, como ilustrado em (4a-b) e (4d-e) a seguir, ao contrário do que ocorre com a 3ª pessoa. Nesse último caso, o sujeito só pode ser nulo quando ligado por um argumento da oração mais alta, como mostram (4c) e (4f) em contraste com (5a-e). Os exemplos a seguir são de Holmberg 2005 : 539.

(4) a. (Minä) puhun englantia.

Eu falar-1SG inglês

b. (Sinä) puhut englantia.

tu falar-2SG inglês

c. \*(Hän) puhuu englantia.

ele/ela falar-3SG inglês

d. (Me) puhumme englantia.

nós falar-1PL inglês

e. (Te) puhutte englantia.

vós falar-2PL inglês

f. \*(He) puhuvat englantia.

eles falar-3PL inglês

(5) a. Pekka<sub>i</sub> väittää [että hän<sub>i/j</sub>/ec<sub>i/\*j</sub> puhuu englantia hyvin].

'Pekka diz que ele fala bem inglês'

b. Anu<sub>i</sub> sanoi Jarille<sub>j</sub> että hän<sub>i/j</sub>/ec<sub>i/\*j/k</sub> ottaa kitaran mukaan.

Anu disse Jari-ALL que ele traz a guitarra consigo

'Anu disse para Jari trazer a guitarra consigo'

c. Se oli Tarjalle<sub>i</sub> pettymys [ettei hän<sub>i/j</sub>/ec<sub>i/\*j</sub> saanut lukea latinaa koulussa].

expl. foi Tarja-ALL desapontamento que-não ela estudaria latim escola-INE

'Foi um desapontamento para Taja que ela não estudaria latim na escola'

d. Poikien<sub>i</sub> mielestä oli noloa kun he<sub>i/j</sub>/ec<sub>i/\*j</sub> jäivät kilpailussa viimeiseksi.

meninos-GEN opinião-ABL foi constrangedor quando eles chegaram corrida-INE

último

'Os meninos acharam constrangedor chegar por último na corrida'

e. Jokaisen pojan<sub>i</sub> mielestä on noloa kun hän<sub>i/j</sub> /*ec*<sub>i/\*j</sub> jä ä kilpailussa viimeiseksi.

cada menino-GEN opinião-ABL é constrangedor quando ele chega corrida-INE  
último

‘Todo menino acha constrangedor chegar em último na corrida’

f. Se oli Tarjan<sub>i</sub> ä idille<sub>j</sub> pettymys [ettei hän<sub>i/j</sub> /*ec*<sub>\*i/j</sub> saanut lukea latinaa koulussa].

expl. foi Tarja-GEN mãe-ALL desapontamento que-não ela estudaria latim escola-INE

‘Foi um desapontamento para a mãe de Taja que ela não estudaria latim na escola’

g. Kun hän<sub>i/j</sub> /*ec*<sub>\*i/\*j</sub> tuli kotiin, Jari<sub>i</sub> oli pahalla tuulella.

quando ele chegou em casa Jari estava mal-ADE humor-ADE

‘Quando ele chegou em casa, Jari estava de mal-humor.’

Segundo o autor, as condições estruturais que permitem ou que condicionam a relação entre o sujeito nulo de 3<sup>a</sup> pessoa e o seu antecedente no finlandês não são muito restritas, conforme se pode observar em (5). Os dados mostram que o antecedente do sujeito nulo pode estar localizado em um adjunto (cf. (5c)) ou pode estar encaixado em um NP, o que significa que não há c-comando (cf. (5d)), assim como mostram que a relação entre um argumento quantificado e uma variável nula na posição de sujeito também não está sujeita a condições rígidas (cf. (5e)). O autor também observa que a relação entre o sujeito nulo e seu antecedente é mais restrita que a relação entre o sujeito lexical (pronominal) e o seu antecedente, ou seja, o sujeito nulo não pode co-referir no sentido do princípio B da ligação, enquanto o sujeito manifesto pode.

Outras propriedades dos sujeitos nulos em finlandês são relevantes: sujeitos genéricos

devem ser nulos (cf. (6)), sujeitos quase referenciais em construções com orações extrapostas podem ser nulos (cf. (7a)) e sujeitos em construções com verbos que denotam eventos da natureza devem (com raras exceções) ser nulos (cf. (7b)). Exemplos retirados de Holmberg 2005 : 540.

(6) Tä ä llä ei saa polttaa.

aqui não pode fumar

(7) a. (Se) oli hauskaa että tulit kä ymä än.

expl. foi ótimo que vir-2SG visitar

'Foi ótimo que você tenha vindo fazer uma visita'

b. Sataa vettä.

chove água-PAR

'Está chovendo'.

Quanto à flexão, o autor ressalta que o finlandês apresenta morfologia rica de concordância, sendo que a 3ª pessoa é menos rica, no sentido de que é nula no tempo passado e no modo condicional, caso em que o tempo é neutralizado. Em muitas variedades coloquiais da língua, não há distinção entre 3ª pessoa do singular e 3ª pessoa do plural, o que implica que no passado e no condicional, nessas variedades, a 3ª pessoa do plural também seja nula, já que iguala-se à 3ª pessoa do singular. No presente, a 3ª pessoa do singular é marcada pelo alongamento da vogal, e a 3ª pessoa do plural, pelo sufixo -vat/-vät. Segundo Holmberg, os sujeitos nulos de 1ª e 2ª pessoas são restritos a variedades formais do finlandês, mas, apesar disso, os falantes têm intuições bastante uniformes quanto às construções com sujeito nulo.<sup>3</sup>

---

3 O autor mostra, ainda, que, em finlandês, o EPP pode ser checado por expletivos ou por determinados

O autor discute duas possibilidades de análise para explicar a existência de sujeito nulo parcial em finlandês. A primeira análise baseia-se na proposta de que Agr de 1ª e de 2ª pessoas no finlandês possui traços interpretáveis e são, basicamente, pronomes definidos afixados, o que explica por que o sujeito pode não ser realizado e, ao mesmo tempo, implica que o sujeito lexical, quando realizado, ocupa uma posição A-barra. Segundo Holmberg, uma análise desse tipo faz previsões falsas sobre o comportamento dos sujeitos no finlandês e, por isso, não pode ser adotada como explicação para o fenômeno estudado. Uma das falsas previsões a que se refere o autor refere-se à ocorrência de sujeitos expletivos em orações declarativas e em contexto de pergunta sim/não no finlandês. Para ele, uma análise como essa prevê que a posição de Spec IP pode ser preenchida por um expletivo, já que não seria ocupada nem por *pro*, nem pelo sujeito lexical, o que não é confirmado pelos dados, como se conclui da agramaticalidade do exemplo a seguir.

(8) a. \**Sitä puhun englantia.*

expl. falar-1SG inglês

b. *Oletteko (\*sitä) kä yneet Pariisissa?*

ser-2PL-Q expl. visitado Paris-INE

‘Você visitou Paris?’

[Holmberg 2005 : 543]

Por outro lado, se um pronome nulo ocupa a posição de Spec, IP, então os dados acima são automaticamente explicados, sendo a inserção do expletivo bloqueada porque a posição já está ocupada pelo pronome nulo (além dessa, outras evidências são discutidas pelo autor).

Em contraste com os sujeitos nulos de 1ª e 2ª pessoa, há o sujeito de 3ª pessoa, que pode ser nulo somente se interpretado como um sujeito genérico ou se ligado por um NP na

---

advérbios (de lugar, de tempo ou instrumentais) (cf. p. 541-543).



oração matriz, neste último caso devendo ocorrer em orações encaixadas. Na análise do autor, o pronome nulo ligado e o pronome nulo genérico são a mesma categoria vazia, segundo ele um  $\phi$ -P(hrased). Essa categoria tem traços- $\phi$  inerentes e interpretáveis, visto que é capaz de valorar os traços não-interpretáveis do verbo, mas falta-lhe o nível estrutural que caracteriza uma categoria definida, ou seja, falta-lhe a propriedade referente ao núcleo D, o que impede que ela se refira (independentemente/deiticamente ou por correferência com um NP independente em termos de referência) a um indivíduo ou a um grupo. Entretanto, não impede que ele seja uma variável ligada por um QP ou por um DP localizado em uma oração mais alta. A interpretação como genérico é uma espécie de último recurso. A ausência de D é a propriedade que distingue línguas de sujeito nulo parcial de línguas de sujeito nulo clássicas, de acordo com Holmberg.

Resumindo, o que se observa é que nem todas as línguas que permitem a omissão do sujeito apresentam o feixe de propriedades comumente associado ao parâmetro do sujeito nulo. As subseções seguintes referem-se às propriedades do PB em relação a esse parâmetro.

## **1.1 Parâmetro do sujeito nulo no PB**

Sabe-se que, no que concerne às propriedades relacionadas ao parâmetro do sujeito nulo, o PB difere substancialmente de línguas como o italiano, o espanhol e o português europeu (PE). A literatura tem mostrado que uma das propriedades mais evidentes das línguas de sujeito nulo, que é a possibilidade de o sujeito não ser expresso, apesar de ainda estar presente no PB, é menos produtiva do que em línguas de sujeito nulo clássicas, como as citadas acima. Duarte (2000, entre outros) mostra que, de maneira geral, os sujeitos são preenchidos por categorias lexicais em cerca de 75% dos dados de língua escrita por ela

coletados na década de 90 do século XX (porcentagem que se assume, neste trabalho, como sendo ainda válida). Exceção a essa generalização é o sujeito nulo de 3ª pessoa, que, segundo a autora, é preenchido em cerca de 50% de seus dados. Os dados de língua oral, embora apresentem percentuais distintos, seguem a tendência geral de menor preenchimento do sujeito de 3ª pessoa. Ao longo deste trabalho, a assimetria entre os sujeitos de 3ª pessoa, por um lado, e os de 1ª e 2ª, por outro lado, será retomada.

A autora associa os resultados quantitativos encontrados em seus estudos com a perda do pronome *tu* no PB e a conseqüente redução no paradigma flexional dessa língua, o que corroboraria a ideia de que o licenciamento do sujeito nulo está associada à morfologia flexional rica. Segundo Duarte, o empobrecimento da morfologia flexional seria responsável pelo maior preenchimento da posição de sujeito em PB.

Neste ponto, vale a pena ilustrar os paradigmas de flexão verbal no PB, para que fique claro o que tem sido considerado empobrecimento da morfologia nessa língua. O quadro a seguir ilustra três paradigmas diversos de flexão, sendo o paradigma 1 o que apresenta flexão rica (semelhante ao do português europeu (PE) e ao do das demais línguas românicas, com seis formas distintas), o paradigma 2, no qual se observam quatro formas distintas (com a substituição dos pronomes de segunda pessoa por *você*, forma com a qual ocorre flexão verbal idêntica à da 3ª pessoa, tanto no singular quanto no plural), e o paradigma 3, que apresenta apenas três formas flexionais distintas (nesse caso, com o pronome de 1ª pessoa do plural substituído por *a gente*).<sup>4</sup>

---

4 Há, ainda, no PB um quarto paradigma flexional com apenas duas distinções, estando a 1ª pessoa do singular em oposição às demais (idênticas à flexão de 3ª pessoa do singular).

Quadro 1

<i>amar</i>					
paradigma 1		paradigma 2		paradigma 3	
eu amo	nós amamos	eu amo	nós amamos	eu amo	a gente ama
tu amas	vós amais	você ama	vocês amam	você ama	vocês amam
ele ama	eles amam	ele ama	eles amam	ele ama	eles amam

Um dado interessante dos estudos realizados por Duarte, e que será relevante para a proposta elaborada nesta tese, é o fato de a 3ª pessoa vazia ser uma das estratégias de indeterminação do sujeito no PB (cf. (9)). Nas línguas românicas em geral, essa estratégia inexistente, sendo necessária a introdução do pronome *se* ou de um pronome pleno para garantir que o sujeito seja interpretado como arbitrário. O italiano, por exemplo, conta com ambas as estratégias, enquanto no francês a introdução do pronome pleno é obrigatória (importante ressaltar que o francês, não sendo uma língua de sujeito nulo se comporta de maneira bastante diversa das demais línguas românicas, mas, ainda assim, ilustra o uso de um pronome indefinido como estratégia de indeterminação do sujeito), como ilustra (10a-b).<sup>5</sup>

(9) Antigamente ec<sub>arb</sub> punha a mesa pra tomar lanche [Duarte (2000:24)]

(10) italiano

a. Uno fa quello che gli piace

'As pessoas fazem aquilo que lhe agrada'

b. Si vende gelato in tutta l'Italia

'Vende-se sorvete em toda a Itália'

5 Conforme descrevem as gramáticas tradicionais, no português o uso da terceira pessoa do plural, com sujeito nulo, também é uma das estratégias de indeterminação do sujeito como se observa em (i) abaixo. Nesse exemplo, a oração recebe a interpretação de *alguém bateu na porta*.

(i) Bateram na porta.

francês

c. On va à Paris pour bien manger

'Vai-se a Paris para comer bem'

Outro estudo acerca do PB mostra que, apesar da redução do paradigma flexional do PB, a porcentagem de sujeito nulo ainda é bastante significativa, estando em torno de 50%, o que permite que os autores contestem a ideia de que os sujeitos nulos no PB são apenas resíduo de uma mudança em direção à marcação negativa do parâmetro do sujeito nulo. Mesmo com esses resultados, Kato et al. (1996) apontam para uma propriedade que diferencia o PB das demais línguas românicas de sujeito nulo e que será o foco deste capítulo da tese: no PB, o sujeito nulo de 3ª pessoa é licenciado apenas se ligado por um antecedente ou se recebe uma interpretação arbitrária. Esse comportamento do sujeito nulo de 3ª pessoa aproxima-o mais de PRO, a categoria vazia associada à interpretação de controle, que de *pro*.

(11) a. O João<sub>i</sub> disse que ec<sub>i</sub> conserta sapatos

b. ec<sub>arb</sub> Conserta sapatos (=consertam-se sapatos)

Outras propriedades associadas ao parâmetro do sujeito nulo, como a inversão do sujeito, também apresentam, no PB, características distintas das apresentadas por línguas de sujeito nulo clássicas, estando restrita a determinados contextos. Berlinck (2000) mostra que a frequência da ordem VS no PB é radicalmente baixa, ocorrendo basicamente com verbos mono-argumentais, especialmente os verbos inacusativos (o mesmo resultado foi obtido em Kato et al. (op. cit.)). O fato de não haver inversão livre no PB é mais uma evidência de seu

distanciamento das demais línguas românicas no que concerne ao parâmetro do sujeito nulo. Os dados a seguir ilustram a diferença entre o PB, por um lado, e o italiano e o PE, por outro lado, duas línguas que apresentam a inversão associada ao parâmetro do sujeito nulo. Pilati (2004) mostra que a ordem VS exhibe, no PB, padrão distinto daquele observado nessas línguas.

(12) a. Telefonou o João (ok em PE, \* em PB)

b. Ha telefonato Gianni

(13) O bolo comeu a Maria (ok em PE, \* em PB)

Interessante notar que, enquanto se distancia das línguas românicas de sujeito nulo em diversos aspectos, o PB apresenta características similares a línguas como o chinês e o finlandês. Primeiramente, observa-se uma divisão clara no que se refere ao licenciamento dos sujeitos nulos: orações independentes com sujeitos nulos de 3ª pessoa são agramaticais em um contexto *out of the blue*, ao passo que sujeitos de 1ª pessoa nulos são licenciados. Importante ressaltar que, apesar da menor frequência de sujeito nulos de 1ª pessoa encontrada por Duarte (2000) e Kato et al. (1996), os falantes julgam dados com esse tipo de sujeito nulo perfeitamente gramaticais.

(14) a. \*Viu o Pedro ontem

b. Vi o Pedro ontem

Em orações subordinadas, por outro lado, ambos os sujeitos são possíveis, mas, como

observado anteriormente, o sujeito de 3ª pessoa só pode ser interpretado se for coreferente a um sintagma nominal presente na oração mais alta. Portanto, a diferença entre 1ª pessoa e 3ª pessoa se estende a contextos de encaixamento.

Neste ponto, é necessário salientar que neste trabalho o PB será tratado como uma língua de sujeito nulo, apesar de não apresentar as características próprias das línguas de sujeito nulo clássicas – embora não seja interesse teorizar, neste trabalho, em torno do caráter não-canônico desse estatuto no que se refere à manifestação do parâmetro do sujeito nulo, e das implicações desse fenômeno para a caracterização teórica e empírica da variação paramétrica, um tema de grande interesse para a linguística gerativa, e que será deixada para investigação futura (a respeito da evolução da noção de parâmetro, veja-se Roberts (2007)). O objetivo deste capítulo é, então, propor uma análise para as propriedades dos sujeitos nulos no PB em contexto finito (cf. capítulo 3 para proposta de análise dos sujeitos (nulos) em orações infinitivas). Como a perspectiva deste estudo é sincrônica, a explicação focaliza a atual gramática do PB, evita-se a menção a processos de mudança e focaliza-se na descrição e análise de um estágio atual da gramática da língua. Não sendo, também, um estudo sociolinguístico, a intuição do falante acerca dos dados será preferida a resultados estatísticos que apontam grande percentual de preenchimento do sujeito. É evidente, por exemplo, que o falante distingue claramente entre o sujeito nulo de 1ª pessoa definido, gramatical na língua, e o sujeito nulo definido de 3ª pessoa, agramatical.

Outro aspecto interessante da gramática do PB relaciona-se ao feixe de propriedades associado ao parâmetro do sujeito nulo. No PB, enquanto a inversão livre do sujeito não é possível, observa-se ausência do efeito *that-trace*, o que permite questionar a associação entre os dois fenômenos proposta por Rizzi (1982). Segundo o autor, a ausência do efeito *that-trace* decorre da inversão do sujeito, uma vez que o sujeito, para dar origem a uma estrutura do

primeiro tipo, deve ser primeiro deslocado, ou seja, o sujeito é extraído de uma posição pós-verbal. O PB é, evidentemente, um contraexemplo para esse tipo de proposta já que não apresenta inversão livre (cf. Kato (2000) e Pilati (2004) para restrições associadas à ordem VS no PB). Isso demonstra que a possibilidade de não lexicalizar o sujeito parece ser independente de outras propriedades tratadas como decorrentes da marcação positiva do parâmetro do sujeito nulo.

A seção seguinte tratará das propriedades de controle apresentadas pelo sujeito de 3ª pessoa no PB.

## 1.2 Controle em orações finitas no PB

Diversos trabalhos acerca do PB (Negrão (1986), Figueiredo-Silva (1996), Kato (1999), Modesto (2000, 2004), Rodrigues (2004, 2005), Guessier (2007), entre muitos outros) têm mostrado que o sujeito nulo de 3ª pessoa no PB apresenta características muito semelhantes às encontradas em construções de controle. O sujeito nulo definido (ou referencial) nessa língua é restrito à 1ª pessoa (e à 2ª pessoa em dialetos nos quais a flexão referente a essa pessoa está ativa<sup>6</sup>) e, portanto, não são licenciados na 3ª pessoa, a não ser que sua referência seja fixada por um sintagma nominal presente na oração. Como ilustram os dados a seguir, retirados de Negrão (1986: 95), o sujeito de 3ª pessoa se comporta de maneira muito semelhante ao sujeito nulo de orações infinitivas no PB, no que concerne à referência.

---

6 Note-se que há dialetos em que o pronome *tu* está ativo, mas não desencadeia marca de flexão no verbo. Por isso, a meu ver, não se pode considerar apenas o fato de o pronome *tu* estar ativo para licenciar o sujeito nulo de 2ª pessoa.

- (15) a. \*ec viu meu cachorro
- b. Meu pai<sub>i</sub> disse que ec<sub>i/\*j</sub> viu meu cachorro
- c. João<sub>i</sub> tentou ec<sub>i/\*j</sub> achar meu cachorro

A autora também mostra que a referência do sujeito nulo de 3ª pessoa pode ser fixada, ainda, por um sintagma nominal anteriormente mencionado no discurso. Nesse aspecto, segundo Negrão, o sujeito de nulo de 3ª pessoa se comporta de maneira distinta do sujeito nulo da oração infinitiva, que deve ter seu antecedente na oração matriz, não podendo se referir a um antecedente no nível do discurso (cf. (16b) *versus* (16c)).

- (16) a. — João<sub>i</sub> viu seu cachorro<sub>j</sub>?  
 — ec<sub>i</sub> viu ec<sub>j</sub>
- b. — João<sub>i</sub> viu seu cachorro<sub>j</sub>?  
 — Meu pai<sub>k</sub> disse que ec<sub>i/?k</sub> viu ec<sub>j</sub>
- c. — O Pedro<sub>i</sub> achou seu cachorro?  
 — O João<sub>j</sub> tentou ec<sub>\*i/j</sub> achá-lo [Negrão 1986 : 95]

O sujeito nulo de 3ª pessoa ocorre no PB também em construções associadas a sujeitos expletivos, conforme mencionado por Negrão.

- (17) a. É cedo para nós irmos à cidade
- b. Nevou muito esta noite

A autora conclui, então, que o PB é uma língua como o chinês, na qual o sujeito nulo é



ligado por um tópico nulo. No caso dos sujeitos das orações encaixadas que se referem obrigatoriamente a um sintagma nominal da oração matriz, a autora sugere que isso se dá porque AGR no PB não é capaz de identificar o sujeito nulo, que acaba identificado por esse sintagma nominal da oração mais alta. Assim, as categorias vazias que ocupam a posição de sujeito da oração encaixada finita no PB podem ser variáveis ligadas por um elemento em uma posição A-barrado ou pronomes identificados/coindexados por um sintagma nominal em uma posição-A. Não fica claro, na discussão levada a efeito por Negrão, se o sujeito nulo de 1ª pessoa deve receber o mesmo tratamento dos sujeitos nulos de 3ª pessoa, mas vale a pena ressaltar que uma análise que considere o sujeito nulo de 1ª pessoa como ligado por um tópico tem de considerar que a marca morfológica de 1ª pessoa, apesar de específica, é também fraca, o que não explicaria a diferença encontrada nos dados, que se refere ao fato de que o sujeito de 1ª pessoa não apresenta as características de controle encontradas nas construções com o sujeito nulo de 3ª pessoa. Isso força a uma análise que considera o sujeito de 1ª pessoa sempre uma variável ligada por um elemento A-barrado, e nunca uma categoria pronominal de fato.

Neste ponto, é válido chamar a atenção para o fato de que o comportamento do sujeito nulo de 3ª pessoa do PB é diverso do comportamento do sujeito pronominal *ele*, contrariamente ao que se espera de um sujeito do tipo *pro*, que se sujeita ao mesmo princípio de ligação a que se sujeitam os pronomes lexicais, qual seja ao Princípio B da Teoria da Ligação. Esse princípio recebeu diversas formulações nas diferentes versões da gramática gerativa, mas em todas essas versões estabelece que pronomes (lexicais ou *pro*) são livres em determinado contexto sintático.

(18) Princípio B (Chomsky 1995 : 96)

Um pronome deve ser livre em um domínio local

A diferença de comportamento concernente à interpretação entre os sujeitos nulos e pronominais no PB é ilustrada pelos dados a seguir, em contraste com os dados em (15)-(16) acima, retirados de Negrão (1986). A comparação entre esses dados permite concluir que o pronome lexical está sujeito no PB ao princípio B da ligação (como seria esperado), mas que a *ec* na posição de sujeito não se submete a esse princípio. Esse comportamento obriga ao questionamento acerca da natureza dessa categoria vazia, que não pode ser a contraparte nula do sujeito pronominal, como sugere Chomsky (1986) para o sujeito de tipo *pro*, já que o sujeito nulo de 3ª pessoa é obrigatoriamente ligado (ou arbitrário).

(19) a. ele viu meu cachorro

b. Meu pai<sub>i</sub> disse que ele<sub>i/j</sub> viu meu cachorro

(20) a. — João<sub>i</sub> viu seu cachorro<sub>j</sub>?

— Ele<sub>i/j</sub> viu ec<sub>j</sub>

b. — João<sub>i</sub> viu seu cachorro<sub>j</sub>?

— Meu pai<sub>k</sub> disse que ele<sub>i/k</sub> viu ec<sub>j</sub>

[Negrão 1986 : 97]

A análise de Kato e al (1996) para o sujeito nulo em PB é semelhante à de Negrão, no sentido de que considera também que o sujeito nulo de 3ª pessoa é licenciado por um tópico. Para os autores, a posição de tópico pode ser preenchida por um pronome forte ou por um PRO, que, para eles, se comporta exatamente como um PRO das orações infinitivas. Assim,

se não há um antecedente na oração matriz, *pro* vai achá-lo no discurso ou na situação, como nas infinitivas<sup>7</sup>.

(21) a. João<sub>i</sub> disse que [PRO<sub>i</sub> [pro<sub>i</sub> conserta sapatos]]

b. PRO<sub>i</sub> [pro<sub>i</sub> conserta sapatos]

[Kato et al. 1996]

Figueiredo-Silva (1996)<sup>8</sup> também discute o sujeito nulo no PB, tanto em contexto de oração matriz quanto de encaixada. Segundo a autora, o PB é uma língua de sujeito nulo parcial que utiliza estratégias especiais para identificar os sujeitos nulos quando essa categoria é interpretada referencialmente e que difere das demais línguas românicas de sujeito nulo porque nessas línguas, mas não no PB, o sujeito nulo é identificado pela morfologia verbal.<sup>9</sup> Nas orações matrizes, segundo Figueiredo-Silva, processos relacionados à posição C restringem o uso do sujeito nulo de alguma maneira, como mostra (22) a seguir (de Figueiredo-Silva 1996 : 121). Quanto às orações encaixadas, a autora mostra dados semelhantes aos de Negrão (1986), apontando para o fato de o sujeito poder ser interpretado como correferente ao sujeito da frase imediatamente mais alta ou como correferente a um tópico (lexicalizado ou pertencente ao discurso imediatamente precedente), como ilustra (23) (de Figueiredo-Silva 1996 : 122). A autora afirma que essas características, distintas das observadas nas línguas pro-drop prototípicas, sugerem que *pro* tenha desaparecido em PB.

---

7 Os seguintes exemplos mostram o paralelismo entre a interpretação do sujeito nulo em (21) e a interpretação do sujeito nulo das orações infinitivas.

(i) a. João tentou consertar os sapatos

b. É difícil consertar sapatos

8 A análise da autora é para qualquer sujeito nulo, independentemente do traço de pessoa.

9 Serão considerados aqui apenas os sujeitos de 3ª pessoa, já que os de 1ª pessoa não apresentam as características de controle (a discussão acerca da diferença entre ambos será retomada na seção 2).

- (22) — O João vai trazer a salada  
— Não, O VINHO \*(ele) vai trazer

- (23) a. O João<sub>i</sub> disse que ec<sub>i</sub> comprou um carro.  
b. A Maria<sub>i</sub>, o João disse que ec<sub>i</sub> comprou um carro.

Figueiredo-Silva descreve ainda outros dados com sujeito nulo de 3ª pessoa em PB, mostrando que ele deve aparecer em construções não argumentais (cf. (24)) e em construções quasi-argumentais (cf. (25)), no sentido de Chomsky (1981)<sup>10</sup>, e mostrando, também, que em posição argumental o sujeito nulo recebe uma interpretação indefinida (se não houver antecedente), isto é, a interpretação associada ao clítico impessoal *se* (cf. (26)). Note-se que o sujeito nulo em (26b) pode receber uma interpretação definida se ligado por um tópico saliente no discurso.

- (24) a. Parece que o João passou por aqui.  
b. \*Isso/ele parece que o João passou por aqui.

- (25) a. Choveu a noite inteira.  
b. \*Isso/ele choveu a noite inteira.

- (26) a. Ela não usa mais chapéu.  
b. Não usa mais chapéu (=não se usa mais chapéu)

---

<sup>10</sup> Chomsky (1981) denomina de quase-argumento o *it* em construções *it*-weather (construções em que *it* é o sujeito de verbos que denotam fenômenos da natureza). Apesar de não referencial, *it* pode ligar PRO (cf. (i), em que o próprio PRO, representado por  $\alpha$ , é considerado um quase-argumento), um comportamento típico de elementos referenciais.

(i) *it* sometimes rains after [ $\alpha$  snowing]

Na análise desses dados, a autora sugere haver duas propostas possíveis para explicá-los. Uma delas é a de que, nas orações matrizes, a categoria vazia que ocupa a posição de sujeito no PB não é *pro*, mas sim um operador nulo em Spec TopP mais alto, como ilustra (27).

(27) [<sub>TopP</sub> NP/OP [+pessoa]<sub>i</sub> ... [AgrP ec<sub>i</sub> ... [Figueiredo-Silva 1996 : 128]

Essa análise permite, segundo Figueiredo-Silva, unificar a proposta de estrutura para os sujeitos nulos e as construções com redobro de sujeito, exemplificada em (28) e que mostram restrições relacionadas ao movimento *qu*- semelhantes às apresentadas por construções com o sujeito nulo (cf. (29)).

- (28) a. A Maria<sub>i</sub>, ela<sub>i</sub> comprou um carro ontem  
b. A Maria<sub>i</sub>, o que que ela<sub>i</sub> comprou ontem?  
c. \*O que que a Maria<sub>i</sub>, ela<sub>i</sub> comprou ontem?

- (29) a. Comprei um carro ontem  
b. Eu<sub>i</sub>, o que que comprei ec<sub>i</sub> ontem?  
c. \*O que que ec comprei ontem?

A outra proposta é de que a estrutura corretamente associada ao sujeito nulo no PB é a ilustrada em (30) a seguir, em que a *ec* se move para CP e desempenha ela mesma papel de operador. Levando-se em conta (28) e (29), pode-se preferir a estrutura ilustrada em (27), mas

quando o sujeito é nulo, não há nada que exclua (30) como estrutura possível. As previsões relacionadas a cada uma das propostas, entretanto, são distintas: (27) permite dependências não locais, mas (30) prevê efeitos de ilha no que se refere à interpretação definida do sujeito.

(30) [<sub>CP</sub> *ec*<sub>i</sub> ... [<sub>AgrP</sub> *t*<sub>i</sub> comprei ...] [Figueiredo-Silva 1996 : 129]

Quanto ao sujeito nulo das orações encaixadas, a autora divide os sujeitos nulos em dois grupos: de correferência variável (os que tomam o antecedente no discurso) e de correferência anafórica (os que tomam como antecedente um sintagma nominal da oração matriz). A respeito dos sujeitos nulos de correferência variável, a autora propõe que a relação entre esses sujeitos e o seu antecedente é uma relação de movimento, já que, segundo ela, se submetem às restrições de ilha forte, como sintagma nominal complexo (frase relativa, por exemplo) e ilha de adjunto (exemplos de Figueiredo-Silva 1996 : 130).

(31) a. \*A Maria<sub>i</sub>, eu achei um carro que *ec*<sub>i</sub> tem grana pra comprar

b. \*A Maria<sub>i</sub>, o Pedro olha pro chão toda vez que *ec*<sub>i</sub> fala com ele

Para a autora, se se mantém a hipótese de que o mesmo processo legitima tanto o sujeito nulo matriz quanto o sujeito nulo do tipo variável, então a estrutura de construções com sujeito nulo deve ser como a proposta em (32a), na qual a *ec* é deslocada da posição Spec AgrsP para adquirir o traço de pessoa que lhe falta. Para orações encaixadas em predicados epistêmicos, como em (29a), a estrutura proposta é a em (32b) com um NP movido para uma posição A-barra. A opção por uma *ec* em CP ocorre em construções como a ilustrada em (33). A proposta de estrutura e o exemplo a seguir encontram-se em Figueiredo-Silva (1996 : 131).

- (32) a. [<sub>CP</sub> ec<sub>i</sub> ... [<sub>AgrP</sub> t<sub>i</sub> comprei um carro ontem]]  
 b. [<sub>CP</sub> ec<sub>i</sub>/NP<sub>i</sub> ... [<sub>AgrSP</sub> NP<sub>j</sub> ... [<sub>CP</sub> t<sub>i</sub> que [<sub>AgrP</sub> t<sub>i</sub> ...

(33) — Cadê a Maria?

— ec<sub>i</sub> [o João disse [que t<sub>i</sub> saiu mais cedo]]

No que concerne aos sujeitos anafóricos, a autora descreve características que esses sujeitos têm em comum com PRO, quando este se comporta como um anafórico. Essas características são: obrigatoriedade de um antecedente (cf. (34)); impossibilidade de tomar antecedentes cindidos (cf. (35)); necessidade de um antecedente local (cf. (36)).

(34) O Pedro<sub>i</sub> disse que ec<sub>i/\*j</sub> canta bem.<sup>11</sup>

(35) \*O João<sub>i</sub> disse que a Maria<sub>j</sub> pensa que ec<sub>i+j</sub> vão morar juntos.

(36) a. \*A Maria<sub>i</sub> disse que o Pedro<sub>j</sub> acha que ec<sub>i</sub> vai ganhar.

b. \*A Maria<sub>i</sub> convenceu o Pedro<sub>j</sub> que ec<sub>j</sub> devia sair

[Figueiredo-Silva 1996 : 133]

Em sua análise a respeito desses sujeitos, Figueiredo-Silva adota, parcialmente, a proposta de Borer (1989) para o hebraico. Nessa proposta, a autora unifica as categorias PRO e *pro* para essa língua. Um dos aspectos mais relevantes da proposta de Borer é o fato de ela considerar que o nódulo de concordância é nominal e, como tal, ele pode ser anafórico ou

<sup>11</sup> O exemplo original da autora para esse caso é \**A Maria<sub>i</sub> disse que cv<sub>j</sub> canto bem*. A opção por substituir esse exemplo deve-se ao fato de que o considero perfeitamente gramatical. Além do mais, os índices não poderiam jamais coincidir nesse caso, pois as marcas morfológicas nos verbos, por serem distintas, obrigam a uma interpretação disjunta.

pronominal (este último caso sendo o das línguas de sujeito nulo). Sendo uma categoria anafórica, deve, então, ser ligado por uma categoria [+N] em posição A. Grosso modo, Figueiredo-Silva propõe, então, que Agr em PB é dividido em três camadas: Agr-pessoa, Agr-número e Agr-genêro. Sendo vazio, Agr-pessoa deve ser ligado por um antecedente que lhe dê referência. Isso quer dizer que no PB o elemento anafórico do nódulo de concordância é Agr-pessoa.

Resumindo, Figueiredo-Silva propõe que há, no PB, dois tipos de sujeito: um com estatuto de variável, decorrente de movimento para a posição de tópico, que ocorre em orações matrizes e encaixadas, e outro com estatuto de categoria anafórica e que deve, portanto, ser ligado por um NP. Ambos os tipos de sujeito compartilham a propriedade de ser [-pessoa], e só podem ser licenciados se adquirem esse traço, seja por meio do movimento para CP, seja por meio da ligação por um antecedente.

Tratar o sujeito nulo (de 3ª pessoa) do PB como um caso de ligação A-barra tem sido a opção de muitos autores que estudam esse tema. Modesto (2000, 2004), por exemplo, argumenta que a estratégia de licenciamento do sujeito no PB é diversa daquela utilizada pelo PE, uma língua de morfologia rica. Modesto (2000) adota a ideia de que *pro* não possui traços gramaticais de pessoa e número, por exemplo, distinguindo-se, nesse aspecto, dos pronomes lexicais, e, por isso, não é capaz de referir, razão pela qual precisa adquirir esses traços de algum outro elemento na sentença. No PE a morfologia verbal é capaz de dar referência a *pro*, enquanto no PB essa possibilidade é excluída devido ao empobrecimento dessa morfologia, que não pode, então, prover *pro* com os traços gramaticais necessários para referir. Assim, a única maneira de identificar *pro* no PB é por meio de um antecedente.

Uma das evidências utilizadas pelo autor para corroborar sua ideia de que *pro* é identificado por uma operação que envolve uma posição A-barra advém de dados como os



apresentados a seguir. A maioria dos estudos relativos à referência do sujeito nulo encaixado no PB considera que o antecedente desse sujeito é o sujeito da oração imediatamente mais alta. O que (37) mostra é que o antecedente do sujeito nulo pode ser o objeto da sentença mais alta se este estiver deslocado, seja devido a movimento wh- seja devido a movimento de tópico. Se se considera que a palavra wh- e o sintagma topicalizado ocupam uma posição A-barra no domínio de CP, tem-se evidência de que o sujeito nulo pode ser A-barra ligado. Além disso, é possível supor que o sujeito lexical da matriz também ocupa uma posição A-barra, o que permite que seja capaz de ligar o sujeito nulo. Isso quer dizer que a ambiguidade observada em (37) indica que ambos os antecedentes de pro encontram-se em uma posição A-barra.

(37) a. Quem<sub>i</sub> que o Pedro<sub>j</sub> convenceu t<sub>i</sub> que pro<sub>i/?j</sub> tinha que ir embora?

b. A Maria<sub>i</sub>, o Pedro<sub>j</sub> convenceu t<sub>i</sub> que pro<sub>i/j</sub> tinha que ir embora.

O autor argumenta a favor de que o movimento exerce papel fundamental na determinação do antecedente do sujeito nulo. Para isso, utiliza dados com tópico gerado na base (e não decorrente de movimento), mostrando que, nesses dados o objeto topicalizado não pode ser antecedente do sujeito nulo da oração subordinada. O sujeito da oração matriz, então, é a única opção de antecedente para o sujeito encaixado. Os dados utilizados pelo autor são dados a seguir. Em (38), há um caso em que um pronome lexical está presente na posição relacionada ao tópico, o que faz supor que o tópico não foi movido, mas, ao contrário, é gerado na base, enquanto (39) ilustra um caso de wh- *in situ*, que contrasta claramente com (37a) acima.

(38) A Maria<sub>i</sub>, o Cadu<sub>j</sub> convenceu ela<sub>i</sub> que pro<sub>\*i/j</sub> tinha que ir embora.

(39) O Pedro<sub>j</sub> convenceu quem<sub>i</sub> que pro<sub>\*i/j</sub> tinha que ir embora?

Modesto propõe, então, que o sujeito nulo encaixado em PB é ligado por uma posição A-barra, posição essa ocupada por qualquer sintagma que sofreu movimento A-barra ou, quando não há movimento desse tipo, pelo sujeito da oração matriz. Para levar adiante uma análise desse tipo, Modesto precisa considerar que os sujeitos no PB ocupam normalmente uma posição A-barra e que, por isso, eles são os antecedentes preferenciais do sujeito nulo encaixado. Segundo o autor, essa posição é AgrP<sup>12</sup>, ocupada pelo sujeito após a checagem de Caso em Spec, TP. AgrP pode ser ocupada também por elementos movidos para o domínio de CP, situação em que é uma posição de passagem. AgrP pode ser licenciado de duas maneiras, pela inserção de morfemas de concordância - como ocorre em línguas de morfologia rica, segundo Modesto, visto que nessas línguas esses morfemas têm entrada lexical própria - ou pelo preenchimento de sua posição de especificador - que ocorre em línguas de morfologia pobre, nas quais o verbo já entra na derivação flexionado para concordância.

Segundo o autor, uma análise como a proposta por ele consegue explicar porque *pro* em PB é interpretado como uma variável. Primeiramente, ele mostra dados de Negrão (1997) que demonstram que o sujeito nulo no PB é usado sempre que se deseja uma interpretação de variável. Pronomes lexicais, por outro lado, nunca podem ser interpretados como uma variável. Figueiredo-Silva (1996) e Rodrigues (2004) também demonstram, por meio de testes, que *pro* em PB se comporta como uma variável, de forma muito similar ao comportamento de PRO nos contextos de infinitivas. A seguir, são apresentadas duas evidências a favor da ideia de que *pro* é uma variável ligada no PB: (i) o fato de apresentar

---

12 Modesto adota a proposta de Koopman & Sportiche (1991), entre outros, de que a posição mais alta de I é uma posição A-barra quando não é uma posição onde Caso é verificado. O autor adota, ainda, a ideia de Belletti (1990) de que a posição mais alta de I é AgrP.

*sloppy identity readings* no caso de elipse de VP quando o sujeito é nulo, enquanto nesse mesmo contexto o uso do pronome lexical acarreta ambiguidade entre as leituras *sloppy* e estrita (cf. (40a) *versus* (40b)), e (ii) o fato de pronomes lexicais e pronomes nulos darem origem a interpretações (e valores de verdade) distintos em sentença nas quais seu antecedente é um sintagma do tipo *só DP* (cf. (41a) vs (41b)). Os exemplos a seguir foram extraídos de Rodrigues 2004 : 129.

(40) a. O Pedro<sub>i</sub> acha que pro<sub>i</sub> é inteligente e o Paulo também<sup>13</sup>

b. O Pedro<sub>i</sub> acha que ele<sub>i</sub> é inteligente e o Paulo também

(41) a. Só Maluf<sub>i</sub> acha que pro<sub>i</sub> vai ganhar as eleições

(int.: o único x tal que x pensa que x vai ganhar as eleições é Maluf)

b. Só Maluf<sub>i</sub> acha que ele<sub>i</sub> vai ganhar as eleições

(int.: o único x tal que x acha que Maluf vai ganhar as eleições é Maluf)

Modesto argumenta, então, que a sua análise explica de forma direta a interpretação *sloppy* de *pro*. Segundo ele, como não carrega nenhum índice, o *pro* reconstruído dentro do VP elidido está sujeito às mesmas restrições a que se submete a categoria nula dentro do VP antecedente, ou seja, *pro* terá de ser A'-ligado pelo sujeito mais próximo, que em (40a) é *Paulo*. O PE difere do PB nesse sentido porque *pro*, naquela língua, carrega um índice em LF, em decorrência de ter sido identificado via concordância.

Modesto (2007) modifica um pouco a análise apresentada acima, no sentido de que considera o PB uma língua de tópico proeminente que possui uma posição F(uncional) com

---

13 Em PE, esse exemplo é ambíguo entre as duas leituras consideradas, o que evidencia que *pro*, nessa língua, se comporta como sua contraparte lexical, diferentemente do que ocorre no PB.

um traço EPP que precisa ser verificado. Essa posição relaciona-se a um nível sentencial onde ocorre a relação tópico comentário e, como na análise anterior feita pelo autor, é considerada uma posição A-barra, o que explicaria o comportamento de variável de *pro* no PB. O autor assume ainda, com Holmberg (2005), que sujeitos nulos são um grupo de traços- $\phi$  não referenciais, que, quando não identificados pela concordância (rica), só podem ser interpretados como uma variável em LF, ou seja, devem ser ligados por uma posição A-barra. Isso impede o sujeito nulo em línguas como o inglês, língua que não possui nenhum das duas estratégias de licenciamento do sujeito nulo: possui morfologia pobre e seu sujeito ocupa Spec, TP, que é uma posição-A, já que não é uma língua de tópico proeminente.

Com essa proposta, o autor pode, então, derivar as propriedades do sujeito nulo. A necessidade de antecedente deve-se à não referencialidade de sintagmas- $\phi$ , enquanto localidade e c-comando se aplicam porque são requisitos para a formação de cadeias, os quais impedem também a formação de cadeias tripartites, explicando por que antecedentes cindidos são proibidos; por último, as interpretações *sloppy* e covariante (relacionada a *só DP*) devem-se ao fato de os sintagmas- $\phi$  serem interpretados como variáveis.

Nesse trabalho, o autor aborda ainda os casos de sujeito nulo com interpretação arbitrária. Essa interpretação é influenciada pela presença de um locativo na sentença encaixada, como se pode ver no exemplo abaixo. Em (42b), fica claro que o locativo causa um efeito de interveniência, impossibilitando que o sujeito nulo seja ligado pelo sujeito da oração matriz. Isso se dá porque o locativo ocupa a posição de tópico da sentença encaixada, prevenindo a formação de cadeia entre os dois sujeitos e forçando a interpretação genérica. Note-se que o período em (42a), apesar de não mencionado pelo autor, é ambíguo entre uma leitura ligada e a leitura genérica. A discussão acerca dessa ambiguidade será retomada na seção 2.

(42) a. O Feco<sub>i</sub> me falou que ec<sub>i</sub> vende cachorro quente na praia.

b. O Feco<sub>i</sub> me falou que na praia ec\*<sub>i</sub> vende cachorro quente.

[Modesto 2004 : 140]

Rodrigues (2004) também alega que o PB difere das demais línguas românicas de sujeito nulo, que obedecem ao princípio Evite Pronome. De acordo com a autora, o PB licencia sujeitos pronominais mesmo quando esses não são enfáticos, diferentemente das línguas que obedecem a esse princípio, nas quais o sujeito lexical é enfático. Outra diferença apontada pela autora diz respeito aos sujeitos pronominais. Ela acrescenta que em PB, ao contrário das línguas pro-drop clássicas, não há preferência por interpretar o sujeito pronominal como não correferente ao sujeito da matriz.

(43) O João disse<sub>i</sub> que ele<sub>i/j</sub> gosta da Maria

[Rodrigues 2004 : 79]

Além disso, Rodrigues confirma que um sujeito nulo referencial de 3ª pessoa não é licenciado em orações matrizes, mas que esse sujeitos nulos podem receber interpretação não específica ou indeterminada. A autora ainda alega que não se pode falar que o PB não admite mais sujeitos nulos, já que ainda licencia sujeitos nulos de 1ª pessoa em oração matriz e sujeitos nulos referenciais de 3ª pessoa em oração subordinada. Na verdade, o que se pode afirmar é que o PB não é uma língua pro-drop clássica, que licencia *pro*.

(44) ec Falei com o João ontem a noite

(45) João<sub>i</sub> disse que ec<sub>i</sub> vem amanhã

[Rodrigues 2004 : 81]

Em sua análise, a autora dá tratamentos distintos a esses sujeitos, sendo o sujeito nulo de orações matrizes casos de apagamento de tópico e o sujeito nulo de orações encaixadas resultado de movimento de NP. O argumento de Rodrigues para tratar os sujeitos de oração matriz como resultado de apagamento de tópico baseia-se em dados como os ilustrados a seguir, que apontam a existência de correlação entre o preenchimento de posições em C e o preenchimento da posição de sujeito. O que se observa é que o preenchimento de CP favorece ou torna obrigatório o preenchimento da posição de sujeito. Segundo Rodrigues, o tópico apagado e o elemento wh-, nos exemplos a seguir, concorrem pela mesma posição e, por isso, esses exemplos são agramaticais. Isso significa que, no caso de o sujeito ser pronominalizado, a posição ocupada pelo pronomine é mais baixa que a posição ocupada pela palavra wh-, o que permite que ambos sejam licenciados.

(46) a. \*? Quem ec esqueci de citar?

(cf. Quem eu esqueci de citar?)

b. \*? O que ec fiz?

(cf. O que eu fiz?)

c. ?\*Por que ec fui despedida?

(cf. Por que eu fui despedida?)

[Rodrigues 2004 : 83]

A autora chama atenção, ainda, para o fato de que orações principais com tópicos parecem não licenciar um sujeito nulo de 1ª pessoa, o qual também não é licenciado em orações relativas.

(47) \* O João, ec acho que vai ser promovido

(cf. O João, eu acho que vai ser promovido)

[Rodrigues 2004 : 84]

(48) \*? Eu comprei aquele vestido [que ec vi ontem]

(cf. Eu comprei aquele vestido que eu vi ontem)

[Rodrigues 2004 : 85]

Rodrigues então compara o PB ao alemão, que, apesar de não ser uma língua de sujeito nulo, admite o apagamento do sujeito de 1ª pessoa sob determinadas circunstâncias, como ilustrada (49) a seguir.

(49) (Ich) hab' ihn schon gesehen (Ross (1982), *apud* Rodrigues 2004 : 86)

'Eu já o vi'

Citando Ross, Rodrigues aponta que esse apagamento somente é possível quando o pronome aparece em posição inicial na sentença, que seria uma posição de tópico, pois se outro pronome é topicalizado, como o pronome objeto, por exemplo, a realização do sujeito é obrigatória, como se pode observar em (50). Além disso, o alemão, como o PB, não licencia o sujeito nulo em contexto de pergunta wh- nem em orações relativas, como mostrado em (51).

(50) Ihn hab \*(ich) schon gesehen (Ross (1982) *apud* Rodrigues 2004 : 87)

'Eu já o vi'

(51) a. \* Was machte

‘O que eu fiz?’

b. \*Ich kenne das mädchen, daß gestern getroffen habe

‘Eu conheço a garota que eu encontrei ontem’

[Rodrigues 2004 : 87]

Rodrigues conclui, então, que o sujeito nulo de 1ª pessoa no PB decorre de apagamento de tópico, como no alemão e também no chinês. Essa análise explica por que o sujeito nulo não é licenciado quando C já está preenchido, como em construções com *wh-* e em orações relativas. Nesse caso, o movimento do pronome para a posição de tópico seria bloqueada por razões de minimalidade, visto que um outro elemento já teria sido movido para CP. Assim, estando impossibilitado de se mover para a posição de tópico, o pronome não poderia ser apagado. Uma análise como essa acaba por ter de considerar que não há pronomes nulos de 1ª pessoa no PB, pois pronomes nulos não estão sujeitos a tais restrições (como se pode observar em línguas *pro-drop* clássicas). Rodrigues assume, ainda, que o apagamento de tópico só pode ocorrer quando a morfologia de concordância é rica o suficiente para permitir a interpretação do tópico apagado.<sup>14</sup> Isso implica que a 3ª pessoa não é licenciada por esse mesmo processo porque, nesse caso, a morfologia é pobre. Esse tipo de explicação, porém, não pode ser estendido ao chinês, que, mesmo sem possuir marcas morfológicas de concordância, licencia o apagamento de tópico.

Tendo proposto que o apagamento de tópico aliado à morfologia rica é o responsável pelo licenciamento do sujeito nulo de 1ª pessoa em orações matrizes, a autora volta sua atenção aos sujeitos nulos de 3ª pessoa em orações encaixadas, que para ela resultam da aplicação da operação de movimento. Isso implica que o sujeito nulo de 3ª pessoa em

---

14 A mesma análise é estendida pela autora para o finlandês (p. 89-94).



contexto de encaixamento é uma cópia apagada do sujeito da oração matriz. Essa análise adota uma série de pressupostos definidos em Hornstein (1999), como o pressuposto de que papéis- $\theta$  são traços que podem ser verificados via movimento de DP. Essa hipótese é contrária a um dos pressupostos básicos da teoria gerativa desenvolvida por Chomsky, em suas diversas versões, de que cada papel- $\theta$  só pode ser atribuído a um argumento e que cada argumento só pode receber um, e somente um, papel- $\theta$ . Em Chomsky (2008), esse pressuposto é formulado em termos da noção de *merge* externo (*external merge* (EM)), operação responsável por produzir a estrutura argumental.

A autora começa sua análise abordando características das marcas morfológicas de concordância do PB, que possui, como visto anteriormente, um paradigma reduzido se comparado a outras línguas românicas, inclusive o PE. Rodrigues correlaciona a perda do sujeito nulo referencial no PB com o enfraquecimento da morfologia de concordância. Para ela, Agr em PB é defectivo, sendo incapaz de instanciar distinções de pessoa e número. Agr é considerado, então, defectivo em relação aos traços- $\phi$ , mas não no que se refere ao traço D, já que pode verificar o EPP, propriedade evidenciada nos dados empíricos pelo fato de sujeitos nulos expletivos, quase-argumentais e arbitrários serem licenciados, ilustrados a seguir em (52a), (52b) e (52c), respectivamente.

- (52) a. Tem muita coisa aqui nessa loja
- b. Choveu muito ontem
- c. Vende sorvete na padaria

Resumindo, Rodrigues considera que Agr no PB, apesar de defectivo no que se refere aos traços- $\phi$ , é capaz de checar o traço EPP de T. Entretanto, sendo defectivo, não pode checar

os traços- $\phi$  de T. Sendo assim, em contexto de sujeito referencial, é necessária a inserção de um item lexical com traços- $\phi$  completos que seja capaz de checar o papel- $\theta$  do verbo e os traços- $\phi$  de T. Note-se que a posição Spec de IP não precisa ser projetada, já que Agr verifica o EPP.

Esse tipo de análise precisa explicar como ocorrem as relações de atribuição de Caso nas orações matriz e encaixada, pois pressupõe-se que um DP possa entrar em uma relação de atribuição de Caso apenas uma vez, o que implicaria, em uma análise como a proposta por Rodrigues, o "congelamento" do DP na oração encaixada e, conseqüentemente, a impossibilidade de esse DP mover-se para a oração matriz. Para resolver essa questão, a autora adota, então, as seguintes hipóteses a respeito da atribuição de caso: o traço de Caso estrutural é verificado em uma relação Spec-head (especificador-núcleo) e concordância em traços- $\phi$  provoca movimento para verificar Caso, ou seja, um DP só se move para a posição de especificador do núcleo com o qual verifica seu Caso se ambos concordam em traços- $\phi$ . Com isso, Rodrigues pode propor a seguinte derivação para as sentenças com sujeito nulo encaixados em PB, como a do exemplo (53), que começa com a numeração apontada em (54).

(53) a. João<sub>i</sub> disse que ec<sub>i</sub> comprou o carro

(54) Num(eração) = {T<sub>2</sub>, o<sub>1</sub>, João<sub>1</sub>, disse<sub>1</sub>, que<sub>1</sub> comprou<sub>1</sub>, o<sub>1</sub>, carro<sub>1</sub>, v<sub>1</sub>}

[Rodrigues 2004 : 125]

Após o *merge* entre o verbo *comprar* e seu argumento interno, o DP *o João* é inserido na derivação formando o VP encaixado. Em seguida, T<sup>o</sup>, que possui Agr defectivo e traço-D, é inserido. Agr checa, então, o EPP de T<sup>o</sup>, mas não seus traços- $\phi$ . T, agora um *probe* procura por um *goal*, no domínio do VP, que possa checar esses traços. Uma operação de *agree* entre

T e *o João* deleta os traços- $\phi$  de T.

(55) a . [VP [DP *o João*] <sub>Case, $\phi$</sub>  [V' *comprou* <sub>$\phi$ -def, D</sub> [DP *um carro*]]]

b. [TP [T *comprou* <sub>$i\phi$ def,D</sub> +T- $\phi$ EPP] [VP [DP *o João*] <sub>Case, $\phi$</sub>  [V' *t<sub>i</sub>* [DP *um carro*]]]]]

[Rodrigues 2005 : 106]

Nesse ponto da derivação, o sistema pode tanto mover o sintagma *o João* quanto inserir *que*, o próximo item da numeração. O movimento de *o João* acarretaria a verificação de seu Caso e o tornaria inativo para movimento, causando a não convergência da derivação, pois não há nenhum outro item na numeração capaz de checar os traços- $\phi$  e o papel- $\theta$  do predicado matriz. A inserção de *que*, por outro lado, posterga a verificação do Caso do DP e derivação prossegue (essa etapa é necessária para a convergência da derivação proposta pela autora, mas merece destaque o fato de ser uma etapa ad hoc e que sugere um sistema no qual o falante seria capaz de avaliar entre duas possibilidades distintas de derivação, uma delas agramatical em determinado momento). Na etapa mostrada em (56), como há apenas um T na derivação, o DP *o João* deve se mover para o Spec de VP da matriz. Após a inserção de T matriz, Agr checa o traço EPP de T, mas não deleta seus traços- $\phi$ , exatamente como na oração subordinada. *Agree*, então se aplica entre T e o DP, em VP, e o DP se move para Spec de TP, onde checa seu Caso.<sup>15</sup>

---

15 Da forma como proposto, o movimento de *o João* é ilícito, por causa da Condição de impenetrabilidade de fase. Para contornar esse problema, a autora adota proposta de que as línguas românicas possuem uma projeção funcional (FP) acima de TP, que serviria de passagem para o DP movido. Ainda segundo Rodrigues, quando a derivação atinge a etapa em que o vP matriz é inserido, CP é avaliado e TP, então, mandado para *spell-out*. Como FP não é uma fase, continua disponível para a computação.

(56) [VP[DP o João]<sub>2Case, φ</sub> [V' disse<sub>φ,def,D</sub>[CP que [TP[comprou<sub>1φdef,D</sub> +T-φEEP] [VP t<sub>2</sub> [V' t<sub>1</sub> [DP um carro]]]]]]]]

[Rodrigues 2005 : 107]

Rodrigues argumenta que uma análise que considera que *pro* em PB é, na verdade, uma cópia apagada de um DP movido é capaz de explicar por que esse sujeito nulo apresenta características de controle. Em um quadro teórico que trata o sujeito nulo das construções de controle também como cópias apagadas de um DP movido, a unificação dos dois tipos de fenômeno é uma das vantagens da proposta da autora. Como *pro* e PRO no PB se comportam da mesma maneira e recebem a mesma interpretação (apesar de ocorrerem em contextos distintos), é desejável que possam ser unificados. Uma das características que ambos os sujeitos têm em comum é o fato de serem elementos anafóricos que tomam o NP mais próximo que o c-comanda como seu antecedente, propriedade evidenciada por Figueiredo-Silva (1996), que também trata de outra característica citada por Rodrigues, que é a impossibilidade de antecedentes cindidos. A interpretação de variável em contextos de *só DP*, também citada pela autora, foi apontada por Modesto. Por isso, essas características não serão repetidas aqui. A última característica de controle apresentada pela autora concerne à interpretação *de se*, obrigatória nos contextos de sujeito nulo de 3ª pessoa encaixado no PB (e em contextos de controle com infinitivas (cf. Hornstein (1999)), como em (57a). Essa interpretação não é obrigatória em (57b), havendo ambiguidade entre as leituras *de se* e *de re*.<sup>16</sup>

16 A interpretação *de se* ocorre quando há uma relação de correferência entre uma expressão nominal sujeito de uma oração e um pronome sujeito de uma sentença mais baixa e o indivíduo referido pela expressão nominal tem consciência de que o evento expresso pela sentença diz respeito a ele próprio. A interpretação *de re* ocorre quando se dá a relação de correferência entre a expressão nominal da oração mais alta e o pronominal da oração mais baixa, mas o indivíduo referido pela expressão nominal não tem consciência de que o evento expresso pela sentença diz respeito a ele próprio. Chierchia (1989: 2-3) ilustra essa distinção com o exemplo (2) [numeração do autor]:

(57) a. O Ronald Reagan<sub>i</sub> sabe que ec<sub>i</sub> foi o quadragésimo presidente dos EUA

b. O Ronald Reagan sabe que ele foi o quadragésimo presidente dos EUA

[Rodrigues 2005 : 97]

Todas essas características, segundo a autora, decorrem diretamente da aplicação de movimento, não sendo necessária nenhuma estipulação extra. O comportamento anafórico do sujeito nulo é semelhante ao dos vestígios (ou cópias) deixados por movimento, sendo distinto do comportamento de categorias pronominais, entre as quais *pro*, que podem, ou não, ter sua referência determinada por um antecedente. Além do mais, como a operação de movimento obedece ao princípio geral denominado *Mininal Link Condition*, as características de localidade e c-comando são automaticamente explicadas se se considera que o sujeito nulo encaixado de 3ª pessoa é derivado por movimento no PB.

O efeito de interveniência provocado pela inserção de um locativo na oração encaixada (cf. (42b), pág. 37) ocorre, segundo a autora, porque esse locativo ocupa a posição de Spec, FP, o que impede que o sujeito ocupe essa posição intermediária antes de se mover para a oração matriz. A autora, entretanto, não indica o mecanismo responsável pelo licenciamento de um sujeito com interpretação arbitrária nesse contexto, deixando sem explicação a atribuição de papel- $\theta$  ao argumento externo do predicado encaixado e a checagem dos traços- $\phi$  do T encaixado. Se Spec de FP não é uma posição disponível,

---

(2) Pavarotti believes that his pants are on fire.

Na interpretação *de se* Pavarotti se vê no espelho e tem consciência de que sua crença diz respeito a ele próprio (a sentença então expressa que Pavarotti acha que as calças dele próprio estão pegando fogo). Na interpretação *de re*, Pavarotti vê a própria imagem dele no espelho, mas não se dá conta de que se trata dele próprio (a sentença então expressa que Pavarotti tem a crença de uma certa coisa, que ele desconhece ser ele próprio). O exemplo em (57a) ilustra a leitura *de se* porque a sentença expressa que o indivíduo referido por Ronald Reagan tem consciência de que ele próprio irá receber uma medalha. O exemplo (57b) é ambíguo entre uma leitura *de se* e outra *de re*, em que o indivíduo vive uma situação em que não tem consciência de que o evento expresso pela sentença diz respeito a ele próprio.

pressupõe-se que o DP é inserido diretamente na oração matriz nesses casos.

### **1.3 Conclusões**

Nesta seção, foi apresentado um panorama geral do que se considera uma língua de sujeito nulo na abordagem clássica do assunto, que considera a possibilidade de não lexicalização do sujeito como uma das propriedades associadas ao parâmetro do sujeito nulo. Ao mesmo tempo, foi mostrado que nem todas as línguas que permitem a não lexicalização do sujeito apresentam todo o feixe de propriedades associado a esse parâmetro em Chomsky (1981) e Rizzi (1982), por exemplo. Entre essas línguas, podem ser citadas o chinês, o finlandês e o PB. Ressalte-se que o PB é considerado, nesta tese, uma língua de sujeito nulo, apesar de apresentar propriedades distintas daquelas associadas a línguas de sujeito nulo clássicas, como o italiano e o PE.

O comportamento do PB no que se refere ao licenciamento do sujeito nulo pode ser resumido da seguinte forma. No contexto de oração matriz/independente, o sujeito pode ser nulo se o verbo apresentar marcas de flexão de 1ª (ou de 2ª) pessoa. Sendo a marca de flexão do verbo de 3ª pessoa, o sujeito nulo é licenciado apenas se não for definido, ou seja, no caso de receber uma interpretação arbitrária ou sendo o contexto associado a expletivos ou quase-argumentos. O sujeito nulo referencial de 3ª pessoa só é licenciado se o referente desse sujeito for recuperável no contexto discursivo, como em um contexto de pergunta e resposta. No contexto de oração subordinada, essas propriedades se mantêm, com a diferença de que o sujeito nulo de 3ª pessoa pode tomar como referente o sujeito da oração matriz, e não necessariamente um referente saliente no contexto discursivo. Pode-se dizer, então, que o sujeito nulo de 3ª pessoa no PB não recebe uma interpretação definida, ao passo que os

sujeitos de 1ª e de 2ª pessoa recebem. Basicamente, o que diferencia o PB de línguas como o italiano, por exemplo, é o fato de o sujeito nulo de 3ª pessoa não ser intercambiável com o sujeito pronominal *ele*. No PB, o sujeito expresso por *ele* recebe uma interpretação tipicamente pronominal, como era de se esperar. O sujeito nulo de 3ª pessoa, entretanto, recebe uma interpretação de variável (como destacam os autores citados nas subseções anteriores).

Das análises apresentadas para o PB pode-se concluir que o sujeito nulo de 3ª pessoa no PB, por um lado, se comporta de maneira muito semelhante aos sujeitos nulos de orações infinitivas e, por outro lado, difere substancialmente do sujeito nulo das demais línguas românicas de sujeito nulo. Difere, ainda, dos sujeitos pronominais, o que não é previsto por uma teoria que considera o sujeito nulo uma contraparte dos pronomes lexicais. Além disso, é possível concluir que todas as análises, em maior ou menor grau, adotam a hipótese de que as propriedades do sujeito nulo do PB deve-se ao empobrecimento do paradigma flexional do verbo, se comparado às demais línguas românicas de sujeito nulo. Essa relação de causa e efeito não será adotada nesta tese. A explicação proposta independe de quão rico é o paradigma flexional do verbo em PB e pode ser adotada para paradigmas ricos ou pobres.

As propostas apresentadas também se assemelham ao propor que o sujeito nulo é licenciado por alguma posição A-barra da sentença, ideia que, de certa forma, é também adotada nesta tese, ao se considerar que o sujeito lexical no PB ocupa uma posição no domínio C da oração. Por outro lado, a proposta difere das demais no que diz respeito à realização do sujeito nulo, que, em vez de ser considerado uma categoria pronominal nula, é tido como realizado na própria morfologia verbal. Isso implica que, de fato, o sujeito não é nulo, sendo essa nomenclatura adotada como forma de descrever os fatos em uma nomenclatura corrente na área. A proposta de análise é apresentada na seção seguinte.

## 2 Proposta de análise

### 2.1 Quadro teórico

Conforme discutido no capítulo introdutório desta tese, a proposta de que existem categorias vazias como *pro* na gramática é forçada, na tradição de estudos chomskyana, por diversos aspectos, como o Critério- $\theta$  e o princípio de projeção. A análise proposta nesta tese para o sujeito nulo no PB afasta-se da proposta clássica que força a postulação de *pro* e insere-se em uma tradição de estudos que alega que categorias vazias não existem de fato na gramática. Essa proposta foi implementada de maneiras distintas nesses estudos. Alexiadou & Anagnostopoulou ((1998) de agora em diante A&A) correlacionam a possibilidade de uma língua ser pro-drop ao fato de estar disponível, nessa língua, a ordem VSO, que para as autoras decorre de o EPP ser checado via alçamento do verbo (para AgrS). A&A propõem, ainda, que em línguas de sujeito nulo Spec de AgrSP não é projetado.<sup>17</sup> Note-se que essa proposta se assemelha à de Rizzi (1982) no sentido de considerar que inversão livre e pro-drop são manifestações de um único parâmetro (marcado positivamente). Para a tese defendida neste trabalho, é interessante, na proposta de A&A, o fato de as autoras considerarem que, em línguas pro-drop, o traço EPP pode ser checado pela morfologia de concordância. Essa proposta baseia-se na ideia de que línguas de sujeito nulo têm concordância (pro)nominal, ou seja, afixos de concordância nessas línguas possuem um traço nominal. Esses afixos têm, portanto, o mesmo *status* dos pronomes em inglês, por exemplo.

A correlação entre pro-drop e VSO, segundo A&A, deve-se ao fato de que línguas de sujeito nulo têm concordância verbal [+D]. Essa hipótese baseia-se na proposta de

---

<sup>17</sup> Em línguas que projetam Spec de AgrSP, EPP é checado por movimento/*merge* de XP para essa posição.



Rohrbacher (1994) e de Speas (1994, 1995) de que há dois tipos de concordância verbal: forte e fraca. Ser forte, nesse caso, significa que cada afixo é listado individualmente no léxico, estando, pois, disponível para ser manipulado pelo sistema computacional; ser fraco, ao contrário, significa não ter entrada lexical independente e, por isso, ser inserido na derivação anexado à raiz/radical verbal. Como afixos fortes são itens lexicais independentes (uma espécie de elemento pronominal clítico), pode-se dizer que possuem um traço categorial [+D]. Em línguas de concordância fraca, por outro lado, afixos não são independentes e, por isso, não podem ser caracterizados como tendo um traço categorial independente.

A&A consideram, ainda, haver uma diferença semântica entre os dois tipos de afixos. Para as autoras, traços- $\phi$  são traços semânticos associados a morfemas particulares (pronomes/NPs ou afixos). Em línguas de concordância forte, os afixos, tendo *status* de pronomes, possuem os traços semânticos associados aos pronomes das línguas de concordância fraca, ou seja, concordância forte é [+interpretável], enquanto concordância fraca é [-interpretável]. Isso significa que, no caso de línguas de concordância forte, o traço não precisa ser checado (por um DP no Spec de Agr). Segundo A&A, essa proposta prevê ainda que, em línguas pro-drop/VSO, infinitivas são [+D] (mas não em línguas não pro-drop). Evidência para isso é o fato de verbos infinitivos, em línguas pro-drop, se moverem (checando o EPP, portanto), como ilustra a oração do francês antigo *car elle commence à ne le chercher pas*.<sup>18</sup>

Kato (1999) faz uma proposta semelhante à de A&A em vários aspectos. Segundo a autora, em línguas de sujeito nulo, os morfemas de concordância são itens D independentes na numeração, que contêm caso e traços- $\phi$ . Esses itens são inseridos na derivação como argumentos externos de verbos flexionados para tempo, via *merge*. Os morfemas de

---

<sup>18</sup> Apesar de não ser conclusiva nesse sentido, a proposta de A&A abre a possibilidade de que afixos recebam papel- $\theta$  em línguas pro-drop.

concordância, em línguas de sujeito nulo, possuem, portanto, um estatuto[+ pronominal], sendo resultado de gramaticalização/incorporação de pronomes pessoais na flexão verbal. Como evidência para a gramaticalização, a autora cita a relativa homofonia entre as marcas morfológicas de concordância e os pronomes nominativos nas línguas românicas. A autora considera homofonia tanto a harmonia vocálica quanto aliteração consonantal e alega que, no que se refere à 2ª pessoa, essa homofonia aparece quando o verbo está no perfectivo (*tu hablaste*). Tome-se como exemplo o verbo *falar* em espanhol e em italiano, ilustrados a seguir.

<i>hablar</i> , espanhol	<i>parlare</i> , italiano
yo habl-o	io parl-o
tu habl-as	tu parl-i
ella habl-a	la parl-a

Ainda segundo a autora, como Agr pronominal pode checar traço-D e traço de Caso, Spec, T não é projetado, o que viabiliza a proposta de que *pro* não existe como uma categoria D.

Kato assume que pronomes dividem-se em fortes e fracos, sendo que esses últimos se dividem em três tipos: pronomes livres, clíticos e afixos pronominais de concordância. Para a autora, os pronomes fortes podem aparecer com qualquer um dos três tipos de pronome fraco. Em línguas de sujeito nulo, os pronomes fortes não duplicam *pro*, mas os próprios afixos de concordância (cf. (57)). Assume-se que todas as línguas possuem pronomes fortes, cuja natureza é dêitica, enquanto pronomes fracos e clíticos, que são referencialmente dependentes, aparecem em línguas sem Agr [+pronominal].

(58)  $Yo_i V + Agr_i$

De maneira muito semelhante a A&A, Kato propõe que os pronomes fracos, incluindo-se os afixos pronominais, entram na derivação como itens independentes. Esses afixos são inseridos na derivação como o argumento externo de VP (cf. (59)). Se T possui um traço V forte, então atrai V para ter seu traço checado e, se possui um traço D forte, atrai o afixo, que se move como um núcleo, resultando na estrutura proposta em (60), em que o afixo se adjunge a T<sup>19</sup>. Os pronomes fortes, em línguas como o espanhol, ocupam posições exteriores a TP e recebem um Caso *default*.

(59) [<sub>VP</sub> [<sub>DP</sub> agr [<sub>V</sub> [<sub>V</sub> hab(a)- [<sub>XP</sub> ]]]]]

(60) [<sub>TP</sub> [<sub>T</sub> [<sub>CL</sub> agr] [<sub>T</sub> habla(a)-] [<sub>VP</sub> [<sub>DP</sub> t<sub>i</sub> [<sub>V</sub> [<sub>V</sub> t<sub>v</sub>]]]]]]

Manzini & Savoia (1997, 2005, 2007, 2008, daqui em diante M&S) também propõem a eliminação de *pro* da gramática. Essa proposta é parte de uma proposta mais ampla a respeito da arquitetura geral da gramática e das relações existentes entre léxico e gramática e entre morfologia e sintaxe. Como referido em M&S (2007), os autores incluem-se em uma linha de investigação mais ampla que acredita na existência de uma faculdade de linguagem, mas divergem em pontos importantes da abordagem mais clássica do programa minimalista. Um desses pontos diz respeito à estrutura de constituintes. Na proposta dos autores, as estruturas linguísticas são estritamente projetadas a partir de itens lexicais – o que implica a inexistência de nódulos vazios –, os quais são dotados tanto de conteúdo fonológico quanto interpretativo. Isso significa que não pode haver nódulos apenas com conteúdo abstrato. Traços como número, pessoa, gênero e caso são abandonados em favor das especificações categoriais dos itens lexicais. Os autores constroem, ainda, um modelo de gramática no qual

---

19 Em línguas como o inglês, o verbo entra na numeração flexionado, já que o afixo não é [+pronominal] e o pronome fraco se move para D em Spec, TP.

morfologia e sintaxe são unificadas, o que significa que não há hierarquia entre esses níveis (ou que não há nem mesmo esses níveis do ponto de vista da organização da gramática). Com essa unificação, propõem que a estrutura interna das palavras é idêntica às estruturas sintáticas, o que permite eliminar categorias vazias como *pro*, como se verá adiante.

Adotando um modelo representacional, os autores argumentam que a noção de cadeia é preferível à noção de movimento.<sup>20</sup> Relacionada a essa proposta e relevante para a análise dos sujeitos nulos do PB a ser desenvolvida na seção seguinte, é a ideia de que há itens lexicais que admitem uma leitura de variável e que podem entrar na formação de uma cadeia, processo esse licenciado pela relação de concordância. Segundo M&S, se dois ou mais elementos combinam (ou são compatíveis) em termos de propriedades referenciais, eles satisfazem o requisito para a formação de uma cadeia.

No contexto dessa proposta, dois aspectos merecem especial atenção quando se trata de propriedades dos sujeitos nas línguas em geral: a natureza da flexão de concordância do verbo e a relação responsável pelo licenciamento e pela interpretação dos sujeitos. M&S (2007, 2008) assumem que a propriedade definidora dos sujeitos é uma propriedade denotacional, rotulada pelos autores como D, que pode ser lexicalizada em diversas posições na oração, isto é, nas posições fundamentais do verbo (V, I e C), tanto no nível sentencial quanto em um nível de projeção interno à palavra, o que explicaria, sem recorrer à ideia de movimento, o fato de que os sujeitos aparecem em diversas ordens em relação ao verbo nas diferentes línguas. Considerando-se, por exemplo, que o verbo flexionado ocupa a posição I, o sujeito lexical/pronominal/clítico pré-verbal ocuparia a projeção D de I, enquanto o sujeito pós-verbal ocuparia a projeção mais baixa (V).

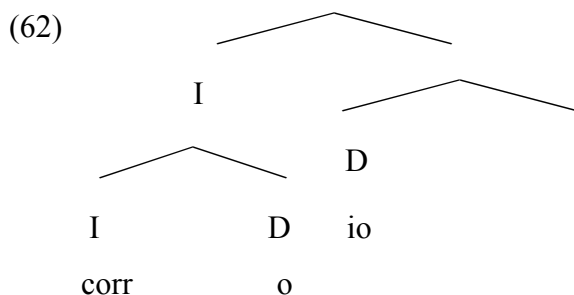
---

20 A noção de cadeia é definida como compartilhamento de uma única posição (*slot*) argumental e abarca cadeias tradicionalmente definidas em termos de movimento (caso em que apenas uma cópia é lexicalizada), que são observadas quando um elemento é lexicalizado em um ponto na sentença, mas é interpretado em outro, e cadeias formadas por dois (ou mais) elementos lexicais lexicalizados em pontos distintos da sentença.

Em relação às marcas de concordância dos verbos finitos, os autores propõem que essas marcas correspondem, no nível da palavra, a material D, de natureza pronominal e capaz de checar o EPP em línguas de sujeito nulo como o italiano. Assim, a estrutura correspondente a uma oração como a apresentada em (61) seria como a ilustrada em (62). Note-se que o argumento externo é realizado em duas posições na sentença pelo afixo de concordância no verbo e pelo pronome e que, por meio da formação de uma cadeia, afixo e pronome compartilham o mesmo *slot* argumental.

(61) Corro io

'corro eu'



Os autores utilizam dois tipos de evidência empírica para dar suporte à proposta de que as marcas de concordância nos verbos são categorizadas como D (exatamente como os clíticos em línguas de sujeito clítico obrigatório, como dialetos do norte da Itália). O primeiro tipo de evidência concerne à identidade morfológica entre sujeitos clíticos e a morfologia nominal (de pessoa/número) do verbo (Kato (1999) também utiliza a homofonia como argumento a favor da ideia de que afixos de concordância são equivalentes a pronomes (sujeitos) nas línguas românicas). A seguir são reproduzidos alguns dos exemplos utilizados pelos autores, em que se constata a recorrência dos segmentos 't' e 'v', respectivamente de 2ª pessoa do singular e de

2ª pessoa do plural (para paradigma completo cf. M&S 2007: 21-25).

(63) 2ª pessoa singular *-t*

*Strozza Valle Imagna* (Lombardia)

a. te 'maɲdʒ-et

tu come-2sg

b. te maɲ'dʒa-et

tu comer.pass.perf-2sg

(64) 2ª pessoa plural *-v*

*Camporeale*

a. vi la'vava-vʊ

vós lavar.pass.imperf-2pl

b. vi la'vaʃti-vʊ

vós lavar.pass.perf-2pl

O outro tipo de evidência de que a distinção entre clíticos e morfologia flexional é difícil de ser mantida refere-se à mesóclise. O argumento se desenvolve no sentido de demonstrar que mesmo o que se convencionou chamar de clítico, por ser de certa forma externo à palavra, pode ocorrer entre o radical verbal e o afixo flexional, o que torna a manutenção dessa distinção ainda mais suspeita. Resumindo, o que os autores buscam provar com esses tipos de evidência é que a flexão verbal pode ser tratada como um tipo de categoria N/D, assim como os clíticos o são.

Outra noção importante, em um modelo de análise como o de M&S, é a noção de

cadeia. Note-se que, ao considerar que a posição D pode ser lexicalizada mais de uma vez (pela flexão e por clíticos/pronomes/NPs), os autores precisam explicar como se dá a interpretação de uma cadeia que envolve a lexicalização de duas ou mais "cópias". Basicamente, a questão que se coloca nesse sentido pode ser assim resumida: como esses elementos, sendo todos de natureza argumental, podem compartilhar a mesma posição argumental? Ou ainda: como mais de um elemento D pode estar associado a uma só posição na grade temática de determinado predicado? Para M&S, a relação estabelecida entre esses elementos é mediada pela operação de concordância (que não é vista como checagem de traços), como a que ocorre entre um elemento anafórico e seu antecedente, no sentido de que uma interpretação correferente só é possível se há concordância entre elemento anafórico e antecedente. Para eles, então, a concordância é uma condição que impõe uma série de possibilidades de interpretação na interface.<sup>21</sup> Considerar que a flexão verbal tem caráter pronominal e que pode, por si só, introduzir o argumento sujeito da oração é importante para implementar a proposta dos autores acerca do sujeito nulo.<sup>22</sup>

Os autores contestam a ideia aceita, de maneira geral, de que a possibilidade de omissão do pronome sujeito esteja diretamente relacionada às outras propriedades comumente descritas como inclusas no feixe de propriedades que caracterizam as línguas de sujeito nulo, que são a inversão livre e a ausência do efeito *that-trace* (ver seção 1.1). Em outras palavras, os autores negam a ideia de que a presença desse feixe de propriedades de relacione à fixação de um único parâmetro. Para eles, a variação encontrada nas línguas do mundo no que se

21 Os autores alegam que há razões empíricas que impedem que se considere a operação de concordância como simples compartilhamento de traços, já que, às vezes, cada membro da cadeia contribui com um tipo de especificação para o estabelecimento da denotação. Esse é o caso do exemplo abaixo, em que os clíticos sujeito e objeto contribuem com a especificação de classe nominal e a flexão verbal com pluralidade.

(i) la la 'tʃam-ən  
ela a chamar-pl  
'Ela as chamou/Elas a chamaram/Elas as chamaram'

22 A implementação da proposta de M&S se distingue da adotada por Kato e também da adotada por A&A, já que para essas autoras o afixo ocupa uma posição sentencial (Agr) e se incorpora ao verbo quando esse se movimenta.

refere à possibilidade de o sujeito ser ocultado depende das propriedades lexicais dos elementos nominais. Os argumentos em que se baseiam M&S advêm da constatação de que as propriedades comumente associadas ao parâmetro do sujeito nulo parecem estar presentes de forma independente nas línguas. Primeiro, vale a pena notar que a proposta delineada em Chomsky (1981) e em Rizzi (1982) baseia-se na diferença entre o inglês, por um lado, e o italiano, por outro. Entretanto, como mostrado na seção 1, há várias línguas que não se alinham com nenhuma dessas duas línguas. Nesse sentido, M&S acrescentam à discussão os dialetos italianos que apresentam um sujeito clítico obrigatório. Nessas línguas, a presença do sujeito clítico é obrigatória, o que as difere do italiano *standard*, mas um sujeito lexical também pode aparecer na sentença, o que difere essas línguas também do inglês, em que sujeitos pronominais e lexicais estão em distribuição complementar.

(65) *Castellazzo Bormida* (Piemonte)

kulɔ dɔnnɔ rɔ 'drwɔm

aquela mulher CL dorme

Na proposta de M&S, o que difere esses dialetos do italiano *standard* é o fato de que, nesses dialetos, a categoria com a propriedade denotacional D(efinitude) deve também ser lexicalizada no domínio I (flexional). No italiano, ao contrário, a lexicalização dessa categoria pode se dar apenas no nível interno à palavra, por meio da flexão verbal. Em dialetos como Castellazzo Bormida, o sujeito lexical deve, então, ocupar uma posição mais alta em relação a I.<sup>23</sup> Uma teoria que unifica morfologia e sintaxe permite vários tipos de gramática no que concerne à lexicalização do sujeito no domínio sentencial I, conforme mostra (66). Os autores

---

23 Em línguas como o francês, em que o sujeito lexical e o sujeito clítico estão em distribuição complementar, a hipótese é a de que ambos concorrem pela mesma posição, no domínio flexional.



alegam que propriedades como inversão se aplicam em línguas de todos esses grupos (apesar de não se aplicar em todas as línguas de cada grupo).

(66) Lexicalização das propriedades D no domínio de I

- |                        |                               |
|------------------------|-------------------------------|
| a. i por clíticos      | (dialetos do norte da Itália) |
| ii por clíticos ou NPs | (francês)                     |
| iii por NPs            | (inglês)                      |
| b. sem lexicalização   | (italiano)                    |

Quanto à posição ocupada pelos sujeitos lexicais no italiano e nas línguas que permitem o redobro do sujeito lexical pelo sujeito clítico, M&S sugerem que esses sujeitos são tópicos. De fato, segundo eles, essa é a interpretação que recebem no italiano, por exemplo, estando fora do escopo sentencial.<sup>24</sup>

Resumindo, M&S propõem que a flexão verbal tem caráter pronominal e pode, em algumas línguas, satisfazer o EPP no nível morfológico (interno à palavra). Em outras línguas, ao contrário, o EPP deve ser satisfeito no nível sentencial. Segundo a proposta delineada por esses autores, a propriedade D pode ser lexicalizada em vários domínios e, se isso ocorrer, os elementos que lexicalizam D farão parte da mesma cadeia interpretativa e serão interpretados como um único argumento do verbo se compartilharem especificações referenciais, ou seja, se não possuírem especificações incompatíveis. A seção seguinte é dedicada a uma proposta de análise do sujeito nulo do PB embasada no quadro teórico proposto por M&S, que unifica morfologia e sintaxe. No decorrer da discussão, detalhes da análise de M&S não tratados aqui,

---

<sup>24</sup> Sujeitos pós-verbais, por outro lado, ocupam uma posição baixa na sentença, no domínio lexical e com características interpretativas de foco. Nesse sentido, não se pode falar em inversão, já que o sujeito ocupa a posição na qual foi gerado, não tendo sido derivado pela aplicação de uma operação de movimento que justifique o uso do termo invertido.

mas que forem relevantes, serão trazidos à discussão.

## **2.2 Análise**

Adotando-se o quadro teórico proposto em Manzini & Savoia (2005, 2007), o objetivo desta seção é propor uma explicação para o fato de o PB apresentar propriedades de controle em orações finitas com sujeito nulo de 3ª pessoa sem, contudo, fazer uso de categorias vazias do tipo *pro*, PRO e vestígio (este último formulado como cópia apagada no programa minimalista). Primeiramente, as propriedades do sujeito nulo do PB são resumidas a seguir (algumas delas tratadas pelos autores citados na seção 1.3). Importante ressaltar que a análise aqui apresentada refere-se ao paradigma 2 apresentado no quadro 1 da seção 1.1, em que contrastam, no que concerne à pessoa, 1ª, por um lado, e 2ª e 3ª, por outro, que apresentam uma única forma, correspondente à 3ª pessoa do paradigma latino, e, no que se refere a número, singular e plural. A descrição apresentada a seguir distingue dois contextos, o de oração independente e o de oração subordinada.

### **2.2.1 Descrição dos dados**

No contexto de orações independentes, observa-se um claro contraste no licenciamento de sujeitos nulos de 1ª pessoa e de 3ª pessoa no PB. O sujeito nulo de 1ª pessoa, plural ou singular, é licenciado em orações independentes, como em línguas de sujeito nulo clássicas (com a diferença quantitativa demonstrada em estudos como o de Duarte (2000)<sup>25</sup>) e

---

25 Comparando o PB e o PE, sendo o PE considerado uma língua de sujeito nulo clássica, Duarte (2000 : 25) mostra os seguintes resultados de preenchimento de sujeito nulo referencial: 1ª pessoa: 74% de preenchimento no PB e 35% no PE; 2ª pessoa: 90% de preenchimento no PB e 24% no PE; 3ª pessoa: 58% de preenchimento no PB e 21% no PE.

alterna com o sujeito pronominal.

(67) 1ª pessoa singular

- a. (eu) saí ontem bem mais cedo
- b. (eu) encontrei a Sofia em frente à escola
- c. (eu) vou sempre de carro para o trabalho

(68) 1ª pessoa plural

- a. (nós) saímos ontem bem mais cedo
- b. (nós) encontramos a Sofia em frente à escola
- c. (nós) vamos sempre de carro para o trabalho

No que se refere ao sujeito nulo de 3ª pessoa, o PB diverge das línguas de sujeito nulo clássicas, pois o sujeito nulo definido não é licenciado. Para garantir a interpretação definida, é necessária a inserção do pronome (ou de um sintagma nominal). Por outro lado, o sujeito de 3ª pessoa é possível quando a interpretação é arbitrária ou quando a referência é recuperada por um elemento citado no discurso.

(69) 3ª pessoa singular definida

- a. \*saiu ontem bem mais cedo
- a'. ele saiu ontem bem mais cedo
- b. \*encontrou a Sofia em frente à escola
- b'. ele encontrou a Sofia em frente à escola

(70) 3ª pessoa plural definida

- a. \*saíram ontem bem mais cedo
- a'. eles saíram ontem bem mais cedo
- b. \*encontraram a Sofia em frente à escola
- b'. eles encontraram a Sofia em frente à escola

Uma observação em relação ao sujeito nulo arbitrário faz-se necessária. No singular, um elemento do tipo locativo ou temporal é normalmente necessário para garantir a interpretação. O dado utilizado por Kato (1999), por exemplo, é gramatical apenas se o locativo *aqui* está subtendido, no sentido de poder ser recuperado no contexto.

(71) 3ª pessoa arbitrária (singular e plural)

- a. Na praia vende sorvete
- b. Usa muita saia no verão
- c. (Aqui) conserta sapatos
- d. Encontraram a Sofia em frente à escola
- e. Bateram na porta com muita força

(72) 3ª pessoa com antecedente no discurso

- a. — E o Pedro?  
— Saiu bem mais cedo ontem.
- b. — Você tem notícia dos filhos da Maria?  
— Encontraram a Sofia ontem na escola.

Além dos contextos descritos acima, a 3ª pessoa do singular é também a que ocorre em construções comumente associadas a expletivos em línguas de sujeito pleno.

- (73) a. Choveu muito em São Paulo esse ano  
b. Parece que o João conseguiu um novo emprego

De forma geral, nas orações encaixadas, o comportamento do sujeito nulo é muito semelhante ao comportamento dos sujeitos nulos em orações independentes. Os exemplos a seguir dão um panorama geral desse comportamento. A 1ª pessoa é licenciada tanto no singular quanto no plural, podendo alternar com o pronome lexical (cf. (74)). A 3ª pessoa é licenciada com a leitura arbitrária (cf. (75)), em contextos de expletivos (cf. (76)) e se um antecedente está disponível, seja no discurso (cf. (77)), seja na oração matriz (cf. (78)). Como nas orações independentes, a introdução do pronome lexical torna a leitura definida possível, mas não obrigatória, já que a leitura correferencial é também licenciada com o pronome expreso. Nos dados a seguir, o sujeito nulo será representado por *ec*, para que se possa descrever as interpretações de cada sujeito de forma mais eficiente do ponto de vista descritivo.

- (74) a. O João/Eu disse que (eu) quebrei o vaso  
b. O João/Eu disse que (nós) quebramos a vidraça.

- (75) a. O João disse que  $ec_{arb}$  vende sorvete na praia  
b. As crianças disseram que  $ec_{arb}$  vendem sorvete na praia

(76) a. O João disse que  $ec_{expl}$  choveu muito em São Paulo

b. O Pedro disse que  $ec_{expl}$  parece que o Pedro conseguiu um novo emprego

(77) O João<sub>i</sub> telefonou?

O Pedro disse que  $ec_i$  telefonou

(78) O Pedro<sub>i</sub> disse que  $ec_{i/*j}$  telefonou.

Apesar de a maioria dos autores tratarem o sujeito nulo do PB como radicalmente diverso do sujeito nulo de línguas de sujeito nulo clássicas (cf. seção 1.2), o que se percebe é que a diferença entre o PB e essas línguas resume-se à impossibilidade de o sujeito nulo de 3ª pessoa receber, no PB, uma interpretação definida (os dados de Duarte (2000) e de Kato et al. (1996) apontam nessa direção). Vale a pena ressaltar que a possibilidade de correferência entre o sujeito nulo (ou pronominal) encaixado e o sujeito da matriz também é observada em línguas como o italiano (cf. (79a)) e o PE (cf. (79b)), embora nessas línguas, ao contrário do que ocorre no PB, uma leitura disjunta para o sujeito nulo seja também possível, o que no PB só se aplica ao sujeito pronominal, sendo o sujeito nulo obrigatoriamente correferente. Essa possibilidade é, aliás, uma das propriedades que caracterizam a 3ª pessoa (em comparação à 1ª e à 2ª), ou seja, a 3ª pessoa é utilizada como elemento de retomada de uma expressão referencial, enquanto a 1ª e a 2ª pessoas referem-se sempre a participantes do discurso. Isso implica que, em exemplos como o (80) a seguir não se possa falar em ligação, o que quer dizer que a referência do sujeito, em cada oração, é dada de forma independente. O fato de o sujeito da oração matriz e o da oração subordinada serem interpretados como correferentes deve-se ao fato de que ambos se referem à pessoa que emite o enunciado. Essa correferência

é, portanto, diversa da correferência observada em (79), que decorre de um processo sintático-semântico.

(79) a. Gianni<sub>i</sub> ha deto che ec<sub>i/j</sub> ha preso um gelato

Gianni disse que comprou um sorvete

b. O João<sub>i</sub> disse que ec<sub>i/j</sub> comprou um sorvete

(80) Eu disse que vendo sorvete.

O interessante a respeito do PB é que o distancia mais das demais línguas românicas de sujeito nulo é o fato de a leitura arbitrária ser associada à flexão de 3ª pessoa, sem a inserção de *se*. Ambas as propriedades – obrigatoriedade de correferência ou obrigatoriedade de se interpretar o sujeito nulo de 3ª pessoa como arbitrário –, tratadas conjuntamente, permitem um entendimento mais preciso a respeito do sujeito nulo de 3ª pessoa no PB. Em relação ao sujeito arbitrário, é necessário refinar a descrição acima apresentada, ressaltando o papel preponderante do elemento locativo, que garante a interpretação arbitrária, em contraposição à agramaticalidade do sujeito nulo definido. Como já mencionado, exemplos como o de Kato (1999), se não se considera haver um locativo aqui subtendido, são agramaticais, já que a leitura definida não é possível quando o sujeito nulo é de 3ª pessoa. Nas orações subordinadas, a posição do locativo também interfere na interpretação do sujeito nulo de 3ª pessoa, como se pode observar a seguir (cf. também seção 1.2).

(81) 3ª pessoa singular

a. O João<sub>i</sub> disse que ec<sub>i/\*arb</sub> vende sorvete

- b. O João<sub>i</sub> disse que ec<sub>i/arb</sub> vende sorvete na praia
- c. O João<sub>i</sub> disse que na praia ec<sup>\*i/arb</sup> vende sorvete

No caso de a flexão do verbo estar no plural e o sujeito da matriz no singular, o exemplo, sem um locativo que garanta a interpretação arbitrária, é agramatical (cf. (82)). Se o antecedente também for plural a interpretação se dá como no caso de flexão no singular e antecedente no singular (cf. (83)).

(82) 3ª pessoa plural

- a. \*O João disse que ec vendem sorvete
- b. O João<sub>i</sub> disse que ec<sup>\*i/arb</sup> vendem sorvete na praia
- c. O João<sub>i</sub> disse que na praia ec<sup>\*i/arb</sup> vendem sorvete

(83) a. Os meninos<sub>i</sub> disseram que ec<sub>i/\*arb</sub> vendem sorvete

- b. Os meninos<sub>i</sub> disseram que ec<sub>i/arb</sub> vendem sorvete na praia
- c. Os meninos<sub>i</sub> disseram que na praia ec<sup>\*i/arb</sup> vendem sorvete

Interessante notar que a presença de um locativo à esquerda na oração subordinada parece interferir também no licenciamento do sujeito nulo de 1ª pessoa (cf. (84a) vs (84b)). Figueiredo-Silva (1996) já chamava a atenção para esse efeito de bloqueamento do licenciamento do sujeito nulo, mesmo de 1ª pessoa, causado pela presença de um elemento na periferia esquerda (cf. (29c) repetido em (85) a seguir). Ressalte-se que (85) pode ser gramatical se houver uma ênfase no sintagma *o que*, o que equivaleria a uma interpretação do tipo *O que você está dizendo que comprei ontem*.



(84) a. O João disse que vendo sorvete.

b. ?? O João disse que na praia vendo sorvete

(85) \*O que que comprei ontem a noite?

Outra característica dos sujeitos nulos de 3ª pessoa também merece ser retomada. O sujeito da oração matriz é o antecedente preferencial do sujeito nulo, mas outro sintagma em posição mais alta que o sujeito, como um tópico ou um objeto wh-, pode ser o antecedente do sujeito nulo, e a sentença passa a ser ambígua no que se refere ao antecedente desse sujeito (cf. seção 1.2).

(86) a. O Pedro<sub>i</sub> convenceu a Maria<sub>j</sub> de que ec<sub>i/\*j</sub> está doente

b. A Maria<sub>j</sub>, o Pedro<sub>i</sub> convenceu de que ec<sub>i/j</sub> está doente

c. Quem<sub>j</sub> o Pedro<sub>i</sub> convenceu de que ec<sub>i/j</sub> está doente?

A partir da descrição feita acima, é possível proceder a uma proposta de análise das características do sujeito nulo no PB, incluindo as características típicas de controle encontradas em construções com sujeito nulo de 3ª pessoa em orações encaixadas.

## **2. 2. 2 Estrutura de orações com sujeito nulo em PB**

Antes de se apresentar a análise propriamente dita do sujeito nulo no PB, faz-se necessária a observação de que o PB, ao contrário do que propõem diversos autores (para referências veja-se Kato e Negrão (2000)), é considerado uma língua de sujeito nulo nesta tese, já que a possibilidade de não realização do sujeito lexical/pronominal é ainda produtiva na língua e é ainda parte do conhecimento internalizado dos falantes dessa língua. Ao considerar que propriedades como inversão livre ocorrem de maneira independente nas línguas, sem estar ligada diretamente à possibilidade de o sujeito não ser realizado no domínio de I, esta tese exime-se de tratar dessas propriedades de forma direta, concentrando-se em analisar as propriedades do sujeito nulo *per se*, especialmente no que se refere às suas características referenciais.

Primeiramente, vale ressaltar que o quadro teórico adotado neste trabalho, ao unificar morfologia e sintaxe, permite que a análise do sujeito nulo prescindir de categorias vazias como *pro*, já que o argumento externo do verbo pode ser realizado no nível morfológico. Note-se que a expressão nível morfológico é utilizada aqui com caráter apenas descritivo, visto que a proposta de unificar morfologia e sintaxe leva, obviamente, à supressão desses níveis de análise. Nesse sentido, quando se fala em satisfação de determinada exigência no nível morfológico, o que se quer dizer é que a exigência é satisfeita no interior do que aparece superficialmente como uma única palavra, não havendo nenhuma referência a um componente morfológico distinto do componente sintático nem a noções de precedência ou sucessão entre ambos.

A eliminação de categorias vazias como *pro* da gramática, especialmente da gramática do PB, torna a análise mais vantajosa em relação às análises citadas na seção 1.2 por várias razões. Primeiro, torna desnecessária uma análise cindida no que se refere ao tratamento do

sujeito nulo de 1ª pessoa em contraposição ao sujeito nulo de 3ª pessoa; segundo, unifica a análise dos sujeitos de orações independentes e dos sujeitos de orações encaixadas, ou seja, a agramaticalidade de dados com sujeito de 3ª pessoa em orações independentes e a interpretação de controle encontrada em orações encaixadas com sujeitos nulos de 3ª pessoa; terceiro, possibilita explicar a ausência do clítico *se* arbitrário na gramática do PB como consequência direta das características do sujeito de 3ª pessoa, ou mais especificamente de propriedades lexicais do afixo de concordância verbal de 3ª pessoa. A análise ganha, então, em simplicidade e capacidade de generalização, ao derivar esses três aspectos da gramática do PB de características do sujeito em si, sem precisar apelar para conceitos como defectividade, por exemplo.

Como se viu na seção 1, *pro* é considerado um elemento com traços- $\phi$  completos – especificado para pessoa, número (e gênero) –, sendo a contraparte nula dos pronomes pessoais lexicais. Essa definição geral encontra dificuldades em pelo menos dois aspectos relevantes (e não restritos ao PB). Para dar conta da variedade de especificações de traços dos pronomes lexicais, seria necessário postular um *pro* equivalente a cada pronome lexical, para o que não há nenhuma evidência empírica direta; outra possibilidade seria considerar que existe apenas um *pro* subespecificado que deve receber esses traços de outra categoria no curso da derivação, o que exige mecanismos de identificação de *pro*. No PB, a identificação ocorreria ora por meio da flexão verbal (1ª pessoa), ora por meio de um antecedente (3ª pessoa).

A segunda dificuldade de se lidar com *pro* como contraparte de pronomes lexicais é a existência de exemplos nos quais ambos os tipos de pronome não podem alternar entre si. Assim, em (87) a seguir, a categoria vazia tem de ser tratada como uma variável e não como *pro*. Note-se que a única peculiaridade desse exemplo é o fato de o sujeito matriz ser um

quantificador e não, uma expressão referencial.

(87) a. Ninguém disse que saiu

b. Nessuno ha detto che é andato via

O objetivo, nesta seção, é propor uma análise que unifique o tratamento dado aos sujeitos nulos de 1ª e 3ª pessoas no que se refere aos mecanismos que os licenciam. Evidentemente, como orações com sujeitos de 3ª pessoa possuem restrições distintas das de orações com sujeito de 1ª pessoa, será necessário prover uma explicação também para essa diferença. A primeira consideração a ser feita concerne ao fato de que o sujeito nulo de 3ª pessoa é capaz de satisfazer o EPP. Como descrito na seção anterior, há diversos contextos em que a ausência do sujeito de 3ª pessoa na oração não provoca agramaticalidade, ao contrário do que ocorre em línguas como o inglês, na qual o sujeito deve ser sempre realizado por um sintagma lexical. Note-se, inclusive, o caso de verbos inacusativos, que no PB, apesar da restrição geral quanto à inversão do sujeito, permitem a ordem VS.

(88) a. Choveu

b. \*(It) rained

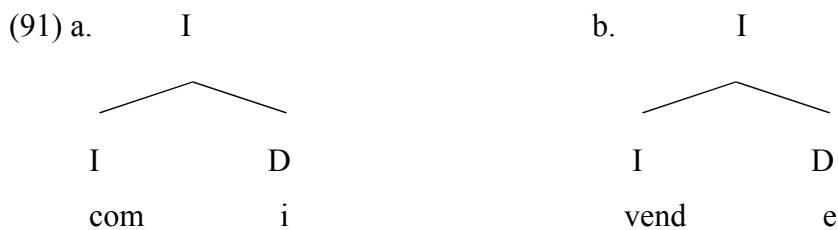
(89) a. O Pedro disse que saiu

b. Pedro said that \*(he) left

(90) a. Chegaram as crianças

b. \*(There) arrived the children

Se é assim, a conclusão mais plausível é a de que o PB é uma língua de sujeito nulo, e que, portanto, tanto com sujeitos de 1ª pessoa quanto com sujeitos de 3ª pessoa, o EPP é satisfeito mesmo sem a presença de um elemento lexical no domínio de I. Nesta tese, como já dito, será adotada a proposta de que o EPP é satisfeito pelo morfema de concordância do verbo (cf. (91a) para a representação do domínio I de uma oração como *Comi muito ontem* e (91b) para a representação de *Vende sorvete na praia*). Nesse sentido, a proposta se aproxima das propostas de Kato (1999) e de A&A e, até certo ponto, da proposta de Rodrigues (2004), já que as autoras propõem não ser necessária a projeção de Spec de TP ou de AgrP para se checar o EPP (no PB).



Essa proposta é estendida à análise de exemplos como (92), ou seja, mesmo em orações agramaticais por não terem um sujeito lexicalmente realizado, o EPP é satisfeito pelo morfema de número e pessoa acoplado ao verbo. Isso implica, então, que a agramaticalidade não pode ser explicada como consequência de uma mudança paramétrica no sentido de que o PB deixou de ser uma língua de sujeito nulo. A proposta a ser delineada mais adiante defende que a agramaticalidade desses exemplos se deve a propriedades da morfologia de 3ª pessoa (a ser referida de agora em diante como -3p). Antes de passar a esse aspecto, é interessante

refletir acerca das vantagens de uma proposta como essa em contraposição às demais análises que trataram desse tema no PB.

(92) \*Chegou cedo ontem.

As propostas de análise do sujeito nulo do PB expostas na seção 1.2 apresentam basicamente o mesmo problema: não conseguem explicar a ocorrência dos sujeitos nulos de 1ª e de 3ª pessoa com base em um só princípio/mecanismo ou não conseguem explicar as diferenças entre sujeito nulo de 3ª pessoa em contexto de oração matriz/independente e em contextos de oração subordinada com base também em um único mecanismo. Negrão (1986) considera que o sujeito é licenciado ora por um tópico, ora por controle. Figueiredo-Silva (1996), por sua vez, unifica a análise para sujeito de 1ª e de 3ª pessoa matriz como movimento para C para que o traço de pessoa possa ser atribuído à categoria vazia que ocupa a posição de sujeito. O problema dessa análise é considerar que a 1ª pessoa, notadamente definida, também carece do traço de pessoa. A análise de Rodrigues (2004) apresenta os seguintes aspectos problemáticos. Não considera, para definir concordância pobre, o paradigma flexional dos verbos, mas cada pessoa gramatical separadamente (assim, a 1ª pessoa é considerada rica, enquanto a 3ª é pobre). Propõe que o sujeito nulo de 1ª pessoa decorre de apagamento de tópico e que o sujeito nulo de 3ª pessoa decorre de movimento, o que significa que a categoria na posição de sujeito é considerada um elemento [+anafórico]. Essa proposta, entretanto, não explica exemplos em que o sujeito recebe uma interpretação arbitrária (como em *vende sorvete na praia*). A proposta delineada nesta tese, por outro lado, unifica o tratamento dado aos sujeitos nulos do PB ao considerar que os afixos de concordância realizam o sujeito e, ao mesmo tempo, explica a diferença entre eles com base nas

propriedades lexicais dos diferentes afixos. O afixo de 1ª pessoa insere um sujeito definido na oração, enquanto o afixo de 3ª pessoa insere um sujeito indefinido, uma variável, que deve ser valorado para ser interpretado.

Voltando ao que distingue orações com sujeito nulo de 1ª pessoa de orações com sujeito nulo de 3ª pessoa, a ideia defendida neste trabalho desenvolve-se no sentido de que -1p no PB é um elemento pronominal definido, enquanto -3p é um elemento pronominal não definido, que introduz uma variável na oração e que, por isso, não pode ocorrer em orações como a apresentada em (92). Essa ideia baseia-se em uma distinção bastante conhecida entre a flexão 3ª pessoa, por um lado, e a flexão de 1ª e de 2ª pessoa (esta última deixada de lado neste trabalho por não ser encontrada na gramática do PB considerada na análise), por outro lado. A 3ª pessoa é, por excelência, o elemento anafórico das gramáticas das línguas românicas (pelo menos), já que pode ser utilizada para retomar uma expressão citada em determinado domínio sintático/discursivo. Assim, a 3ª pessoa pode se referir, no exemplo (93), do italiano, tanto ao sujeito da oração matriz, funcionando como um elemento ligado, no sentido de ser correferente, quanto a um elemento saliente no discurso, normalmente referido como aquele de quem se fala, uma interpretação de certa forma definida. Se se adota a diferenciação entre anáfora e dêixis, pode-se dizer que a 3ª pessoa, quando se refere a *Gianni* é um elemento anafórico e, quando se refere a uma entidade saliente no discurso, é um elemento dêitico.<sup>26</sup> O fato é que 1ª e 2ª pessoas, nesse contexto, são sempre elementos dêiticos. É possível, então, dizer que a 1ª pessoa é sempre definida, no sentido de que se refere sempre ao participante do discurso que emite o enunciado, um elemento de referência sempre definida. O capítulo 2 desta tese mostra que o PB se distancia das línguas românicas em diversos aspectos no que concerne à 3ª pessoa, mas não no que concerne à 1ª pessoa, o que

---

26 Apesar de essa nomenclatura ser controversa sob uma perspectiva de licenciamento das duas leituras (ver Kratzer & Heim (1998)), será usada aqui de um ponto de vista descritivo.

corroborar a análise proposta neste trabalho de que as peculiaridades relativas ao sujeito nulo dessa língua se devem a propriedades da categoria pronominal -3p.<sup>27</sup>

(93) Gianni<sub>i</sub> ha detto che *ec<sub>ij</sub>* viene

'Gianni disse que vem'

A agramaticalidade de (92) deve-se, então, ao fato de -3p no PB não ser definido. Se dirá, então, que no PB -3p introduz, na sentença, uma variável, que precisa ser ligada para receber uma interpretação na interface. Assim, (92) é agramatical devido à impossibilidade de interpretação da variável introduzida pelo sufixo de 3ª pessoa (e não a qualquer tipo de defectividade de I, que impossibilitaria o licenciamento da categoria vazia *pro* na posição de sujeito da oração). Não se dirá também que a 3ª pessoa em PB é caracterizada por um traço [-pessoa], conforme propõem Figueiredo-Silva (1996), Galves (2001). Se -3p fosse uma espécie de categoria *default* ou subespecificada, seria esperado que pudesse tomar um antecedente de 1ª pessoa, o que não ocorre de fato, como se vê na agramaticalidade de (94). Por isso, -3p é considerado neste trabalho como um elemento especificado para o traço pessoa (e número, no caso da -3ppl) e que deve, portanto, concordar com elementos que também possuam esse traço (ou com elementos que realmente não são especificados para o traço de pessoa, o que não é o caso de *eu* em (94)).

(94) \*Eu<sub>i</sub> disse que saiu<sub>i</sub>

Se a proposta de M&S está correta, e o sujeito lexical no italiano ocupa uma posição

---

<sup>27</sup> Lembre-se que as marcas de concordância no verbo são tratadas nesta tese como um elemento de natureza pronominal.



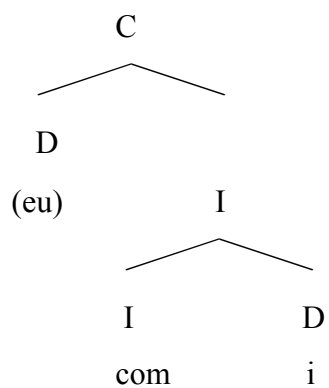
no domínio de C, ou seja, é um tópico, não há sentido em diferenciar o PB dessas línguas nem quanto à posição do sujeito lexical, como fazem análises que diferenciam o PB das línguas de sujeito nulo clássicas ao considerarem que estas línguas são voltadas para a sentença (nas quais os sujeitos ocupam a posição-A Spec IP), enquanto o PB é tratado como uma língua voltada para o discurso (na qual o sujeito ocupa uma posição-A').<sup>28</sup> A interpretação do sujeito nulo se dá, então, pela formação de uma cadeia interpretativa (por ligação) entre D interno ao verbo e um sintagma inserido em C (ou posição-A'). Assim, tanto no italiano como no PB, a marca morfológica e o sujeito lexical entram na formação de uma cadeia, processo mediado pela concordância, já que deve haver compatibilidade de especificações entre eles, mas com a diferença de que, no PB, se a cadeia não se forma, a variável (*x*) introduzida por -3p não pode ser interpretada (a não ser como um sujeito de interpretação arbitrária, como se verá adiante). Pode-se dizer, então, que, no italiano, -3p por ser definido, não precisa ser licenciado por um sintagma nominal (ou pronome lexical), mas, no PB, como -3p equivale a *x*, a cadeia deve se formar.

---

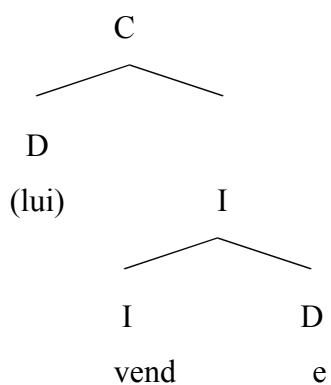
28 A diferença talvez se dê na possibilidade de, em PB, o sujeito lexical ser retomado por um pronome lexical (e pela morfologia), o que o aproximaria das línguas de sujeito clítico obrigatório, no sentido de poder realizar a categoria D no domínio I tanto no interior da palavra quanto na posição de especificador e no domínio C. Kato (1999) propõe que o PB possui uma série de clíticos sujeitos, o que corroboraria essa análise. Uma questão parece relevante nessa discussão: se está diante de uma ou duas gramáticas? A gramática que licencia (i) é a mesma que licencia (ii)?

- (i) O João, ele saiu
- (ii) O João/ele saiu

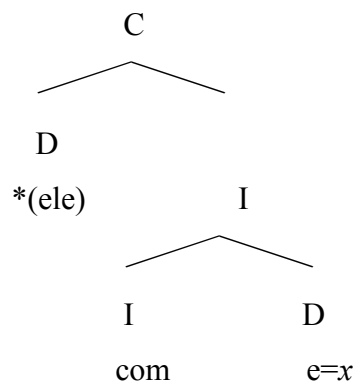
(95) a. sujeito nulo de 1ª pessoa no PB (e no italiano)



b. sujeito nulo de 3ª pessoa no italiano



c. sujeito nulo de 3ª pessoa no PB



A ideia é que essa variável pode, também, ser valorada por um sintagma nominal em uma configuração de pergunta e resposta e, por isso, exemplos como (96) são gramaticais. Isso significa que determinadas condições relacionadas ao contexto de enunciação (ou ao discurso) propiciam que a variável seja corretamente interpretada. É certo que um contexto discursivo apropriado pode licenciar determinados fenômenos linguísticos, como, por exemplo, a inversão do sujeito em contextos de pergunta e resposta como *Quem chegou? Chegou a Maria*. Em (96), então, a variável é ligada pelo tópico discursivo, introduzido na pergunta.

(96) — E o Pedro?

— Saiu bem mais cedo ontem

Na literatura de semântica, existe a ideia de que pronomes referenciais são variáveis livres em LF. Heim & Kratzer (1998), por exemplo, consideram que *his* em (97), quando interpretado como correferente com *John*, pode ser analisado como uma variável ligada, caso em que recebe a interpretação apresentada em (98)<sup>29</sup>. O mesmo tipo de proposta é encontrada também em Chierchia (2003). No PB, então, o afixo -3p no PB pode ser considerado uma variável, que pode ser ligada por um antecedente ou por um operador genérico.

(97) John hates his father

(98)  $x \in D$ : x hates x's father

---

<sup>29</sup> A interpretação em que *his* é interpretado como não correferente com *John* pode ser derivada de duas formas segundo as autoras: sem mover *John* ou por meio da atribuição de índices diferentes ao pronome e ao vestígio de *John*. Como o tratamento especificamente semântico dessas construções está fora do escopo deste trabalho, é relevante aqui apenas mostrar a que tipo de fenômeno se está referindo ao se dizer que -3p no PB é uma variável.

O PB se diferencia, então, de línguas de sujeito nulo clássicas não em termos de opções (macro)paramétricas distintas que induzem um feixe de propriedades, mas quanto às especificações de -3p. Essa análise parece ter um poder explicativo maior que análises anteriores, já que deriva de um mesmo mecanismo as três propriedades peculiares ao PB (no universo das línguas românicas mais conhecidas) no que se refere ao sujeito nulo de 3ª pessoa: ausência de sujeito nulo definido em orações independentes, obrigatoriedade de uma interpretação correferente para o sujeito nulo em orações subordinadas e possibilidade de o sujeito nulo receber uma interpretação arbitrária. A ausência de sujeito nulo em orações independentes foi explorada nos parágrafos precedentes. As demais características serão abordadas a seguir, a começar pela interpretação correferente na oração subordinada.

No PB, sujeito nulo de 3ª pessoa encaixado, como se viu, ao contrário do que ocorre com o sujeito nulo de 3ª pessoa em orações independentes, é gramatical. Entretanto, como o sujeito nulo de oração independente, não pode ser interpretado como um sujeito definido, do que é possível concluir que ambos se submetem ao mesmo tipo de restrição. A gramaticalidade do sujeito em orações encaixadas se deve à existência de um sintagma que pode ligar -3p, dando-lhe referência, que é o sujeito da oração matriz, o que possibilita a interpretação do sujeito nulo. Nesse caso, o licenciamento é possível porque -3p tem um antecedente.

(99) O João<sub>i</sub> disse que vende<sub>e<sub>i</sub>\*<sub>j</sub></sub> sorvete

Também em (99) o morfema de número e pessoa introduz a categoria D (o argumento externo) na oração e satisfaz o EPP do verbo encaixado, introduzindo uma variável como

argumento externo do verbo, que precisará ser valorada para que a interpretação da oração seja possível.<sup>30</sup> A posição D do domínio oracional não é projetada, já que em PB a morfologia é capaz de satisfazer EPP. O mesmo acontece na oração matriz (assim como nas orações independentes). O morfema de número e pessoa introduz o argumento externo (=x) e satisfaz o EPP. O DP *o João* é então introduzido no domínio C da oração matriz. Do ponto de vista sintático/derivacional, a sentença está pronta, restando o estabelecimento das relações interpretativas que possibilitarão a interpretação das variáveis inseridas na sentença. Na oração matriz, o DP *o João* e o morfema de 3ª pessoa formam uma cadeia (compartilham a mesma posição- $\theta$ ), processo mediado pela concordância, ou seja, licenciado pelo fato de ambos compartilharem um feixe de traços (3ª pessoa singular). Na oração encaixada, a variável é valorada por meio de ligação com o sujeito da oração matriz. Note-se que a derivação é a mesma para exemplos como (100) a seguir, com a diferença de que a variável introduzida na oração encaixada é valorada pela formação de uma cadeia com o DP *o Pedro*, nesse caso.

(100) O João disse que o Pedro vende sorvete

De certa forma, as análises que tratam o sujeito nulo do PB como uma variável ligada por uma posição-A' se alinham à proposta aqui apresentada. Uma das vantagens da proposta adotada nesta tese reside no fato de que explica o sujeito nulo no PB sem fazer uso de categorias vazias e fazendo uso de menos etapas derivacionais. Entre as questões a serem respondidas por análises que usam categorias vazias, inclui-se o fato de terem de considerar que *pro* (de 3ª pessoa) é uma categoria anafórica, sendo que, pressupostamente, na teoria, *pro*

---

<sup>30</sup> Note-se que nenhum tipo de *look ahead* ocorre nesse tipo de derivação, já que a agramaticalidade não decorre de um mecanismo sintático, mas sim da impossibilidade de interpretação (na interface). O componente sintático não precisa avaliar a derivação, que é sempre bem-formada do ponto de vista estrutural.

é uma categoria pronominal, ou, ao invés disso, considerar que PRO no PB pode aparecer em um contexto de atribuição de caso nominativo e pode alternar com um sujeito lexical quando o verbo está na 3ª pessoa (ver capítulo 3 para discussão a respeito da alternância entre PRO e DP em orações infinitivas). Até mesmo a proposta de Kato (1999), que considera o afixo verbal como o verdadeiro sujeito da oração, utiliza a categoria PRO para explicar a interpretação de controle encontrada nos dados com sujeito nulo de 3ª pessoa (encaixado) no PB, o que introduz complicações desnecessárias no sistema, já que precisa explicar o licenciamento de PRO em um contexto finito (para a autora PRO é introduzido em uma posição  $\Sigma$ , onde recebe Caso Nulo). Para Kato é esse PRO que é ligado por um antecedente e liga um pronome de 3ª pessoa zero. A proposta desta tese, como se viu, não precisa fazer nenhum tipo de estipulação desse tipo. Em relação à proposta de Rodrigues (2004), a vantagem se delinea no sentido de não ser necessário cindir a análise dos sujeitos de 1ª e de 3ª pessoa, ou seja, pela análise aqui proposta ambos os sujeitos são licenciados no nível morfológico e, quando há um sujeito lexical (no caso da 3ª pessoa) ou pronominal, formam uma cadeia com esses elementos lexicais.

Também em relação a propostas que tratam o sujeito de 3ª pessoa como movimento (ou cópia apagada de DP), a proposta formulada nesta tese apresenta vantagens por não fazer uso de nenhum tipo de defectividade. Primeiro, porque é difícil definir que traço efetivamente falta ao morfema de 3ª pessoa no PB. Também em línguas de sujeito nulo clássicas, sabe-se que esse morfema não apresenta ao menos um traço associado aos pronomes de 3ª pessoa, que é o gênero. Além disso, como se viu, parece não haver evidência de que o traço de pessoa esteja ausente. Alguém poderia alegar que evidência de que -3p é especificado como [-pessoa] advém do fato de que ocorre com o pronome *você*, usado para se referir à 2ª pessoa do discurso. Uma hipótese é que o sujeito nulo de 3ª pessoa pode também ser ligado pela forma

*você*, como ilustra (101). Entretanto, o que se vê é que *você*, apesar de se referir à 2ª pessoa do discurso exibe especificações gramaticais de 3ª pessoa, o que, aliás, é bastante comum nas línguas românicas. O italiano, por exemplo, conta com a forma *lei* (formal) para se referir à 2ª pessoa do discurso, assim como o espanhol, que conta com a forma *usted*, ambas com traços gramaticais de 3ª pessoa. Portanto, a cadeia se forma porque as especificações de -3p e *você* são compatíveis (ou, em outras palavras, porque ambos concordam).

(101) Você disse que vende sorvete.

A análise aqui proposta deve, ainda, ser capaz de derivar as propriedades de controle comumente associadas ao sujeito nulo no PB, que são, segundo os autores que trataram do tema no PB: necessidade de um antecedente local, impossibilidade de possuir um antecedente cindido (essa propriedade será discutida mais adiante) e recebimento de uma interpretação de variável, como fica claro nas construções com *só DP* e no fato de receberem obrigatoriamente uma interpretação *de se*. Essa última propriedade é explicada naturalmente pela proposta delineada nesta tese. Como -3p introduz uma variável na sentença, é natural que seja interpretado dessa maneira. A necessidade de um antecedente decorre do fato de que a variável só pode ser interpretada se for valorada. Mesmo assim, como se viu, a ausência de um DP antecedente nem sempre resulta em agramaticalidade e, nesse caso, o sujeito pode receber uma interpretação genérica/arbitrária.

Uma evidência independente de que -3p no PB é equivalente a uma variável, e que corrobora a análise formulada nesta seção, advém do fato de que -3p é suficiente, no PB, para garantir a interpretação comumente associada ao clítico *se* nas demais línguas românicas (de sujeito nulo). Manzini (1986) propõe que, em italiano, o clítico *si* em construções impessoais

recebe a interpretação de uma variável livre, como em (102).<sup>31/32</sup> O que se vê no PB é que essa interpretação é possível sem o clítico *se*, sendo perfeitamente alcançada apenas com a flexão de 3ª pessoa no verbo, do que se pode concluir que -3p no PB é, como o clítico *se*, um elemento que recebe uma interpretação de variável (livre).

(102) Si lava volentieri i bambini

'Lava-se com prazer as crianças'

(103) (Aqui) conserta sapatos.

A proposta de que -3p é uma variável ganha mais força ainda se se leva em conta a proposta de Manzini (1986) e de Burzio (1992) de que o *si* impessoal e o *si* reflexivo em italiano (uma proposta que pode ser estendida para o PE e para o PB formal escrito) são o mesmo elemento. Por essas propostas, *si* é um elemento que necessita ser ligado a um antecedente (por ser uma variável, segundo Manzini, ou por ser um elemento sem traços- $\phi$ , segundo Burzio) para adquirir referência. Na ausência de um antecedente, esse elemento acaba por receber a interpretação arbitrária. Esse é exatamente o comportamento de -3p no PB, que só pode ser interpretado se ligado por um antecedente ou se recebe uma interpretação

---

31 Ainda segundo a autora, o clítico *si*, nessas construções, se comporta de maneira muito semelhante a PRO de leitura arbitrária, inclusive no que diz respeito a propriedades de concordância, o que evidencia que esse clítico é de fato uma variável livre, exatamente como PRO.

(i) É facile PRO<sub>arb</sub> essere nervosi

Lit.: É fácil ser nervosos

(ii) Si é facilmente nervosi

Lit.: Se é nervosos facilmente

32 Análises como a de Hornstein (1999) de que, em contextos de controle arbitrário, a categoria vazia que ocupa a posição de sujeito da oração infinitiva é um *pro default* parece implausível se se pensa que, nas línguas de sujeito nulo clássicas, nas quais *pro* é empregado de forma generalizada, a interpretação arbitrária só é possível com a inserção de um clítico como *se/si*, ou seja, *pro* não é um elemento que recebe interpretação arbitrária.



arbitrária/genérica, não podendo ser interpretado como um pronome definido.

Nesse ponto, vale a pena questionar qual o papel do sintagma locativo no licenciamento da construção impessoal (sem *se*) no PB. Como se viu, o sintagma locativo parece ser essencial no licenciamento dessa interpretação, mesmo que seja inferido do contexto. Os exemplos de Modesto são retomados a seguir para ilustrar a discussão. Atente-se para o fato de que, ao contrário do que propõe o autor, (104a) é aqui considerado ambíguo entre uma interpretação ligada e uma interpretação arbitrária. (105b), como observa Modesto, força a interpretação arbitrária, o que Rodrigues denomina de efeito de interveniência.

(104) a. O Feco<sub>i</sub> me falou que ec<sub>i</sub> vende cachorro quente na praia.

b. O Feco<sub>i</sub> me falou que na praia ec\*<sub>i</sub> vende cachorro quente.

A explicação proposta nesta tese comporta a seguinte análise para esses casos: o locativo em PB ocupa uma posição D na sentença e, por isso, forma uma cadeia com -3p, o que impede a formação de uma cadeia com sujeito da matriz, exatamente o que acontece quando há também na encaixada um sujeito lexical (como *o Pedro* em (100)). Uma análise como essa pode ser corroborada por exemplos como (105a-b), em que o verbo *ter*, normalmente associado a posse e que seleciona dois argumentos, sendo um o sujeito, aparece na língua em contextos normalmente associados a construções existenciais, com o verbo *haver*, que não seleciona argumento externo (cf. (106))<sup>33</sup>

---

33 Em inglês, há equivalência entre o expletivo *there* e o locativo *there*, o que poderia corroborar a ideia de que locativos podem, em determinadas línguas, ocupar posições D. Note-se, entretanto, que, no quadro teórico adotado nesta tese, a posição D que hospeda itens lexicais no PB localiza-se em um domínio diferente da posição D que hospeda o sujeito no inglês.

(105) a. Nessa loja tem muita coisa bonita

b. Essa loja tem muita coisa bonita

(106) Nessa loja há muita coisa bonita

O exemplo (84b), repetido a seguir, também pode ser tomado como evidência de que o locativo é o antecedente do sujeito nulo da oração encaixada. A regra para a formação das cadeias, segundo adotado aqui, é a compatibilidade de traços entre elementos que ocupam determinada posição categorial (nesse caso D) nos diferentes domínios da sentença. Se o locativo no PB ocupa a posição D no domínio de C, espera-se que uma cadeia entre o locativo e a categoria D realizada no verbo seja formada. A degradação da gramaticalidade de (107) deve-se, então, à incompatibilidade entre as especificações de -1p e as especificações do locativo.

(107) ?? O João disse que na praia vendo sorvete

Duas características do sujeito nulo ainda devem ser explicadas: a ambiguidade de exemplos como os ilustrados em (86), retomados em (108) e a possibilidade de antecedentes cindidos, ilustrada em (109). Essa última característica tem sido considerada impossível pelos autores que estudam o sujeito nulo no PB. Entretanto, como o julgamento desses dados será revisto, a possibilidade de o sujeito nulo possuir antecedentes cindidos precisará receber uma explicação adequada.

- (108) a. O Pedro<sub>i</sub> convenceu a Maria<sub>j</sub> de que  $ec_{i/*j}$  está doente  
b. A Maria<sub>j</sub>, o Pedro<sub>i</sub> convenceu de que  $ec_{i/j}$  está doente  
c. Quem<sub>j</sub> o Pedro<sub>i</sub> convenceu de que  $ec_{i/j}$  está doente?

(109) O João disse à Maria que vão morar juntos

Começando pela ambiguidade apresentada em (108), o que se observa é que um sintagma deslocado para a periferia esquerda da sentença passa a ser um dos possíveis antecedentes do sujeito nulo, concorrendo com o sujeito da oração matriz. Para a proposta aqui esquematizada, essa ambiguidade não é um problema, como para a análise que trata o sujeito nulo como movimento de DP, que não consegue explicar, principalmente o contraste entre (108a) e (108b). A hipótese aqui defendida é a de que qualquer sintagma localizado no domínio C da sentença está em uma posição alta o suficiente para ligar a variável introduzida por  $-3p$  na oração encaixada. Quando o sintagma não está deslocado, ao contrário, como em (108a), o único sintagma capaz de ligar a variável é o sujeito da matriz, que ocupa a posição D do domínio C da sentença, como já dito. Dessa análise, segue um contraste citado por Figueiredo-Silva (1996) e que é ilustrado pela diferença de interpretação entre (108b) e (110) a seguir (vale a pena recordar que *ec* é usada apenas como notação descritiva, já que não há, segundo análise que vem sendo defendida nesta tese, categorias vazias na posição de sujeito da oração). Nos exemplos a seguir, o tópico é retomado pelo pronome lexical *ele/ela* na posição canônica de objeto. Nesse caso, a *ec* não pode ser ligada pelo tópico porque, para isso, deveria ser ligada pelo pronome na posição de objeto, o que como se viu não é possível. Assim o sujeito da matriz, localizado em C, é o único antecedente possível para o sujeito nulo da oração subordinada.

(110) O Paulo<sub>i</sub>, o Pedro<sub>j</sub> convenceu ele<sub>i</sub> de que ec<sub>\*i/j</sub> está doente

(111) A Maria<sub>i</sub>, o Cadu<sub>j</sub> convenceu ela<sub>i</sub> que ec<sub>\*i/j</sub> tinha que ir embora.

A segunda característica citada acima refere-se à (im)possibilidade de antecedentes cindidos para o sujeito nulo. Figueiredo-Silva (1996), Modesto (2004, 2007) e Rodrigues (2004, 2005) alegam que o sujeito nulo em oração encaixada não pode ter antecedentes cindidos, como se vê no exemplo de Figueiredo-Silva, repetido a seguir, que a autora marca como agramatical.

(112) \*O João<sub>i</sub> disse que a Maria<sub>j</sub> pensa que ec<sub>i+j</sub> vão morar juntos.

A agramaticalidade alegada pelos autores pode ser contestada, já que diversos falantes consultados consideram o exemplo perfeitamente gramatical. Ressalte-se que o contraste entre o sujeito nulo e o sujeito pronominal, como nos demais tratados ao longo desse capítulo, permanece nesses casos, ou seja, o pronome na posição de sujeito da oração encaixada pode se referir a um elemento fora da sentença, enquanto o sujeito nulo é obrigatoriamente interpretado como *o João+a Maria*.

(113) a. O João<sub>i</sub> disse que a Maria<sub>j</sub> pensa que ec<sub>i+j/\*k(pl)</sub> vão morar juntos

b. O João<sub>i</sub> disse que a Maria<sub>j</sub> pensa que eles<sub>i+j/k(pl)</sub> vão morar juntos.

Para a proposta aqui delineada o fato de ser possível que o sujeito nulo tenha mais de um antecedente não cria nenhum problema, já que o morfema responsável por essa

possibilidade é o morfema de plural, que possui a capacidade de se referir a mais de um indivíduo ao mesmo tempo.<sup>34</sup> A variável introduzida na oração mais encaixada, acrescida do morfema de plural, pode ser ligada por mais de um sintagma (note-se que ambos os sujeitos das orações mais altas, segundo argumentado antes, ocupam posições altas, no domínio C).

Para concluir, é interessante fazer referência ao sujeito nulo de 3ª pessoa plural no PB. Como se viu, as restrições quanto ao licenciamento desse sujeito são, basicamente, as mesmas que se aplicam ao sujeito de 3ª pessoa singular. Ambos os sujeitos necessitam de um antecedente para ser interpretados e, na ausência de um antecedente, podem receber uma interpretação arbitrária. Em orações independentes e encaixadas, a interpretação definida não está disponível para nenhum deles. A diferença entre eles é ilustrada em (113), que mostra que a marca de plural licencia mais de um antecedente.

## 2.3 Conclusões

Neste capítulo, discutiu-se o sujeito nulo em orações finitas no PB, mostrando-se que, apesar de essa língua não apresentar todas as propriedades associadas ao parâmetro do sujeito nulo, ela pode ser considerada uma língua de sujeito nulo pelo fato de não exigir a realização do sujeito no domínio de T/I, em contraposição a línguas de sujeito obrigatório, como o inglês e o francês, e a línguas de sujeito clítico obrigatório, como dialetos falados no norte da Itália. Por outro lado, retomou-se, ainda, a discussão (encontrada em diversos trabalhos que se debruçaram sobre os dados de sujeito nulo do PB (cf. especialmente seções 1.1 e 1.2)) de que

---

34 A impossibilidade de tomar argumentos cindidos tem sido considerada uma das características definidoras das construções de controle e, como o sujeito nulo no PB tem sido considerado um caso de algum tipo de controle, é natural que se queira manter essa generalização. Entretanto, vale a pena notar que, mesmo em relação às orações infinitivas do inglês, há autores que questionam a afirmação de que essa seja uma característica, de fato, definidora das construções de controle (cf. Landau (1999, 2001) e Rooryck (2000)).

(i) Kim<sub>i</sub> convinced/persuaded Sandy<sub>j</sub> ec<sub>i+j</sub> to do the dishes together [Rooryck (2000)]

o sujeito nulo do PB não compartilha (todas) as propriedades dos sujeitos nulos associadas às línguas de sujeito nulo prototípicas, como o italiano e o PE. Primeiramente, o sujeito nulo no PB apresenta uma cisão relacionada à pessoa gramatical, já que o comportamento do sujeito nulo de 1ª pessoa difere substancialmente do comportamento do sujeito nulo de 3ª pessoa. Em segundo lugar, relacionado a essa cisão, observa-se que o sujeito nulo de 3ª pessoa no PB apresenta propriedades normalmente associadas a variáveis/PRO, diferentemente do que se observa em línguas pro-drop clássicas, nas quais a categoria vazia (tradicionalmente) associada ao sujeito nulo é *pro*.

Vale ressaltar que, apesar dos fatores sintáticos envolvidos na distribuição das categorias vazias (como *pro*, NP-*t*, PRO e variável), é inegável que a classificação porposta na tradição de estudos gerativista para essas categorias deriva de características interpretativas, formalizadas na teoria da regência e ligação em termos dos traços [+ anafórico] e [+ pronominal]. Ao classificar o sujeito nulo de 3ª pessoa do PB (especialmente em contextos de encaixamento) como controle, os autores citados na seção 1.2 claramente o fazem com base nas propriedades interpretativas desse sujeito, o qual é interpretado de forma diversa no italiano ou no PE, por exemplo, línguas nas quais não se pode falar em controle, mas em sujeito pronominal livre. Essa dimensão interpretativa é relevante para a proposta desenvolvida ao longo deste capítulo, que se baseia principalmente no fato de que o morfema de 3ª pessoa no PB é marcado lexicalmente como indefinido. Por isso, esse morfema é denominado nesta tese de variável, um elemento que deve, para ser interpretado, ser ligado por um NP ou por um operador (genérico).

O quadro teórico formulado por Manzini & Savoia (2007) foi o adotado para implementar a proposta de que o que torna o sujeito nulo do PB diverso do sujeito nulo das línguas de sujeito nulo clássicas é o fato de a morfologia de 3ª pessoa no PB ser lexicalmente

marcada como indefinida, ou seja, é o fato de que -3p é interpretado como uma variável. Os autores, em uma perspectiva que unifica sintaxe e morfologia (flexional), consideram que os afixos de concordância têm caráter pronominal e realizam a categoria definitude (D), sendo capazes de satisfazer o EPP em língua como o italiano, ou seja, em línguas de sujeito nulo. Por um lado, isso permite dizer, no que se refere ao PB, que os afixos de concordância nessa língua são, como nas demais línguas (românicas) de sujeito nulo, capazes de satisfazer o EPP. Evidência para isso é a ocorrência de sujeitos nulos em diversos contextos, como em contextos associados a expletivos e quase-argumentos, o que aproxima o PB do italiano e, ao mesmo tempo, o afasta das línguas de sujeito pleno como o inglês. Por outro lado, permite explicar por que o sujeito nulo (de 3ª pessoa) do PB se comporta de maneira distinta do sujeito nulo do italiano. Considerar que as estruturas linguísticas são projetadas a partir do léxico e que o sistema computacional é responsável por prover condições para que os enunciados sejam interpretados na interface interpretativa permite que a diferença entre as duas línguas seja explicada com base em diferenças lexicais associadas ao morfema de 3ª pessoa.

É importante, evidentemente, chamar a atenção para o fato de que essa análise dá conta de explicar as propriedades do sujeito nulo do PB resumidas na seção 1.3 de uma maneira simples, se se leva em conta que unifica o tratamento dado a essas propriedades, sem a necessidade de nenhum tipo de cisão, normalmente encontrada nas propostas de análise apresentadas na seção 1.2. Essas análises ora cindem o tratamento dado aos sujeitos de 3ª pessoa e de 1ª pessoa, ora cindem o tratamento dado aos sujeitos em contexto de oração matriz/independente e em contexto de oração subordinada. Segundo a análise aqui formulada, a condição sintática de licenciamento do sujeito nulo no PB é sempre satisfeita da mesma maneira - não importando a pessoa gramatical desse sujeito nem o contexto em que ele se

encontra -, estando as diferenças observadas nos dados relacionadas à especificação lexical dos afixos de concordância no PB.

Para finalizar, vale a pena ressaltar que uma análise como essa pode ser estendida à construção denominada de hiper-alçamento, ilustrada em (113), e aos sujeitos nulos de orações subjuntivas, contexto sintático tradicionalmente relacionado à referência disjunta nas línguas românicas (cf. Ruwet (1991), entre outros).

(113) O João<sub>i</sub> parece que *ec*<sub>i</sub> saiu

Exemplos como esse são possíveis na língua exatamente porque -3p não introduz um sujeito definido no PB. Como esse afixo introduz uma variável, pode-se formar uma cadeia entre esse afixo e o sujeito introduzido na oração matriz, sendo este último legitimado do ponto de vista da atribuição de papel- $\theta$  por meio do compartilhamento do *slot* argumental do predicado encaixado. A diferença entre o controle e o alçamento é, portanto, uma diferença de interpretação decorrente dos *slots* argumentais disponíveis na sentença e das cadeias interpretativas formadas entre os DPs presentes nessa sentença.

No que se refere ao sujeito nulo em orações encaixadas subjuntivas, afirma-se que, nas línguas românicas, ocorre o chamado efeito de obviação<sup>35</sup>, que consiste na impossibilidade de correferência entre os sujeitos da oração matriz e da oração encaixada, como se observa no exemplo do italiano apresentado a seguir. Sendo assim, conforme se conclui dos índices observados em (114), o sujeito nulo da oração encaixada deve ter referência distinta da do

---

35 Note-se que o efeito de obviação nas orações subjuntivas, apesar de amplamente mencionado no âmbito dos estudos gerativistas, é controverso, havendo contextos que favorecem a leitura correferencial. Isso ocorre no PB e no italiano, conforme os falantes consultados. Esse certamente é um aspecto que deve ser levado em conta por qualquer análise que vise fornecer uma explicação adequada para as propriedades dos sujeitos das orações subjuntivas nas línguas românicas.



sujeito da oração matriz.

(114) Gianni<sub>i</sub> vuole che *ec*\*<sub>ifj</sub> vada a Firenze domani mattina

João quer que vá a Florença amanhã de manhã

No PB, exemplos como o de (114) são agramaticais. A análise do sujeito nulo do PB proposta nesta tese fornece também uma explicação para esse fato. Sendo o afixo de 3ª pessoa no PB uma variável, essa variável deve ser ligada, nas orações subordinadas, ao sujeito da oração matriz. Essa ligação, entretanto, é impossível em decorrência do efeito de obviação atribuído às orações subjuntivas nas línguas românicas. No contexto apropriado, a interpretação arbitrária pode ser licenciada também com o subjuntivo, o que reforça a hipótese de que o afixo de 3ª pessoa é, de forma geral, o morfema introdutor de uma variável no PB.

(115) A Maria quer que *ec*<sub>arb</sub> use saia neste verão

## Capítulo 2

### Cisão de pessoa no PB: 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup> versus 3<sup>a</sup>

#### 1 A categoria pessoa

A discussão acerca da existência das três pessoas tradicionalmente descritas nas línguas remonta aos estudos realizados por Benveniste. Em *Problemas de linguística geral*, o autor discute tanto os pronomes, espécie de palavra submetida à categoria de pessoa, quanto a realização dessa categoria no verbo. Segundo o autor, a distinção de três pessoas (no singular e no plural) no verbo é herdada da gramática grega e admitida como uma classificação natural e "inscrita na ordem das coisas" (pág. 248). Entretanto, para Benveniste, "ao alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme 'pessoas' definidas pela sua sucessão e relacionada com esses *seres* que são 'eu', 'tu' e 'ele', não fazemos senão transpor para uma teoria pseudolinguística diferenças de natureza *lexical*" (pág. 248, grifos no original). Credo que uma teoria linguística da pessoa verbal só pode se constituir sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas, o autor propõe, como ponto de partida para a construção de uma tal teoria, que sejam consideradas as definições propostas pelos gramáticos árabes, os quais definem a 1<sup>a</sup> pessoa como "aquele que fala", a 2<sup>a</sup> pessoa como "aquele a quem nos dirigimos" e a 3<sup>a</sup> pessoa como "aquele que está ausente", porque, nessas definições está implícita a disparidade entre a 3<sup>a</sup> pessoa, por um lado, e as duas primeiras, por outro.

Benveniste demonstra que a forma verbal de 3<sup>a</sup> pessoa é aquela que tem por função exprimir a "não-pessoa", definição a que corresponde, em muitas línguas, a situação particular da 3<sup>a</sup> pessoa no verbo. Em diversas línguas, segundo o autor, a terceira pessoa é caracterizada pela ausência de marcas no verbo, em oposição à 1<sup>a</sup> e à 2<sup>a</sup> pessoa; em outras, a 3<sup>a</sup> pessoa é

realizada por morfemas associados a classes nominais (ao contrário das demais). Esses fatos demonstram que a 1ª e a 2ª pessoa estão em um plano distinto da 3ª pessoa, a qual não é tratada como uma verdadeira pessoa. Outra evidência das propriedades distintivas da 3ª pessoa, em relação, à 1ª e à 2ª é o fato de essa ser a forma verbal associada à expressão do impessoal e de poder se referir a uma infinidade de sujeitos - ou a nenhum -, enquanto as pessoas "eu" e "tu" são caracterizadas por sua unicidade específica. No que se refere aos pronomes, o autor propõe que os pronomes de 3ª pessoa são inteiramente diferentes de *eu* e *tu* pela sua função e pela sua natureza. As formas como *ele* só servem na qualidade de substitutos abreviativos (cf. (1)), substituem um ou outro dos elementos materiais do discurso ou revezam com eles.

(1) Pierre est malade; *il* a la fièvre

'Pierre está doente; ele está com febre'

Essa função é uma função de "representação" sintática, não havendo nada de comum entre esses substitutos e a dos indicadores de pessoa. O que distingue a 3ª pessoa são, entre outras, as propriedades de se combinar com qualquer referência de objeto e de jamais refletir a instância de discurso.

Lyons (1970) também trata a 3ª pessoa como distinta das demais, a começar pelo fato de que 1ª e 2ª pessoas são necessariamente participantes da situação de enunciação. Segundo o autor, a 3ª pessoa pode se combinar com categorias como definido e indefinido, sendo ela mesma caracterizada como [+def], enquanto a 1ª e a 2ª pessoa são necessariamente [+def]. Além disso, de acordo com Lyons, a 1ª e a 2ª pessoas refere-se necessariamente a seres humanos, ao passo que a 3ª pessoa pode se referir a seres humanos, animais e coisas. Como ressalta Benveniste, também Lyons argumenta que a 3ª pessoa pode, em muitas línguas, ser

associada à ausência de marcas, em oposição à 1ª e à 2ª, que recebem marcas formais de pessoa.<sup>36</sup>

Conforme demonstrado no capítulo anterior, no PB, a 1ª e a 2ª pessoa, por um lado, e a 3ª, por outro, apresentam um tipo de cisão na posição sintática de sujeito. O objetivo deste capítulo é demonstrar que a 3ª pessoa se distingue da 1ª e da 2ª também em outros contextos, além daquele discutido no capítulo 1. A hipótese de trabalho é a de que a constatação de que as propriedades do objeto de 3ª pessoa são distintas das propriedades do objeto de 1ª e de 2ª pessoas pode ser usada como evidência independente para corroborar a ideia de que as propriedades do sujeito nulo do PB derivam das especificações do morfema de 3ª pessoa, ou seja, derivam de propriedades lexicais relacionadas a esse morfema. O que se busca, então, é reforçar a ideia de que as especificações de categorias realizadas pela 3ª são distintas das especificações das demais pessoas gramaticais. Vale a pena notar que, no grupo das línguas românicas, o PB não é a única língua a apresentar *split* de pessoa que cinde o sistema em 1ª/2ª *versus* 3ª. O que se observa é que, no PB, essa cisão é mais difundida no sistema e parece desempenhar um papel mais relevante nessa língua. Interessante para a tese defendida neste trabalho, entretanto, é que o PB difere de diversas línguas românicas tradicionalmente abordadas no âmbito dos estudos gerativistas precisamente no que concerne ao comportamento das categorias especificadas como 3ª pessoa, o que torna natural as diferenças entre o PB e essas línguas também no que se refere ao comportamento do sujeito nulo de 3ª pessoa. Antes de passar aos dados do PB, vale a pena considerar propostas que levam em conta o comportamento distinto das pessoas em outras línguas românicas, como o italiano.

Burzio (1992), analisando os pronomes reflexivos do italiano, propõe, de maneira

---

36 Apesar de não ser relevante para a discussão da cisão desenvolvida nesse capítulo, vale a pena chamar a atenção para o fato de que Benveniste e Lyons argumentam que a noção de plural só se aplica adequadamente à 3ª pessoa. Observe-se, por exemplo, que *nós* não pode ser definido como o plural de *eu*, sendo mais correto, segundo Lyons, dizer que *nós* comporta uma referência a *eu*, e é plural. Benveniste, por sua vez, ressalta que o plural da 1ª pessoa, por exemplo, não coincide com o plural nominal, na maioria das línguas.

muito interessante, que há uma distinção morfológica fundamental entre pronomes (1ª e 2ª pessoas), de um lado, e reflexivos (3ª pessoa), de outro, o que permite dividi-los em duas classes distintas. O autor contesta, então, a ideia tradicional de que as formas *mi* 'me', *ti* 'te', *ci* 'nós' e *vi* 'vós' do italiano sejam ambíguas no sentido de funcionar ora como pronomes, como em (2a), ora como reflexivos, como em (2b). Para o autor, reflexivos são elementos sem traços-φ, o que permite que apenas os elementos cuja forma é *si* "se" sejam identificados como reflexivos.

(2) a. Gianni mi vede

'Gianni me vê'

b. Io mi vedo

'eu me vejo'

Segundo Burzio, essa definição correlaciona corretamente a morfologia com o comportamento desses elementos no que se refere à teoria da ligação, a qual define reflexivo como um elemento que é localmente ligado. De acordo com o autor, apesar de *si* aparecer nos quadros descritivos como 3ª pessoa, esse elemento não é flexionado nem para gênero nem para número e essa caracterização tradicional deve-se, basicamente, ao fato de esse elemento tomar antecedentes de 3ª pessoa (cf. (3a)). Entretanto, o autor salienta que o reflexivo toma também elementos impessoais, como *si* e PRO arbitrário, como antecedente (cf. (3b-c)). O interessante é que esses elementos impessoais não podem ser antecedentes de pronomes de 3ª pessoa (cf. (3d)), o que permite concluir que a caracterização de *si* como elemento de 3ª pessoa está no caminho errado.

(3) a. Gianni si vede

'Gianni se vê'

b. Qui si<sub>i</sub> parla sempre di sé<sub>i</sub>

Aqui se fala sempre de si

c. É presuntuoso [PRO<sub>i</sub> parlare sempre di sé<sub>i</sub>]

'É presunçoso falar sempre de si'

d. \*Qui si<sub>i</sub> dice che Maria parla sempre di lui<sub>i</sub>/loro<sub>i</sub>

'Aqui se diz que Maria fala sempre dele/deles'

Nesse artigo, o autor mostra, em suma, que pronomes de 1<sup>a</sup> e de 2<sup>a</sup> pessoa são sempre pronomes (mesmo quando aparecem em construções reflexivas), enquanto reflexivos (aparentemente 3<sup>a</sup> pessoa) são elementos distintos dos pronomes. Para a argumentação desenvolvida neste capítulo, essa divisão aponta uma diferença interessante, já que aborda ao menos um contexto que marca a diferença entre 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoa, por um lado, e 3<sup>a</sup> pessoa, por outro, em uma língua românica na qual o sistema de clíticos funciona de maneira clássica, ou seja, aponta uma cisão entre 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoa, por um lado, e 3<sup>a</sup> pessoa, por outro, nessas línguas. Isso significa que o fato de o PB se distanciar dessas línguas justamente no que se refere à realização da 3<sup>a</sup> pessoa deve-se a características próprias dos elementos (lexicais) de 3<sup>a</sup> pessoa, assim como ocorre com a desinência de 3<sup>a</sup> pessoa que realiza a categoria D (argumento externo). O parágrafo seguinte apresenta proposta de M&S (2007, 2008) que sugere que os clíticos de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoa realizam um tipo de categoria diverso daquele

realizado pela 3ª pessoa e que pode justificar as diferenças apontadas até aqui (e também características descritas nas seções seguintes referentes ao PB).

M&S (2002b, 2007, 2008), por sua vez, propõem que os clíticos são gerados diretamente em posições entre I e C, em uma ordem universal fixa, e que realizam categorias correspondentes a propriedades denotacionais. Para a discussão desenvolvida neste capítulo, é relevante, primeiramente, a cisão proposta pelos autores entre 1ª e 2ª pessoas, por um lado, e 3ª pessoa, por outro. Segundo os autores, clíticos de 1ª e de 2ª pessoa correspondem à categoria P(essoa), que implica referência ao falante (1ps) e ao ouvinte (2ps) ou a um conjunto no qual falante ou ouvinte estão incluídos (1pp e 2pp). O núcleo P é interpretado em termos de uma referência ancorada no discurso. Isso implica que, independentemente da função que clíticos de 1ª e de 2ª pessoa exercem na oração, esses clíticos lexicalizam P, o que é confirmado pelo fato de que a forma desses clíticos permanece inalterada, exerçam eles as funções (tradicionais) de objeto direto, objeto indireto (dativo) ou objeto reflexivo. Em italiano, a categoria P é realizada por *mi, ti, ci, vi*. No português, pode-se dizer que é realizada por *me, te, nos, vos*, sendo que este último não pertence ao paradigma do PB. Entre as demais categorias propostas pelos autores, incluem-se N, associada a um núcleo nominal, ou seja, ao conteúdo predicativo do sintagma; Loc, que se refere a coordenadas espaciais (lembre-se que línguas como italiano e francês possuem clíticos locativos, respectivamente *ci* e *y*); Q associada a quantificação indefinida; R, associada a quantificação específica; e D, que se associa a definitude (realizada pelos clíticos sujeitos encontradas em dialetos falados no norte da Itália). Essas categorias ocorrem na sequência apresentada em (4) a seguir.

(4) [D [R [Q [P [Loc [N

Deixando-se de lado as categorias Loc e D, que não se relacionam à realização dos que se convencionou chamar de objeto, de agora em diante serão contempladas na discussão as categorias N, Q e R. Segundo M&S, N corresponde a formas de 3ª pessoa acusativas. A ideia de que clíticos acusativos ocupam a posição N baseia-se no fato de que em muitas línguas os clíticos acusativos de fato aparecem na posição mais baixa (mais à direita) na hierarquia proposta pelos autores. Para M&S, o conteúdo dos clíticos acusativos é reduzido ao seu conteúdo nominal intrínseco, sendo que a interpretação desses clíticos como o argumento interno do verbo resulta da aplicação de algum princípio interpretativo que atribui à estrutura sintática relevante interpretações disponíveis, entre elas a interpretação de "tema de". Note-se que, apesar de N ser sempre interpretado como argumento interno, o contrário não é verdade, já que argumentos internos de verbos inacusativos podem ser realizados como uma categoria D. No que se refere a Q, essa posição é ocupada pelo clítico *si* 'se' do italiano, associado a reflexivos, impessoais e passivas. Esse clítico é inserido nessa posição por ter propriedades denotacionais típicas de uma variável livre. A posição R, por sua vez, por possuir propriedades que denotam quantificação específica, é uma posição que, potencialmente, pode ser ocupada por toda a série de clíticos objeto. Importante ressaltar que as posições recebem essas caracterizações por projetarem a categoria do clítico que é inserido em cada uma delas.

Os clíticos dativos merecem ser tratados à parte, na medida em que M&S os consideram uma categoria descritiva que não corresponde a uma categoria sintática, diferentemente, portanto, dos demais clíticos. O que tradicionalmente se denomina clítico dativo (de 3ª pessoa) é realizado por categorias sintáticas distintas, dependendo da língua. Basicamente dois tipos de evidência (complementares) são utilizados pelos autores para sustentar essa hipótese: a constatação de que o número de línguas (românicas) que possuem



uma forma morfológica de clítico dativo de 3ª pessoa para o dativo de 3ª pessoa é muito reduzido (o PE e o PB *standard*, assim como o italiano *standard*, são exemplos desse tipo de língua) e o fato de que, em diversas línguas, o dativo de 3ª pessoa é realizado por outros tipos de clítico, como *ci*, *si* e *ne*, nos dialetos italianos (lembre-se que esses clíticos são associados, no italiano *standard*, a locativo, reflexivo/impessoal e partitivo, respectivamente). Resumidamente, M&S propõem que as formas morfológicas de dativo de 3ª pessoa realizam a categoria sintática Q, lexicalizando a propriedade distributividade.<sup>37</sup> Por outro lado, nas línguas em que o dativo é realizado por clíticos locativos, partitivos ou do tipo *si*, a categoria descritiva dativo corresponde a outras propriedades. Um dialeto que realiza o dativo com um clítico locativo, por exemplo, associa o dativo a propriedades locativas. Essa ideia baseia-se em Kayne (1984), para quem, com verbos que selecionam dois objetos, a oração encaixada é uma *small clause*, na qual o dativo é o possuidor do acusativo. Se se considera posse como um tipo de local (cf. Freeze (1992), *apud* M&S (2008)), o fato de que o dativo se realiza como um locativo pode ser explicado facilmente. O que se deduz da proposta de M&S é que a categoria descritiva dativo associa-se, na verdade, a diferentes categorias sintáticas e a diferentes leituras, como coordenadas locativas do discurso ou distributividade, pluralidade etc.<sup>38</sup>

37 Os autores consideram que, em clíticos dativos como *fi* do dialeto toscano de Vagli di Sopra, o morfema *i* lexicaliza pluralidade em Q e, por causa disso, podem estar associados à leitura de distributividade característica do que se convencionou denominar dativo. A caracterização de Q em termos de distributividade é baseada em um fenômeno de escopo. Sabe-se que um sujeito apropriadamente quantificado pode distribuir sobre um objeto indefinido e um dativo sobre um acusativo (note-se que o contrário não é verdadeiro).

- (i) a. Loro hanno visto un uomo ciascuno  
eles viram um homem cada
- b. \*Un uomo li ha visti ciascuno  
    um homem os viu cada
- (ii) a. Assegnai loro un compito ciascuno  
    dei a eles um dever cada
- b. \*Li assegnai a uno studente ciascuno  
    os dei a um estudante cada

38 Bonet (1993, 1995) apresenta dados do catalão que indicam existir, nessa língua, fenômenos sensíveis à distinção entre 1ª/2ª pessoa e 3ª pessoa. Uma dessas propriedades é a ordem fixa dos clíticos no que diz respeito à pessoa. O exemplo a seguir mostra que, para além da distinção entre acusativo e dativo, para a determinação da ordem dos clíticos, o fator determinante é a pessoa. Note-se que a 2ª pessoa antecede tanto a

Embora o objetivo deste capítulo não seja aplicar o modelo de M&S ao PB, no que se refere à sintaxe dos clíticos (objeto), é possível supor que as diferenças observadas entre o PB e as demais línguas românicas, no que se refere à realização dos clíticos, decorrem de padrões de lexicalização das categorias N e Q, associadas a acusativos e dativos, respectivamente. Quanto à lexicalização de P, o PB é conservador, ou seja, comporta-se de maneira semelhante às demais línguas românicas. É possível, ainda, a partir dos dados do PB, levantar a hipótese de que a categoria P é mais estável em relação às demais. Uma proposta como a de Burzio parece conduzir a análise em uma direção bastante similar se se considera a possibilidade de que *me, te, nos, vos* sejam as formas pronominais da língua, sendo que outras formas (de 3ª pessoa), como *se*, podem receber caracterização distinta da de pronome pessoal (esse tipo de proposta se alinha à discussão de Benveniste acerca da categoria de "pessoa" *versus* a categoria "não-pessoa"). Os fatos descritos a seguir parecem corroborar essa ideia e confirmar a hipótese de que há, no PB, uma cisão no que diz respeito à 1ª/2ª pessoa e a 3ª pessoa, que podem explicar o fato de o sujeito de 3ª pessoa apresentar as propriedades discutidas no capítulo anterior, assim como o fato de que as discrepâncias observadas no sistema de clíticos dessa língua, se comparada às demais línguas românicas, atingem a realização de categorias associadas à 3ª pessoa. As seções seguintes apresentam propriedades dos clíticos (objetos) de 3ª pessoa estudadas por diversos autores que se dedicaram à investigação desse tema no PB.

## **2 A realização do objeto pronominal (no PB)**

---

1ª quanto a 3ª pessoa.

- (i) a. Te m'ha recomanat en Miquel  
'Miquel te/me recomendou a mim/a ti'  
b. Te li enviaré un regal  
'te/lhe enviarei um presente por ele/por ti'

O quadro idealizado de pronomes objeto do PB é muito semelhante ao das demais línguas românicas (*standard*). Tomando-se a descrição de Bechara (2003) e Cunha & Sintra (1985) como ilustrativa, é possível chegar ao seguinte quadro representativo da realização pronominal dos complementos verbais no português.

**Quadro 1: Pronomes objeto (direto e indireto) e pronomes reflexivos átonos<sup>39</sup>**

	pronomes acusativos	pronomes dativos	pronomes reflexivos
1ª sing.	me	me	me
2ª sing.	te	te	te
3ª sing.	o, a	lhe	se
1ª plural	nos	nos	nos
2ª plural	vos	vos	vos
3ª plural	os, as	lhes	se

Vale a pena observar, considerando-se o quadro acima, que a realização da 1ª e da 2ª pessoa mantém-se constante no que concerne à forma do pronome, sendo que as informações de pessoa e número se aglutinam, dando origem a formas especializadas nas quais, em princípio, é impossível distinguir o morfema de plural (ou de singular) do de pessoa. A 3ª pessoa, por outro lado, é realizada por formas especializadas que dependem da função que o pronome exerce na oração, ou seja, formas de acusativo, dativo e reflexivo. Além disso, os pronomes de 3ª pessoa, ao contrário do que ocorre com os pronomes de 1ª e de 2ª pessoa, apresentam, no caso dos pronomes acusativos, especificações de gênero (o, a) e flexionam-se para número (recebendo o morfema -s se plural), e, no caso do pronome dativo, uma única forma é encontrada, que pode ser flexionada para número (também recebendo o morfema -s se plural). O pronome reflexivo apresenta forma especializada, mas sem marcas de gênero ou

<sup>39</sup> Os pronomes constantes desse quadro são os pronomes dativos átonos. Note-se que há, ainda, as seguintes formas tônicas, que são acompanhadas de preposição: *mim, ti, ele/ela/si, nós, vós, eles/elas/si*.

número. Em suma, enquanto as formas de 1ª e 2ª pessoa não sofrem variação quanto à função que exercem na oração, há formas especializadas de 3ª pessoa para as funções de objeto direto (acusativo), de objeto indireto (dativo) e de objeto reflexivo. Essas diferenças por si só apontam distinções interessantes entre os pronomes de 1ª e de 2ª pessoa e os pronomes de 3ª pessoa, presentes também nas demais línguas românicas e que ensejam propostas como a de Burzio (1992) e a de M&S (2002b, 2007, 2008), apresentadas anteriormente.

Essa descrição tradicional, como chama a atenção Mattoso Câmara (1970 : 119), não se realiza exatamente em nenhuma região da língua portuguesa. Na fala culta do Rio de Janeiro, por exemplo, a forma *te* é intercambiável com *o*, *a*, *lhe* (cf. (5a)). Segundo o autor, isso decorre da adoção de *você* para se referir à 2ª pessoa do discurso. Em outra variedade também falada no Rio de Janeiro, o autor observa o uso do pronome *ele*, com a eliminação de *o*, *a* e *lhe* (e de *se*), na função de objeto (cf. (5b)). Outras características do PB chamam a atenção no que se refere à realização dos complementos verbais e do emprego dos pronomes: a realização amplamente difundida do objeto (de 3ª pessoa) nulo (cf. (5c)) e o emprego do pronome *lhe* no lugar da forma acusativa *o*, *a* e referindo-se à 2ª pessoa do discurso (cf. (5d)).<sup>40</sup> Note-se que o uso dos pronomes de 1ª e 2ª pessoa se mantém como o descrito no quadro 1, enquanto o uso do pronome de 3ª pessoa é o que se distancia do que descrevem as gramáticas tradicionais. Esses comportamentos serão retomados nas subseções a seguir.

(5) a. Eu o/te ouço

b. Eu vi ele

---

<sup>40</sup> Essa propriedade é natural, já que, como argumentado no capítulo anterior, *você*, apesar de se referir à 2ª pessoa do discurso, é um elemento de 3ª pessoa. Essa propriedade não é, por isso, relevante para a discussão aqui proposta, sendo mais importante a constatação de que o uso do clítico acusativo de 3ª pessoa (quer se refira à 3ª pessoa do discurso, quer se refira à 2ª) está restrito a registros formais, principalmente escritos, e não é adquirido pelas crianças no processo de aquisição do PB.

c. O João descascou a banana e o Pedro comeu *ec*

d. Eu lhe vi ontem

## 2. 1 Ausência de clíticos acusativos (de 3ª pessoa) no PB

Diversos trabalhos acerca do PB (cf. Omena (1978), Nunes (1993), Galves (2001) e referências ali citadas) têm mostrado que, nessa língua, não há clíticos acusativos de 3ª pessoa, ou seja, as formas *o*, *a* (e seus correspondentes plurais) apontadas no quadro 1 não são encontradas no PB como formas naturalmente adquiridas pelos falantes da língua, sendo aprendidos tardiamente devido à ação da escola. A seguir são apresentados dois tipos de explicação para esse fato do PB – uma proposta embasada em aspectos fonológicos, outra em aspectos morfosintáticos. Nunes (1993) atribui esse fenômeno à impossibilidade de o clítico acusativo ser licenciado fonologicamente. Ressalte-se que, em português, os clíticos acusativos de 3ª pessoa não possuem a consoante *l* comum às demais línguas românicas, mas o *onset* da sílaba do clítico aparece nas formas *lo(s)*, *la(s)*, *no(s)*, *na(s)* depois de algumas formas verbais. Para o autor, isso evidencia que os clíticos acusativos de 3ª pessoa do português possuem *onset* da sílaba subespecificado subjacentemente e, por isso, necessitam ser licenciados por processos fonológicos outros que não o licenciamento pelo nóculo da sílaba. No PE, o clítico é licenciado pelo elemento que o precede, por isso a ênclise é obrigatória (cf. (6a)). No PB, língua em que, ao contrário do PE, há preferência pela próclise, o licenciamento do *onset* do clítico de 3ª pessoa deixa de ser possível (cf. (6b)). O autor explica, então, a perda dos clíticos acusativos de 3ª pessoa com base em propriedades fonológicas do PB. Com clíticos de 1ª e de 2ª pessoa, tais considerações não se aplicam, já

que esses clíticos não precisam ser licenciados por elemento precedente (cf (6c)) e, por isso, eles continuam ativos na língua. Segundo Nunes, a perda dos clíticos acusativos foi o que possibilitou o surgimento do objeto nulo e a realização do objeto por um pronome nominativo (cf. seções 1.2 e 1.3 para esses fenômenos).

(6) a. Chamo-o amanhã (PE)

b. \*O chamo amanhã (PB)

c. Me diga uma coisa (PB)

Um dado que não pode ser explicado pela proposta de Nunes, por exemplo, é o fato de o pronome dativo de 3ª pessoa também não ser mais produtivo na maior parte dos dialetos do PB. Como esse clítico possui *onset*, a análise fonológica de Nunes não consegue explicar a sua obsolescência (cf. seção 1.4 para mais detalhes acerca do uso de *lhe* no PB).

Galves (2001), diferentemente de Nunes, propõe uma explicação morfossintática para a perda dos clíticos acusativos de 3ª pessoa. Segundo a autora, esse fenômeno resulta do enfraquecimento do elemento de concordância de Infl (I), que, por sua vez, é resultado da perda da distinção entre as desinências de 2ª e de 3ª pessoas no PB. A distinção entre concordância fraca e forte a que se refere a autora, nesse caso, é a mesma que licencia, ou não, o movimento do verbo para I. Para Galves, então, os clíticos *o(s)*, *a(s)*, que são realizados como núcleos, não são licenciados em línguas de I de concordância fraca, caso do PB, porque o movimento desse tipo de clítico exige concordância forte. Isso ocorre porque o clítico não pode ter seu Caso verificado, já que o verbo, responsável por essa verificação, não se move para I com concordância fraca. Para explicar a diferença entre clíticos acusativos de 3ª pessoa

e clíticos acusativos de 1ª e de 2ª pessoa, a autora adota a distinção proposta por Uriagereka (1992, *apud* Galves 2001). Segundo o autor, pronomes de 1ª e de 2ª pessoas são clíticos fortes, ou seja, clíticos que se movem como sintagmas, e não como núcleos (como os clíticos de 3ª pessoa). Como consequência disso, a autora conclui que o PB possui apenas clíticos fortes, ou seja, clíticos que têm seu Caso inerente verificado na posição de adjunção à primeira projeção de T ou de ASP, uma das duas posições que mais altas que a posição (temática) V.

Tão importante quanto a perda dos clíticos acusativos de 3ª pessoa, para a análise do PB, é o fato de os clíticos *me* e *te* permanecerem produtivos no PB. Tanto o desuso de *o*, *a* quanto a produtividade de *te*, *me* parecem indicar que, adotando-se um modelo como o de M&S, a posição clítica mais baixa N não está disponível nessa língua, provavelmente porque não há elementos lexicais com as especificidades denotacionais associadas a essa posição. A hipótese de que a posição não é projetada em decorrência da ausência do elemento lexical para ocupá-la (e não o contrário) é necessária em um modelo que prevê que a projeção estrutural é estritamente forçada por propriedades dos itens lexicais. Na ausência dos clíticos acusativos, no PB o argumento interno, ou objeto direto, é realizado, então, por um sintagma nominal pleno, por um pronome nominativo ou, ainda, permanece nulo. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que essas estratégias de realização do objeto são as que se relacionam à posição canônica de realização do argumento interno, à direita do verbo. A ideia de que a posição clítica N não está disponível parece, então, bastante plausível. Em um modelo como esse, a explicação para a cisão entre 1ª/2ª pessoa e 3ª pessoa segue de forma natural. Como os clíticos de 1ª e de 2ª pessoa associam-se à categoria P, realizada em uma posição diversa daquela em que se realizam os clíticos acusativos de 3ª pessoa, permanecem no sistema pronominal do PB, ou seja, como clíticos de 3ª e de 1ª/2ª pessoas projetam categorias distintas

e possuem características denotacionais também distintas, é natural que se comportem de maneira diferente e independente.

## 2.2 Uso de *ele/ela* como objeto no PB

Uma das maneiras de realizar o objeto direto no PB é por meio do pronome *ele/ela*, forma nominativa associada à realização do sujeito, que pode realizar tanto o objeto relacionado aos clíticos *o, a* (cf. (7a), em oposição a (7b)), quanto o objeto reflexivo associado ao clítico *se* (este ainda presente no PB, ao contrário de *o, a*), como ilustram (7c-d). Nesta seção, será focalizado o uso de *ele/ela* por *o, a*, fenômeno mais amplamente difundido que o seu uso em substituição a *se*. Um estudo dialetal no sentido de estabelecer as devidas correlações desses usos seria interessante, mas está fora do escopo deste trabalho. O que pode ser dito a respeito disso é que alguns dialetos podem não utilizar mais a categoria Q, associada ao clítico *se*, mas esses fenômenos são independentes um do outro.

- (7) a. O João<sub>i</sub> o\*<sub>i</sub> viu ontem  
b. O João<sub>i</sub> viu ele\*<sub>i</sub> ontem  
c. O João<sub>i</sub> se<sub>i/\*j</sub> viu no espelho  
d. O João<sub>i</sub> viu ele<sub>ij</sub> no espelho

Galves (2001) inclui-se entre os muitos autores que trataram do uso de *ele* na posição de objeto no PB. A autora afirma que esse pronome pode aparecer sozinho na posição de



objeto (cf. ((8a)), pode retomar um sintagma nominal realizado na posição de tópico (cf. (8b)) e pode, em uma estrutura relativa, funcionar como pronome lembrete (cf. (8c)). Essas opções não são comuns nas línguas românicas, nas quais o licenciamento do pronome nominativo na posição de objeto é bem mais restrito que no PB. O exemplo em (9) mostra essa possibilidade em italiano.

(8) a. Encontrei ele ontem

b. Esse rapaz, encontrei ele no trem

c. Esse rapaz aí que encontrei ele...

(9) Vedo lui (non lei)

'vejo ele (não ela)'

Para Galves, as propriedades distribucionais e interpretativas do pronome *ele* em posição de objeto no PB permitem que esse pronome seja considerado um pronome deficiente (adotando-se a caracterização proposta para os pronomes em Cardinaletti & Starke (1994)). A autora ilustra, então, as propriedades que motivam tal análise. Uma das propriedades associadas aos pronomes fracos apresentada por *ele* no PB é a ausência de restrição quanto aos referentes desse pronome. Galves mostra que *ele* pode se referir a antecedentes marcados para o traço [+humano] ou não, como no exemplo a seguir, em que o referente do pronome é *carro*.

(10) Se tiver muita pressa, eu largo ele num lugar proibido mesmo

Além disso, em contexto de pergunta e resposta, em que o pronome não corresponde, portanto, a informação nova, o uso do pronome *ele* é gramatical, ao passo que, em outras línguas românicas, como o PE, o uso do clítico é obrigatório.

(11) O que você fez com o João?

PB: Deixei ele em casa

PE: a. Deixei-o em casa

b. \*Deixei-o a ele em casa

A autora mostra, ainda, que, quando o pronome é o foco, é obrigatório interpretá-lo como humano, exatamente como nas demais línguas românicas.

(12) focalização contrastiva

a. Eu vi ele (e não ela) (o João e não a Maria)

b. \*Eu vi ele (e não ela) (o livro e não a revista)

(13) modificação do pronome

a. Eu vi eles dois (o João e a Maria)

b. \*Eu vi eles dois (o livro e a revista)

(14) coordenação

a. Eu encontrei ele e ela (o João e a Maria)

b. \*Eu vi ele e ela (o livro e a revista)

(15) presença de focalizadores como *só* ou *também*

a. Deixei só ele em casa (o João)

b. ??Deixei só ele em casa (o livro)

(16) posições periféricas

a. Foi (justamente) ele que eu encontrei (o João)

b. \*Foi (justamente) ele que eu encontrei (o livro)

Galves conclui, com base nessas propriedades, que *ele* no PB pode ser interpretado como foco, caso em que só pode ter referente mais humano, característica compartilhada com as demais línguas românicas, e pode ser interpretado como um elemento anafórico, característica normalmente associada aos clíticos nas línguas românicas. O pronome *ele*, entretanto, difere dos clíticos pelo fato de ser sempre referencial, ou seja, seu antecedente é sempre um DP. Esse contraste é ilustrado pelos exemplos do francês e do PB apresentados a seguir.

(17) Je l'ai vue hier

Vi ela ontem

(18) Je le sais

\*Eu sei ele<sup>41</sup>

A autora supõe que pronomes fracos (que ocupam posições de sintagmas), ao contrário dos clíticos (que ocupam posição de núcleo, cf. seção 1.1), são compatíveis com o paradigma

---

41 Em PB, o equivalente a *Je le sais* é *Eu sei*, com objeto nulo (cf. seção 1.3).

flexional pobre do PB. Das características apresentadas, a seguinte conclusão parece óbvia: no PB o uso de *ele* como objeto é mais amplo que nas demais línguas românicas. Isso significa, por um lado, que o uso do pronome nominativo na posição de objeto não é uma inovação da gramática do PB e, por outro, que a ampliação dos contextos de uso desse pronome no PB parece decorrer da ausência dos clíticos acusativos (de 3ª pessoa) nessa língua. Essa conclusão soa natural se se considera que, apesar de não possuir esses clíticos, o PB precisa expressar o significado a eles associado. Uma das formas de se fazer isso, então, é por meio da extensão do uso do pronome *ele* (assim como com a ampliação do uso do objeto nulo). Quanto aos pronomes de 1ª e de 2ª pessoas, conforme hipótese formulada na seção anterior, como ainda fazem parte do léxico da língua, projetam a categoria P a eles associada na cadeia de posições clíticas possíveis na língua, aparecendo, por isso, em posição distinta daquela ocupada por *ele*, que, não sendo clítico, não pode ocupar uma posição nessa cadeia.

### 2.3 Objeto nulo no PB

O fenômeno conhecido como objeto nulo ocorre em diversas línguas, como, por exemplo, no chinês (cf. Huang (1984)), no PE (cf. Raposo (1986)), no italiano (cf. Rizzi (1986)) e no espanhol (cf. Campos (1986)), conforme ilustrado a seguir.

(19) a. chinês

Lisi hen xihuan *ec*

Lisi muito gosta *ec*

'Lisi gosta muito ele' [Huang (1984): 537]

b. PE

Joana viu *ec* na TV ontem [Raposo (1986): 373]

c. italiano

Questo conduce *ec* alla seguente conclusione

'Isso conduz à seguinte conclusão' [Rizzi (1986): 501]

d. espanhol

Compraste café?

Sí, compré. [Campos (1986) : 354]

Quanto à interpretação do objeto nulo, as línguas citadas acima podem ser divididas em dois grupos: línguas em que o objeto nulo recebe uma interpretação específica definida (que incluem o chinês e o PE) e línguas em que o objeto nulo é interpretado como genérico ou indefinido (caso do italiano e do espanhol, respectivamente). No PB, como mostram Cyrino (2000) e Galves (2001), o objeto nulo, além de muito frequente (cf. Cyrino (1993) para um estudo quantitativo a respeito desse fenômeno), é pouco restrito. Para o objetivo deste capítulo, é suficiente demonstrar que o objeto nulo no PB ocorre em contextos relacionados, em outras línguas românicas, ao clítico acusativo (de 3ª pessoa), às vezes em alternância com o pronome *ele*, outras como única opção. O exemplo a seguir mostra um caso em que o objeto nulo alterna com o pronome *ele* no PB (cf. (20a) *versus* (20b)) e que corresponde, em PE ou em PB escrito formal, a um contexto associado ao clítico acusativo. Nesse caso, a

interpretação do objeto nulo é específica e dada por um antecedente no discurso.

- (20) a. A Maria encontrou *ec* na feira ontem  
b. A Maria encontrou ela na feira ontem  
c. A Maria encontrou-a na feira ontem

O objeto nulo, como exemplifica (21), é associado também a uma interpretação genérica ou indefinida, como no italiano e no espanhol. Nesses casos, a alternância com o pronome *ele* não é possível no PB. Em (21a), a inserção de *ele* acarretaria que o objeto fosse interpretado como definido/específico; em (21b), resultaria em agramaticalidade. Essa propriedade pode ser explicada se se considera (cf. Galves 2001: 173) que *ele* é sempre referencial (ou definido).

- (21) a. Esse remédio deixa *ec<sub>arb</sub>* tonto  
b. — Você comprou café?  
— Sim, comprei *ec*

O objeto nulo é também licenciado no PB, como já citado na seção anterior, em contextos nos quais toma como referente, não um DP, mas orações. Nas demais línguas românicas, esse contexto é associado ao clítico acusativo (de 3ª pessoa masculino). Esse tipo de objeto pode aparecer em contextos como o ilustrado em (22). Como chama a atenção Galves, também nesse contexto a alternância com o pronome *ele* não é possível. A autora

propõe, então, que *ele* alterna apenas com DP na posição de objeto. Note-se que essa propriedade do pronome *ele* parece se aplicar também no caso de esse pronome ocupar a posição (canônica) de sujeito. Como se observa em (23) e (24), esse pronome não pode se referir a uma oração e não pode ocupar a posição associada a pronomes expletivos em línguas como o francês e o inglês. Com base nisso, se pode concluir que *ele*, em PB, caracteriza-se por ser referencial/definido.<sup>42</sup>

(22) a. — [O João disse [que foi demitido]<sub>j</sub>]<sub>i</sub>

b. PB

— Eu sei *ec<sub>i/j</sub>*/\**ele*

c. francês

— Je le sais

d. italiano

— Lo so

(23) a. É possível [que a Dilma seja eleita]<sub>i</sub>

b. \**Ele<sub>i</sub>* é possível/É possível/Isso é possível

(24) a. \**Ele* chove

---

42 No grupo das línguas românicas, o francês é exemplo de língua em que o pronome nominativo de 3ª pessoa (masculino) pode aparecer em contextos não referenciais. Nessa língua, *il* funciona também como pronome expletivo.

(i) *Il pleut*  
'chove'

b. \*Ele há muitas lojas nessa rua

Além das propriedades interpretativas do objeto nulo, um outro aspecto objeto de pesquisa relacionado a essa categoria é o estatuto da categoria vazia que ocupa essa posição. Como mostra Cyrino (1997), várias hipóteses foram estudadas nesse sentido, tendo o objeto nulo sido considerado, dependendo das propriedades que apresentava em cada língua, uma variável, uma expressão referencial nula ou *pro*, por exemplo. Como um dos pressupostos básicos adotados nesta tese é o de que não existem categorias nulas na gramática e como não é objetivo do trabalho propor uma explicação para o comportamento do objeto (pronominal) no PB, essas propostas não serão aqui discutidas. Entretanto, vale a pena notar que uma proposta de unificação entre morfologia e sintaxe que pode prescindir do uso de categorias vazias deve se propor a tarefa de analisar como o objeto nulo é licenciado/interpretado. Uma hipótese de trabalho interessante é a que trata argumentos nulos como posições temáticas não saturadas interpretadas como variável na interface interpretativa.

Para concluir, é interessante ressaltar, também no que tange ao objeto nulo, a cisão entre 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup> pessoa, de um lado, e 3<sup>a</sup> pessoa, de outro. Como se viu, o objeto nulo restringe-se à 3<sup>a</sup> pessoa<sup>43</sup>, reforçando o argumento de que o comportamento dos elementos gramaticais especificados para 3<sup>a</sup> pessoa no PB difere substancialmente do comportamento dos elementos com especificação de 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup>. Note-se que essa cisão coloca em evidência a distinção entre elementos relacionados ao discurso, nesse caso que fazem referência ao falante e ao ouvinte (que, segundo abordagem de M&S, projetam P), e elementos que podem (se) referir no domínio da sentença. Nesse contexto, a hipótese levantada, mais uma vez, é no sentido de que a posição

---

43 Em situações muito específicas, pode haver apagamento de 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup> pessoa no PB, como ilustrado a seguir.

Falante A para B: A Maria já chegou. Você já viu ela, Pedro?

Falante C: Ele já viu sim, mãe! (int.: Ele já me viu sim, mãe)



N relacionada ao clítico acusativo não é projetada no PB, diferentemente do que ocorre com a posição P.

## 2.4 O uso de *lhe* no PB

No PB *standard*, o argumento dativo (de 3ª pessoa) é realizado, normalmente, por um sintagma preposicionado do tipo *a* + DP (cf. (25a)), cuja pronominalização se dá por meio da forma *lhe(s)* (cf. (25b)), conforme o quadro 1, apresentado anteriormente. Vale ressaltar que o argumento dativo está associado no PB (como em outras línguas românicas) a diversos papéis- $\theta$ , como ilustrado em (26) a seguir.

(25) a. O Pedro deu um presente de aniversário ao João

b. O Pedro deu-lhe um presente de aniversário

(26) a. O José enviou-lhe uma carta (recipiente)

b. Beije-lhe as mãos (possuidor)

c. A Maria fez-lhe um jantar (beneficiário)

d. O João abriu-lhes a porta (afetado)

Apesar da descrição apontada no quadro 1 e ilustrada pelos exemplos acima, em vários estudos acerca desse tema (cf. Galves (2000), Torres Morais & Berlinck (2007), entre outros), resta demonstrado que o clítico *lhe* está ausente da gramática adquirida pelos falantes de PB. A ocorrência do pronome dativo (de 3ª pessoa) no PB seria, então, à semelhança do que

ocorre com os clíticos acusativos, decorrente do processo de escolarização.<sup>44</sup> Torres Morais & Berlinck (2007), e referências citadas pelas autoras, corroboram essa ideia com dados quantitativos sincrônicos e diacrônicos. Estando o clítico *lhe(s)* ausente da gramática do PB, o argumento dativo de 3ª pessoa deve, então, ser realizado de outra maneira. Uma das possibilidades de se realizar esse argumento é por meio da pronominalização por um sintagma do tipo *a + ele/ela* (cf. (27)), muito comum na região Nordeste do país (cf. Bispo (2004) para dados da variedade paraibana)<sup>45</sup>

(27) O Pedro deu um presente de aniversário a ele

Paralelamente a essa forma de realização do dativo, introduzido pela preposição *a*, tipicamente introdutora do argumento dativo no português (cf. (28)), o dativo no PB pode ser lexicalizado por meio de sintagmas preposicionados introduzidos por diversas preposições, como *para*, *de*, *em* etc, dependendo do papel atribuído ao argumento (cf. (29)). Conseqüentemente, nos casos em que esse argumento é introduzido por essas preposições, a pronominalização do dativo ocorre por meio de sintagmas preposicionados introduzidos por essas outras preposições, como exemplificado a seguir por (30).

---

44 Importante lembrar que, em algumas variedades do PB, o clítico *lhe* é utilizado para pronominalizar o complemento direto referente à segunda pessoa do discurso associada à forma *você*. Nesse caso, como o pronome *lhe* realiza tanto o objeto direto quanto o objeto indireto, é possível supor que esse pronome realiza a 2ª pessoa, como *te*, nos demais dialetos do PB.

(i) Eu *lhe* vi hoje no *shopping*

45 No PE, essa possibilidade está associada a uma leitura enfática e ao redobro.

(i) O João deu-lhe um computador a ele (e não a ela) [Torres Morais & Berlinck (2007)]

- (28) a. Dei um presente ao João
- b. O ladrão roubou o relógio ao Pedro
- c. Colou um rótulo à garrafa

- (29) a. Dei um presente pro João
- b. O ladrão roubou o relógio do Pedro
- c. Colou um rótulo na garrafa

- (30) a. Dei um presente pra ele
- b. O ladrão roubou o relógio dele
- c. Colou um rótulo nela

Similarmente ao que se viu em relação à realização do argumento acusativo, o argumento dativo pode ser associado, ainda, a um objeto nulo, como ilustrado em (31).

- (31) a. Telefonei e disse *ec*: menina, o Pedro não está aqui.
- b. Tinha de pedir *ec* autorização se fosse necessária uma cirurgia

O fato de o dativo poder ser introduzido por preposições diversas tem sido associado por diversos autores (cf. Torres Morais (2004), Bispo (2004)) à ausência do clítico *lhe* no PB, ou seja, esses autores consideram que o pronome *lhe* realiza o argumento cujo Caso é atribuído por *a*, uma preposição *dummy*; assim, com o argumento dativo introduzido por outras preposições, o pronome *lhe* deixa de ser a categoria adequada para pronominalizar esse

argumento. Em uma abordagem como a de M&S (2007), é possível propor que a ausência do item lexical responsável pela projeção da categoria associada ao dativo no domínio clítico da oração no PB (no caso a categoria Q) impede a projeção dessa categoria, o que possibilita uma análise que desvincule essas duas propriedades, ausência da preposição *a* e ausência do clítico *lhe*. Apesar de esse não ser o objetivo desta tese, vale a pena destacar essa possibilidade de análise, a ser investigada.

Quanto à pronominalização por um clítico, nota-se, de forma semelhante ao que se observa em relação ao clítico acusativo, que os clíticos de 1ª e de 2ª pessoas são amplamente utilizados no PB, ao contrário do que ocorre com o clítico de 3ª pessoa (cf. (32)). Quanto à realização como sintagma preposicionado, observa-se que os argumentos dativos também podem ser realizados por um sintagma preposicionado composto de preposição e de uma forma pronominal tônica (adotando-se a terminologia da gramática tradicional). No caso da 3ª pessoa, em decorrência da ausência de *lhe*, a realização por um sintagma preposicionado é obrigatória. Dessas propriedades, conclui-se que, diferentemente do que ocorre com a 3ª pessoa, o argumento dativo de 1ª e de 2ª pessoas pode ser realizado por um pronome clítico no PB, em alternância com o sintagma preposicionado. Deve-se considerar a possibilidade de essa alternância ser usada como contra-argumento para as propostas que associam a ausência de *lhe* no PB ao fato de o dativo ser introduzido por preposições distintas de *a*, na medida em que argumentos dativos de 1ª e de 2ª pessoa podem ser introduzidos por preposições distintas de *a* e, ainda assim, ser pronominalizados pelo respectivo clítico de 1ª e de 2ª pessoas.

(32) a. O Pedro me deu um presente de aniversário

b. O Pedro te deu um presente de aniversário

(33) a. O Pedro deu esse relógio pra/a mim

b. O Pedro deu esse relógio pra ti/a ti<sup>46</sup>

Por último, em outros contextos, por outro lado, o que se nota é a impossibilidade de se pronominalizar o argumento dativo, independentemente da pessoa (cf. (34)).

(34) a. \* Lhe/Me/Te beijou as mãos

A primeira e a segunda observação apontam para a cisão entre 3ª pessoa, por um lado, e 1ª e 2ª pessoas, por outro, corroborando a hipótese de que os elementos flexionais<sup>47</sup> de 3ª pessoa no PB apresentam comportamento diverso do observado com as demais pessoas, seja no que se refere à realização do sujeito (nulo), seja em relação à realização dos argumentos internos dos verbos. Em termos do que propõem M&S, se pode argumentar que a cisão no que se refere à realização do dativo indica a impossibilidade de se realizar a categoria Q no domínio clítico da oração no PB (e a ausência dos itens lexicais com propriedades associadas a essa categoria). Por outro lado, a presença de clíticos de 1ª e de 2ª pessoa aponta para a existência na língua da categoria P, assim como ocorre com os clíticos acusativos. A terceira observação, por sua vez, revela uma reorganização na própria realização dos argumentos na sentença, já que demonstra que, em alguns contextos, o clítico dativo não é licenciado, independentemente da pessoa. Nesses contextos, mesmo o argumento realizado como um DP

---

46 Na maior parte dos dialetos falados no Brasil, esse dado seria realizado com o pronome você (O Pedro deu esse relógio pra você).

47 Considerando-se que os clíticos são um tipo de elemento flexional.

não é associado ao dativo. No contexto de dativo de posse, por exemplo, a preposição utilizada para introduzir o argumento é sempre *de*, independentemente associada a essa relação temática. Assim, em vez de *lavou-me os pés*, no PB se diz *lavou os meus pés*, como o pronome possessivo, *lavou os pés do João/dele*, no caso da 3ª pessoa.

### 3 Nota sobre os pronomes possessivos no PB

Um outro grupo de pronomes que merece ser mencionado por indicar um comportamento diferenciado da 3ª pessoa em relação à 1ª (e à 2ª) pessoa é o grupo dos pronomes possessivos, que, segundo as gramáticas tradicionais, é formado pela seguinte série de pronomes (quadro reproduzido de Cunha & Cintra (1985 : 310))

		um possuidor		vários possuidores	
		um objeto	vários objetos	um objeto	vários objetos
1ª pes	masc	meu	meus	nosso	nossos
	fem	minha	minhas	nossa	nossas
2ª pes	masc	teu	teus	vosso	vossos
	fem	tua	tuas	vossa	vossas
3ª pes	masc	seu	seus	seu	seu
	fem	sua	suas	sua	suas

Esse quadro, entretanto, não é inteiramente realizado no PB. Primeiramente, em decorrência da ausência dos pronomes associados à 2ª pessoa, que, assim como ocorre com os pronomes sujeitos, não se realizam no PB (o pronome de 2ª pessoa singular, como já destacado, está restrito a alguns dialetos). Em segundo lugar, por causa de um rearranjo

decorrente da generalização do uso de *você*, como ilustram os exemplos a seguir (retirados de Cerqueira (1993)).

- (35) a. Eu vendi meu carro
- b. Você vendeu seu carro
- c. Ele vendeu o carro dele
- d. Nós vendemos o nosso carro
- e. Vocês venderam o carro de vocês
- f. Eles venderam o carro deles

Segundo Cerqueira, o sistema de possessivos do PB encerra, então, uma forma possessiva pronominal e uma forma perifrástica, composta de *de* + pronome (note-se que a realização do genitivo se assemelha à realização do dativo discutida na seção anterior, o qual é realizado, também, por uma forma perifrástica composta de preposição + pronome). O fato de o pronome *seu* estar invariavelmente associado à forma *você*<sup>48</sup> pode ser indício de que a reorganização do sistema pronominal do PB se deve ao emprego amplo de *você*, como defende Galves (2001). Para o estudo desenvolvido nesta tese, o emprego de *dele(s)* em substituição a *seu* indica, mais uma vez, o fato de que a 3ª pessoa diferencia-se das demais, sendo a sua realização menos associada a formas flexionais.

---

48 Conforme observa Cerqueira, na língua escrita *seu* aparece ainda associado a *ele*, mas na língua oral a forma possessiva pronominal de 3ª pessoa é usada apenas com *você*.

## **4 Conclusões**

No caso do sujeito, como se viu, a desinência de 3ª pessoa apresenta um comportamento de variável, enquanto a de 1ª pessoa (e a 2ª, nos dialetos em que ainda ocorre) é interpretada como um argumento sujeito definido/referencial. O comportamento dos clíticos no PB, como demonstram os dados discutidos neste capítulo, reforça a hipótese levantada no capítulo 1 em relação ao sujeito nulo de que há uma cisão de pessoa nessa língua, que coloca, de um lado, a 3ª pessoa e, de outro lado, a 1ª pessoa e a 2ª pessoa. No caso dos complementos clíticos, o que se observa é a ausência dos clíticos de 3ª pessoa (acusativos e dativos), mas a presença dos demais clíticos. Além disso, como consequência da ausência dos clíticos de 3ª pessoa, há um uso generalizado do pronome nominativo realizado na função de complemento e ampliação dos contextos de uso do objeto nulo. É possível concluir dessas propriedades que o PB se diferencia das demais línguas românicas, de uma maneira geral, no que se refere à realização da 3ª pessoa, seja em relação às especificações dos itens lexicais, mais especificamente da flexão de 3ª pessoa, seja em relação à ausência de clíticos que realizam a 3ª pessoa.

Em um quadro teórico como o proposto por Manzini & Savoia (2007, 2008)), a explicação para a cisão constatada quanto ao comportamento dos clíticos no PB flui de maneira natural, devido à possibilidade de relacionar os clíticos de 1ª e de 2ª pessoa a uma posição distinta das posições associadas aos clíticos de 3ª pessoa. Nesse contexto, o comportamento dos clíticos não precisa ser uniforme. A ideia defendida aqui é, portanto, que o PB não possui os itens lexicais/flexionais associados às especificações categoriais N e Q, o que impossibilita a projeção dessas categorias no domínio de realização dos clíticos. Por outro lado, os itens lexicais referentes ao falante e ao ouvinte, estando presentes na língua, projetam



a categoria P. A ideia de que é a ausência dos itens lexicais que impossibilita a projeção da posição sintática - e não o contrário, como proposto em muitos trabalhos que explicam os dados do PB, em que se atribui ausência de traços a posições estruturais, de forma que essas posições não podem alojar o clítico de 3ª pessoa - pode ser corroborada observando-se os clíticos locativos e partitivos que fazem parte do inventário lexical do francês (*y* e *en*) e do italiano (*ci* e *ne*). O que se quer dizer com isso é que línguas como português e espanhol, por não possuírem clíticos desse tipo, não possuem também uma posição a eles associada.

No que se refere à categoria P, vale a pena chamar a atenção para a identidade morfológica entre os clíticos tradicionalmente denominados de acusativos e dativos. Essa identidade permite que se considere a possibilidade de que a maneira correta de tratar os clíticos (objeto) nas línguas românicas é a que se baseia em informações como pessoa (um tipo de categoria), e não em marcas de caso. Essa é a proposta adotada no modelo desenvolvido por Manzini & Savoia. Deve-se ressaltar que, segundo a proposta desses autores, há evidência para tratar os clíticos objeto como cindidos em relação à informação de pessoa, mas não os clíticos sujeito. Essa diferença de tratamento deve-se ao fato de que clíticos objeto podem coocorrer, mas clíticos sujeito concorrem pela mesma posição. Note-se, entretanto, que no PB há evidências para considerar que a informação de pessoa cinde, mesmo que de maneira distinta, os afixos pronominais de concordância, sugerindo que pessoa é uma informação relevante na determinação do comportamento dos pronomes em geral (considerando-se que os afixos são também pronomes).

Em relação aos pronomes sujeitos (nominativos), observa-se, nas línguas românicas em geral (assim como em outras línguas), a presença da especificação de gênero, ausente dos pronomes de 1ª e de 2ª pessoa. Assim, no PB, por exemplo, enquanto para a terceira pessoa há duas formas de 3ª pessoa singular (*ele*, *ela*) e outras duas formas de 3ª pessoa plural (*eles*,

*elas*), para a 1ª e a 2ª pessoa há apenas uma forma para cada no singular (*eu, tu*, respectivamente) e uma forma para cada no plural (*nós, vós*, respectivamente).<sup>49</sup> Esse fato aponta para uma cisão entre as formas pronominais de 1ª/2ª pessoa e de 3ª pessoa também no que se refere aos pronomes nominativos, mostrando que esse é um fenômeno bastante constante e difundido por diversos contextos gramaticais. Essas observações referentes ao sistema pronominal das línguas românicas, especialmente o do PB, vai ao encontro da proposta de Benveniste de que o termo pessoa se refere, de maneira adequada, apenas aos elementos marcados como 1ª e como 2ª pessoa, devendo a 3ª pessoa, por outro lado, ser tratada de maneira distinta das outras duas, apesar de a tradição gramatical incluir as três 'pessoas' em uma mesma categoria.

Por último, vale a pena discutir, no âmbito de um trabalho que questiona a existência e o emprego de categorias vazias, o estatuto do objeto nulo. Tradicionalmente, assim como ocorre com o sujeito nulo, o objeto nulo também tem sido tratado como a manifestação da categoria nula *pro*. Uma possibilidade de análise que deve ser considerada, nesse caso, é a de que o objeto nulo seja uma posição- $\theta$  não saturada no nível sintático e que recebe interpretação na interface interpretativa. Apesar de não ser objetivo desta tese fornecer tratamento teórico para as diversas manifestações do objeto no PB, a análise de que posições argumentais podem não ser realizadas no nível morfossintático é adotada para explicar o sujeito nulo de orações infinitivas no capítulo seguinte. A possibilidade de se adotar tal proposta nesse contexto significa, no mínimo, que essa é uma hipótese de trabalho interessante de ser avaliada em outros contextos, como o do objeto nulo. Se é verdade que, em

---

49 Evidentemente, deve-se ressaltar que a forma *tu* tem, atualmente, distribuição restrita a alguns dialetos, sejam eles regionalmente distribuídos (Rio Grande do Sul e Maranhão, por exemplo), sejam socialmente distribuídos (fala dos jovens em situação de interação com pares, em Brasília, por exemplo). A forma *vós*, por sua vez, aparece nos quadros pronominais ensinados na escola, mas não fazem mais parte da língua nativa. De qualquer forma, esses pronomes podem ilustrar o fato que se quer destacar nesta seção, que é a inexistência do traço morfológico de gênero nos pronomes de 1ª e de 2ª pessoa.

algumas línguas, posições- $\theta$  podem não ser saturadas sintaticamente, uma questão a ser respondida gira, necessariamente, em torno de que propriedade caracteriza essas línguas em oposição àquelas que obrigam a realização morfossintática dos argumentos.

## Capítulo 3

### O sujeito nulo em orações infinitivas

#### 1 Construções de controle

Em orações infinitivas, de maneira geral, o sujeito é obrigatoriamente nulo, ou seja, é realizado, segundo a tradição gerativista, por uma categoria nula, que, segundo Chomsky (1981), pode ser PRO ou pode ser um vestígio de movimento de NP (*t*), dependendo do tipo de oração em que ocorre.<sup>50</sup> Esses dois tipos de categoria nula se diferenciam devido a uma série de propriedades, entre elas propriedades relacionadas à interpretação de cada uma. Em Chomsky (1981) as seguintes características são associadas a PRO: PRO e seu antecedente recebem papéis- $\theta$  distintos, a relação entre PRO e seu antecedente não está sujeita à condição de subjacência, PRO não é regido e PRO não precisa de um antecedente. A categoria nula *t*, por outro lado, é caracterizada por propriedades contrárias às associadas a PRO. O exemplo em (1) abaixo ilustra orações infinitivas cujo sujeito é PRO e o exemplo (2) uma oração infinitiva cujo sujeito é *t*. Os exemplos a seguir são reproduzidos de Chomsky (1981 : 64).

---

50 Sujeitos lexicais podem ser licenciados em orações infinitivas, como demonstram os exemplos abaixo. Esse tópico será retomado na seção 2.

- (i) a. I believe John to be inteligente
- b. Supongo non esser la situazione suscettibile di ulteriori miglioramenti  
       'Suponho não ser a situação suscetível de posteriores melhoramentos'

- (1) a. It is unclear [what PRO to do  $t$ ]  
b. John tried [PRO to win]
- (2) John<sub>i</sub> seems (to us) [ $t_i$  to like ice cream]

A principal distinção entre os dois tipos de orações infinitivas – e que se mantém independentemente da versão da teoria adotada para explicar os dados em (1) e (2) – refere-se à interpretação. Para Chomsky (1981), a teoria do controle é o mecanismo responsável por determinar a relação entre PRO e seu antecedente, quando existe um, pois, como mostra (1a), PRO pode não ter antecedente (caso em que recebe uma interpretação arbitrária). Essa relação de correferência entre PRO e seu antecedente (chamada de relação de controle) é um subtipo do que Chomsky denomina *relations of construal*, as quais incluem relações entre elementos anafóricos e seus antecedentes. A relação de correferência entre  $t$  e seu antecedente, por outro lado, deriva do fato de ambos serem o mesmo elemento, que ocupa posições distintas na sentença em momentos distintos da derivação. Nesse sentido, é importante o papel do critério- $\theta$  na derivação dos dois tipos de construção, denominadas construções de controle quando o sujeito é PRO e construções de alçamento quando o sujeito é  $t$ .

#### Critério- $\theta$ (Chomsky (1981))

Cada argumento recebe um e apenas um papel- $\theta$  e cada papel- $\theta$  é atribuído a um e apenas um argumento.

Em (2), o que se observa é que o predicado encaixado seleciona dois argumentos (um

externo e um interno) e o predicado da oração matriz seleciona um argumento interno, a oração encaixada, ou seja, não seleciona argumento externo. Por hipótese, o DP na posição de sujeito da oração encaixada não pode ser licenciado pelo I infinitivo, o que explica o movimento para a posição de sujeito da oração matriz. Esse movimento é possível porque não viola o Critério- $\theta$ , pois o predicado da matriz não seleciona argumento externo. Em (1a), ao contrário, tanto o verbo da oração matriz quanto o da subordinada selecionam argumento externo, e o movimento de *John* da oração encaixada violaria o Critério- $\theta$ , pois esse DP receberia dois papéis- $\theta$ , um na oração encaixada e outro na matriz. Além disso, em exemplos como o apresentado em (1a), o critério- $\theta$  também seria violado se não existisse uma categoria (nula) independente para ocupar a posição de sujeito da oração infinitiva, já que o papel- $\theta$  do argumento externo selecionado pelo predicado da oração subordinada não poderia ser atribuído.

Quanto à referência de PRO, segundo Chomsky (1981: 78-79), a teoria do controle, que trata de como PRO adquire referência, envolve diversos fatores, como configuração estrutural, propriedades intrínsecas dos verbos e fatores pragmáticos. O autor chega a essa conclusão examinando exemplos como os apresentados em (3) e (4), retirados de Chomsky (1981 : 75).

- (3) a. John persuaded Bill [PRO to feed himself]
- b. John promised Bill [PRO to feed himself]
- c. John appealed to Bill [PRO to feed himself]
- d. John pleaded with Bill [PRO to feed himself]

- (4) a. John asked Bill [how PRO to feed himself]
- b. John told Bill [how PRO to feed himself]
- c. It is unclear [how PRO to feed oneself]

Em (3) PRO é, obrigatoriamente, controlado por um antecedente, mas esse antecedente pode ser o sujeito da oração matriz, como em (3b), quanto o objeto, como em (3a, 3c e 3d). A escolha do antecedente de PRO pode ser deduzida da referência do elemento anafórico presente na oração subordinada. Em (3b) *himself* se refere a John e em (3a), (3c) e (3d), a Bill. Em (4), o que se observa, especialmente em (4c), é a possibilidade que PRO receba uma interpretação arbitrária. PRO, em (4a-b), pode, marginalmente, receber uma interpretação arbitrária se *himself* for substituído por *oneself*. Além da distinção entre (3) e (4), a obrigatoriedade de PRO receber uma interpretação arbitrária, em determinados contextos, ou de ter um antecedente, em outros, é ilustrada em (1). O autor ilustra, ainda, a possibilidade de PRO tomar um antecedente remoto, como se vê em (5).

- (5) They thought (that I said) that [PRO to feed each other] would be difficult

Esses exemplos (cf. Chomsky 1981 : 76-79 para mais dados) mostram que parece não haver uma condição precisa que determina a maneira como PRO adquire referência. Apesar disso, alguns autores sugerem que os casos de controle sejam divididos em controle obrigatório (OC) e controle não obrigatório (NOC).<sup>51</sup> De acordo com Williams (1980), cinco

<sup>51</sup> Esse comportamento ambíguo de PRO - ora obrigatoriamente ligado a um antecedente, ora livre - acabou por determinar que, no inventário das categorias vazias, definidas em termos de [+ anafórico] e [+ pronominal], PRO fosse descrito como [+anafórico, +pronominal]. PRO é, então, a única categoria vazia que apresenta especificação positiva para ambos os traços. Essa ambiguidade cria um impasse no que se refere à aplicação

propriedades definem as construções de OC. NOC, então, ocorre quando a construção não apresenta essas propriedades. Essa distinção remete, basicamente, a casos em que PRO se comporta como um elemento anafórico (OC), por um lado, e a casos em que se comporta como um elemento pronominal (NOC). Essas propriedades são apresentadas em (6) a seguir.

(6) OC1: NPs lexicais não podem ocupar o lugar de PRO

OC2: O antecedente precede PRO controlado

OC3: O antecedente c-comanda PRO controlado

OC4: O antecedente é determinado temática ou sintaticamente, unicamente

OC5: PRO deve ter um antecedente

A seção seguinte apresenta algumas propostas de tratamento para as construções de controle introduzidas nesta seção.

## 1. 1 Propostas de análise do controle

O tratamento dado às orações infinitivas de alçamento não parece ser controverso, na medida em que decorre de uma operação difundida na gramática, normalmente associada a propriedades que impedem a atribuição/checagem de Caso na posição de sujeito de orações infinitivas. O tratamento dado ao controle, por outro lado, tem sido objeto de grande debate, porque exige a formulação/utilização de um módulo da gramática especializado quanto ao

---

dos princípios A e B da teoria da ligação, que (em qualquer de suas versões) são excludentes. Note-se, entretanto, que essa ambiguidade não é imperativa e Chomsky (1986: 104) propõe que "PRO (...) like a pronoun (...) may be either bound (...) or free". A questão é que, em determinados contextos, PRO, diferentemente do que se observa com os pronomes, deve ser ligado no domínio de seu antecedente, o que faz dele, nesse caso, um elemento anafórico.



estabelecimento da relação entre PRO e seu antecedente, além de exigir a postulação de uma categoria nula (ambígua) especificamente destinada a ocupar a posição de sujeito de orações infinitivas de controle. Muitos estudiosos tentam, então, derivar a distribuição de PRO e a forma como essa categoria adquire referência de princípios ou propriedades mais gerais da gramática.

Na teoria da regência e ligação, Williams (1980) e Manzini (1983) são exemplos de propostas que tentam explicar o controle a partir dessa perspectiva. Para Williams, OC pode ser reduzido a predicação (que explica também outros fenômenos sintáticos), sendo que PRO e VP formam um predicado complexo, com PRO sendo uma variável, ou seja, uma posição aberta na sentença que faz dela um predicado (de um lugar).<sup>52</sup> Para Manzini, controle pode ser reduzido a ligação, ou seja, a interpretação de PRO deriva da aplicação dos princípios da teoria da ligação (estendida). Análises como essas podem abrir mão da teoria do controle para explicar o fenômeno. Basicamente, segundo Manzini (1983), PRO é uma anáfora pura. Para implementar essa proposta, a autora sugere que a teoria da ligação formulada em Chomsky (1981) seja alterada. Como a autora adota, em sua proposta, pressupostos abandonados nas versões mais recentes da teoria gerativa, será apresentada a hipótese básica por ela formulada. Para Manzini, PRO, incluindo-se PRO arbitrário, é um elemento anafórico puro<sup>53</sup> (e não um elemento ambíguo, como propõe Chomsky (1981)). A autora assume, ainda, que uma categoria (nula) anafórica é uma variável livre, a qual se caracteriza por poder não ser referencialmente dependente. Essa característica é o que faz com que a leitura arbitrária se torne possível/obrigatória. A diferença de PRO para um elemento como *himself*, por exemplo,

<sup>52</sup> Controle, então, é indexação de um NP com S, e não com PRO.

(i) John<sub>i</sub> promised Bill [PRO to leave]<sub>i</sub>

<sup>53</sup> A distribuição de PRO é determinada, em Manzini (1983), por Caso. Um dos pressupostos adotados pela autora é de que elementos anafóricos não podem ocorrer em posição de Caso. Se é assim, PRO (um elemento anafórico) só é licenciado em posições em que Caso não é atribuído (como a posição de sujeito das orações infinitivas).

deve-se ao fato de que *himself* é associado, no léxico, a traços específicos como número e pessoa. Para a autora, elementos anafóricos (variáveis livres) associados a um conjunto de traços específicos devem ser referencialmente dependentes de algum elemento, o que impede, nesses casos, a leitura arbitrária. Isso explica por que PRO, ao contrário de *himself*, pode receber uma leitura arbitrária, apesar de ambos serem elementos anafóricos.

Na versão do programa minimalista da teoria gerativa, procura-se também deduzir as propriedades de PRO de princípios mais gerais. Chomsky (1995) apresenta uma proposta que deriva a distribuição de PRO de Caso, o que permite que essa categoria seja tratada de forma semelhante aos outros tipos de NP. Até então, a proposta de Chomsky era no sentido de que PRO poderia ocorrer em ambientes nos quais a regência não se aplicava e, como a atribuição de Caso se dava sob regência, PRO não recebia Caso. Essa explicação, no entanto, apresenta dificuldades teóricas e empíricas, discutidas em Chomsky (1995). O primeiro aspecto levantado pelo autor diz respeito à formulação da condição de visibilidade. Se se considera que PRO não recebe Caso, é necessário formular a condição de visibilidade conforme expresso em (7), ou seja, PRO impõe uma formulação disjuntiva dessa condição, o que por si só pode levar ao questionamento da adequação dessa proposta. Se possível, uma formulação que unifique o tratamento dado a qualquer tipo de NP deve ser preferida.

- (7) Uma cadeia é visível para marcação- $\theta$  se contém uma posição de Caso (necessariamente seu núcleo) ou se seu núcleo é PRO.

Além disso, o autor mostra que PRO se comporta de maneira semelhante a outros argumentos, sendo, por um lado, forçado a se mover de posições sem atribuição de Caso e,

por outro, sendo impedido de se mover de posições de atribuição de Caso. Tome-se o exemplo em (8), de Chomsky (1995 : 117), como ponto de partida.

(8) We never expected [there to be found  $\alpha$ ]

Segundo Chomsky, se  $\alpha$  for um NP indefinido, o exemplo é gramatical. Isso se dá porque, em LF,  $\alpha$  é alçado para a posição do expletivo, resultando em uma cadeia que satisfaz a condição de visibilidade. Por outro lado, se  $\alpha$  for PRO, a sentença é agramatical, apesar de todas as condições necessárias para que a derivação ocorra serem satisfeitas: PRO ocupa uma posição- $\theta$  (o que o faz visível para a marcação- $\theta$ ) e, como PRO pode receber uma interpretação arbitrária, a condição de indefinitude poderia ser satisfeita. O exemplo torna-se gramatical se PRO é alçado para a posição de sujeito (ocupada pelo expletivo em (8)). Para Chomsky, isso indica que PRO deve se mover de uma posição de não atribuição de Caso (posição de objeto de construções passivas, nesse caso) para uma posição onde o Caso pode ser atribuído, e esse movimento deve se dar na sintaxe aberta (estrutura-S).

(9) We never expected [PRO to be found  $t$ ]

[Chomsky 1995 : 117]

A discussão anterior mostra que PRO deve se mover para uma posição onde Caso é atribuído. Os exemplos a seguir, por sua vez, mostram que PRO não pode se mover de posições de Caso, mesmo que seja para escapar à regência (recorde-se que, na teoria da regência e ligação, a distribuição de PRO era explicada por regência; PRO é licenciado, nessa

versão da teoria, em posições não-regidas).<sup>54</sup>

(10) a.  $\alpha$  to talk about  $\beta$

b.  $\alpha$  to strike  $\beta$  [that the problems are insoluble]

$\alpha$  to seem to  $\beta$  [that the problems are insoluble]

[Chomsky 1995 : 117]

Suponha-se que (10a) seja uma estrutura-D no contexto 'it is unfair \_\_\_', em que  $\alpha=ec$  e  $\beta=John$ . Nessa situação, Last Resort<sup>55</sup> barra o alçamento de  $\beta$  para a posição  $\alpha$ , o que provoca a agramaticalidade de (11a), porque a cadeia (John) é visível para marcação- $\theta$  sem a aplicação de movimento. Suponha-se que  $\beta=PRO$ . Nessa situação, PRO deveria ser alçado para a posição  $\alpha$  para satisfazer à exigência de ser não regido. Esse movimento, entretanto, não resulta em gramaticalidade (cf. (11b)), mesmo que  $\alpha$  seja uma posição legítima para PRO em outras construções, como mostra (11c).

---

54 Teorema de PRO: PRO deve ser não regido. Evidência a favor do teorema de PRO advém da ambiguidade atribuída a PRO no que se refere aos princípios da teoria da ligação. Como PRO caracteriza-se por ser um elemento [+anafórico, +pronominal], está sujeito aos princípios A e B da teoria da ligação, os quais são definidos em Chomsky (1981) em termos de regência.

Princípio A: Um anafórico deve ser ligado na sua categoria de regência

Princípio B: Um pronome deve ser livre na sua categoria de regência

PRO não poderia estar sujeito a ambos os princípios, já que as condições por eles impostas são contraditórias. O teorema de PRO, então, resolve essa contradição e acaba por identificar a propriedade responsável pela distribuição dessa categoria vazia.

55 Segundo Chomsky (1995 : 253), Last Resort é uma condição que se aplica à operação de movimento e expressa a ideia de que movimento decorre da checagem de traços, uma propriedade morfológica.

- (11) a. \*It is unfair [John to talk about *t*]  
b. \*It is unfair [PRO to talk about *t*]  
c. It is unfair [PRO to talk about John]

[Chomsky 1995 : 118]

Essas propriedades dos dados discutidos acima são facilmente derivadas se se considera que PRO recebe Caso, ou seja, a agramaticalidade de (11b) deve-se ao fato de que o movimento de PRO é ilegítimo, já que PRO, como qualquer outro NP, não pode se mover de posições de Caso. O Caso de PRO, entretanto, deve ser um tipo específico de Caso, já que essa categoria não é licenciada em contextos de atribuição de Casos Nominativo e Acusativo, por exemplo. Chomsky considera, então, que PRO é um argumento NP "mínimo", sem propriedades referenciais e fonéticas independentes, entre outras. Para Chomsky (1995), esse Caso é o Caso Nulo, definido como a realização da relação Spec-head, em que o núcleo é I sem tempo nem concordância, ou seja, I infinitivo (com concordância nula), contexto ilustrado em (12a), e gerundivo (nominal), ilustrado em (12b). Resumindo, o I mínimo checa Caso Nulo, e o só o NP mínimo (PRO) pode receber Caso Nulo.

- (12) a. PRO to VP (to be sick)  
b. PRO ing VP (being sick)

[Chomsky 1995 : 120]

Martin (2001), com o objetivo de refinar essa proposta e de explicar a diferença entre

os tipos de oração infinitiva, adota uma distinção interpretativa notada por Stowell (1982).<sup>56</sup>

Essa distinção está relacionada a tempo, como mostram os exemplos abaixo.

(13) a. Ginny remembered to bring the beer.

b. Sara convinced Bill to go to the party.

c. Bob wants to buy a new camera.

(14) a. Zagallo believed Ronaldo to be the best.

b. The doctor showed Bill to be sick.

c. The defendant seemed to the DA to be guilty.

Em (13), o evento da infinitiva é, de certa forma, não-realizado ou futuro em relação ao tempo da oração matriz, enquanto em (14) o tempo da infinitiva é idêntico ou simultâneo ao da matriz. Com base nessa diferença de interpretação, Martin propõe, com base em Stowell, que infinitivas do tipo ilustrado em (13) possuem tempo e que as do tipo ilustrado em (14) não possuem tempo. É essa diferença que Martin diz ser responsável pela possibilidade, ou não, de checar o Caso Nulo. Para o autor, então, é o traço [+tempo] das construções de controle o responsável por checar o Caso Nulo. Nas demais infinitivas, que são caracterizadas pelo traço [-tempo], I não licencia Caso Nulo (nem nenhum outro), e o DP é obrigado, então, a se mover para uma posição onde seu Caso seja verificado.

Também sob a perspectiva de que controle está relacionado ao licenciamento da categoria vazia PRO, encontra-se a proposta de Landau (2001, 2004, 2006). Nos parágrafos seguintes, será apresentada a proposta delineada em Landau (2004, 2006) e, quando

---

<sup>56</sup> Uma crítica recorrente à proposta de Chomsky (1995) alega que essa proposta precisa ser refinada, pois não explica porque o I infinitivo de orações de alçamento ou de marcação excepcional de Caso (ECM) não pode checar o Caso Nulo.

conveniente, será feita referência a Landau (2000). O trabalho de Landau é interessante do ponto de vista empírico, já que aborda uma série de fenômenos não considerados em abordagens mais clássicas do fenômeno do controle. Ao contrário do que essas abordagens afirmam, o controle não se relaciona apenas a contextos não finitos, e PRO, em algumas línguas, pode alternar com um sujeito lexical. Um exemplo bastante difundido de controle em orações finitas é o das línguas balcânicas. Terzi (1997) e Roussou (2009), entre muitos outros autores, tratam do fenômeno no grego e Manzini & Savoia (2007) e Manzini (2009), em dialetos albaneses.

Landau (2004) começa a discussão sobre o controle abordando dados do hebraico, língua que apresenta, segundo o autor, propriedades de controle em alguns contextos finitos quando o sujeito é de 3ª pessoa. Um aspecto importante do hebraico é que, nessa língua, o sujeito nulo referencial/definido restringe-se, basicamente, à 1ª e à 2ª pessoas, ou seja, a distribuição dos sujeitos nulos referenciais de 3ª pessoa é muito restrita. Por outro lado, esse tipo de sujeito é possível em construções em que é interpretado como quasi-argumento e em contextos em que é interpretado como um sujeito genérico/arbitrário ou expletivo. O autor ressalta que qualquer apelo à riqueza morfológica para explicar a não ocorrência de sujeito nulo de 3ª pessoa no hebraico parece incorreto, já que, no verbo, a 3ª pessoa é quase sempre morfológicamente realizada. O autor considera, então, que o sujeito de 3ª pessoa nulo em hebraico é proibido não por propriedades de Agr, mas porque o pronome referencial nulo de 3ª pessoa não existe nessa língua (cf. Landau 2004 : 815 para proposta de Shlonsky (1997) na qual o autor se baseia). Os exemplos a seguir mostram a assimetria entre sujeitos nulos de 1ª/2ª, por um lado, e de 3ª, por outro, no que concerne à interpretação de controle. Em (15a), o sujeito nulo se comporta como um pronome não controlado, enquanto, em (15b), o sujeito nulo é obrigatoriamente correferente ao sujeito da oração matriz. Exemplos de Landau (2004: 816).

(15) a. Hem<sub>1</sub> kivu še-atem<sub>2</sub>/pro<sub>2</sub> telxu ha-bayta mukdam

eles esperavam que-vocês(vós)/pro fut-ir.2pl casa cedo

b. Hem<sub>1</sub> kivu še-hem<sub>1/2</sub>/pro<sub>1/\*2</sub> yelxu ha-bayta mukdam

eles esperavam que-eles/pro fut-ir.3pl casa cedo

Landau mostra, ainda, que controle com sujeito nulo de 3<sup>a</sup> pessoa é possível apenas se a oração encaixada está no futuro (cf. (16)) e, mesmo assim, dependendo do verbo que aparece na oração matriz (cf. (17) e (18)). Segundo o autor, controle só é possível se o verbo da oração matriz é, de alguma forma, semanticamente directivo, como (17a) e (18a).<sup>57</sup> Os exemplos a seguir são encontrados em Landau (2004 : 816-817).

(16) a. Gil hizkir le-Rina<sub>1</sub> še- pro<sub>1/\*2</sub> tin'al et ha-delet

Gil lembrou Prep-Rina que-pro fut-trancar.3sing.fem ACC a-porta

b. Gil hizkir le-Rina<sub>1</sub> še-\*(hi<sub>1/2</sub>) na'ala et ha-delet

Gil lembrou Prep-Rina que-\*(ela) pas-trancar.3sing.fem ACC a-porta

(17) a. Rina himlica le-Gil<sub>1</sub> še- pro<sub>1/\*2</sub> ya'avod yoter kaše

Rina recomendou a-Gil que-pro fut-trabalhar.3sing.masc mais duramente

---

<sup>57</sup> Em casos de controle pelo sujeito, a restrição de tempo futuro também se aplica, segundo o autor, mas o quadro se modifica sensivelmente. Verbos comissivos (*declarar*, *prometer*, segundo o autor), de acordo com Landau, permitem controle, enquanto verbos factivos o proibem, e verbos epistêmicos e declarativos estão em algum ponto entre a gramaticalidade e agramaticalidade.



b. Rina hisbira le-Gil<sub>1</sub> še-\*(hu<sub>1</sub>) ya'avod yoter kaše

Rina explicou a-Gil que-\*(ele) fut-trabalhar.3sing.masc mais duramente

(18) a. Rina civta al Gil<sub>1</sub> še- pro<sub>1/\*2</sub> ya'azov et ha-ir be-karov

Rina ordenou a Gil que-pro fut-sair.3sing.masc ACC a-cidade logo

b. Rina divxa al Gil<sub>1</sub> še-\*(hu<sub>1</sub>) ya'azov et ha-ir be-karov

Rina reportou a Gil que-\*(ele) fut-sair.3sing.masc ACC a-cidade logo

Com base nesses dados, que mostram que controle ocorre apenas com futuro e com classes de verbos específicas (como verbos diretivos e comissivos), Landau propõe que as orações que licenciam controle finito em hebraico são, na verdade, orações subjuntivas (mesmo que não apresentem marcas morfológicas de subjuntivo) e que, por isso, são temporalmente dependentes da oração matriz. Isso significa que, para o autor, OC é possível em hebraico somente com tempo dependente. Além disso, o autor propõe, com base em propriedades interpretativas (leitura *sloppy* e leitura *de se*), que a categoria vazia que ocupa a posição de sujeito dessas orações (quando o sujeito é de 3ª pessoa) só pode ser PRO, e não *pro*.<sup>58</sup>

Outro conjunto de dados discutidos por Landau refere-se às línguas balcânicas. Para o autor, OC em orações finitas nessas línguas (as quais não possuem orações infinitivas) é licenciado apenas com complementos subjuntivos semanticamente atemporais que licenciam PRO como seus sujeitos. Landau chama a atenção para o fato de que a hipótese de que a

---

58 Recorde-se que essas leituras estão associadas a uma leitura de variável, associada, por sua vez, a PRO, mas não a *pro*, o qual é associado a uma leitura definida (cf. Landau 2004 : 823 para referências).

categoria vazia licenciada nesses contextos é PRO baseia-se em propriedades distribucionais e interpretativas das categorias vazias, não sendo, portanto, uma escolha teórica ou técnica. Os exemplos em (19) mostram orações subjuntivas que apresentam propriedades de controle (ou subjuntivas-C), e que, portanto, licenciam PRO, e os exemplos em (20) mostram orações que o autor denomina subjuntivas livres (ou subjuntivas-F), ou seja, aquelas cujo sujeito nulo não é controlado por um antecedente, apresentando propriedades de *pro*.

(19) a. Grego

I Maria<sub>1</sub> prospathise PRO<sub>1/\*2</sub> na divasi

a Maria tentou.3sing PRO part ler.3sing

b. Romeno

L<sub>1</sub>-am îndenmat ca de mîine PRO<sub>1/\*2</sub> să meargá la scoală cu bicicleta

ele-eu.ter induzido que de amanhã PRO part ir.3sing para escola com a.bicicleta

[Landau 2004 : 826-827]

(20) a. Grego

o Yanis<sub>1</sub> elpizi pro<sub>1/2</sub> na figi

o João espera.3sing pro part ganhar.3sing

b. Romeno

Ion<sub>1</sub> vrea ca Dan/pro<sub>1/2</sub> șa rezolve problema

Ion quer que Dan/pro part resolva o.problema

[Landau 2004 : 827-828]

A ideia de Landau é a de que, também nas línguas balcânicas, tempo é uma propriedade essencial no licenciamento, ou não, do controle em orações finitas. Segundo o autor, subjuntivas-C ocorrem com verbos como *tentar, ajudar, ousar, imaginar, conseguir, esquecer, começar, parar, continuar*, enquanto subjuntivas-F são selecionadas por verbos como *acreditar, querer, esperar, preferir, persuadir, perguntar*. Para ele, no primeiro caso, os verbos selecionam complementos com tempo anafórico e, no segundo caso, selecionam complementos com tempo dependente, sendo o domínio temporal da matriz separado do domínio temporal da oração subordinada. Trata-se, portanto, no caso das subjuntivas-F, de dois eventos, apesar de o tempo da subordinada ser determinado pelo tempo da matriz. Nas infinitivas-C, por outro lado, há apenas um domínio temporal, o da matriz.

A hipótese de que controle relaciona-se a tempo é também corroborada, segundo o autor, pelo contraste que ele denomina de controle parcial (PC) *versus* controle exaustivo (EC).<sup>59</sup> Com dados do inglês, o autor mostra que OC se divide em dois subgrupos, associados a propriedades distintas no que concerne à referência de PRO. Quando a referência de PRO engloba o controlador, mas não se restringe a ela, configura-se o controle parcial (essa interpretação é representada pelo autor por PRO<sub>1+</sub>). Caso a referência de PRO e do controlador sejam idênticas, configura-se o controle exaustivo. Importante ressaltar que ambos são classificados como OC por apresentarem propriedades como obrigatoriedade de leitura *sloppy* e *de se* e impossibilidade de controle de longa distância e de que PRO seja interpretado como arbitrário. Os exemplos em (21) e (22), de Landau (2004 : 833-834), referem-se a PC e EC, respectivamente.

---

59 Para uma análise detalhada a respeito desses dois tipos de construções cf. Landau (2000).

(21) We thought that . . .

- a. The chair<sub>1</sub> preferred [PRO<sub>1+</sub> to gather at 6]
- b. Bill<sub>1</sub> regretted [PRO<sub>1+</sub> meeting without a concrete agenda]
- c. Mary<sub>1</sub> wondered [whether PRO<sub>1+</sub> to apply together for the grant]

(22) We thought that . . .

- a. \*John<sub>1</sub> managed [PRO<sub>1+</sub> to gather at 6]
- b. \*The chair<sub>1</sub> began [PRO<sub>1+</sub> meeting without a concrete agenda]
- c. \*Mary<sub>1</sub> is able [PRO<sub>1+</sub> to apply together for the grant]

Para Landau, PRO em (21), mas não em (22), é semanticamente plural e, por isso, apenas inclui o controlador em sua referência.<sup>60</sup> O autor relaciona o licenciamento de PRO semanticamente plural a tempo. Para ele, complementos de verbos volitivos, interrogativos, factivos e proposicionais, que são especificados como [+tempo], licenciam PC, ao passo que complementos de verbos implicativos, aspectuais e modais, que não são especificados para tempo, licenciam EC. Como diagnóstico das propriedades de tempo das oração infinitivas, o

---

<sup>60</sup> Evidência de que a pluralidade de PRO, em PC, é semântica, mas não sintática, advém do licenciamento de elementos anafóricos. Segundo Landau, esses elementos (ao menos em inglês) requerem antecedentes sintaticamente plurais, como se observa em (i), em que, apesar de o sujeito (antecedente) ser semanticamente plural, esses elementos não são licenciados. A conclusão de Landau, a partir da comparação entre (i) e (i) é no sentido de que PRO é apenas semanticamente plural, pois, se fosse sintaticamente plural, deveria poder ser antecedente dos elementos anafóricos.

- (i) a. \*The committee cleared themselves/each other of any responsibility.  
b. \*This couple became members of my club.
- (ii) Sue told Mary that . . .
  - a. \*she preferred to meet each other at 6 today.
  - b. \*she regretted having talked about themselves.
  - c. \*she wondered which club to become members of.

[Landau 2004 : 834]

autor utiliza advérbios de tempo conflitantes na oração matriz e na oração encaixada. Assim, se é possível a presença de advérbios conflitantes em ambas as orações, isso significa que a oração infinitiva possui tempo. Se não é possível, a oração infinitiva não possui tempo. Os exemplos a seguir indicam que o licenciamento desses advérbios é possível justamente com as classes de verbos que licenciam PC, mas não com as que licenciam EC.

(23) a. implicativo

\*Yesterday, John managed to solve the problem tomorrow.

b. aspectual

\*Yesterday, John began to solve the problem tomorrow.

c. modal

\*Yesterday, John was able to solve the problem tomorrow.

d. volitivos

Yesterday, John hoped to solve the problem tomorrow.

e. interrogativo

Yesterday, John wondered how to solve the problem tomorrow.

f. factivo

Today, John regretted having solved the problem last week.

[Landau 2004 : 836]

Procurando apresentar uma explicação para o controle que englobe dados empíricos

tão vastos e distintos, Landau (2004, 2006) propõe o que denomina "the tense-agr calculus". A propriedade *tempo* mostra-se relevante para o licenciamento do controle. Segundo o autor, tempo (dependente) divide complementos subjuntivos nas línguas balcânicas em subjuntivas de controle e livres e divide complementos infinitivos no inglês em infinitivas PC e EC, o que o leva a estabelecer a seguinte correlação: verbos selecionam subjuntivas-C nas línguas balcânicas se, e somente se, selecionam infinitivas-EC em outras línguas, e verbos selecionam subjuntivas-F nas línguas balcânicas se, e somente se, selecionam infinitivas-PC em outras línguas. Enquanto, nas línguas balcânicas, tempo dependente se correlaciona a contextos de não ocorrência de controle (subjuntivas-F), no hebraico, tempo dependente se correlaciona com controle (quando o sujeito nulo é de 3ª pessoa). A proposta do autor, então, visa explicar essas correlações. Para isso, ele adota alguns pressupostos. Em relação às orações encaixadas, Landau assume que as propriedades relevantes são os traços [T] e [Agr] em I° e C°. No que se refere ao traço [T] em C°, é necessária uma divisão tripartite: (a) complementos cujas propriedades de tempo são selecionadas pelo predicado matriz, que podem ser: (i) [-T] - quando possuem tempo anafórico, ou seja, idêntico ao tempo da matriz e (ii) [+T] - quando possuem tempo dependente, ou seja, quando são irrealis - e (b) complementos cujas propriedades de tempo não são selecionadas pelo predicado matriz, que não carregam o traço T em C°. Em (24), são resumidas essas propriedades, que são semânticas, e não morfológicas, visto que uma oração tanto pode ser especificada para tempo sem possuir morfologia de tempo (infinitivas-PC, por exemplo), quanto pode não ser especificada para tempo apesar de possuir marca morfológica de tempo (como as subjuntivas-C). A sintaxe referente ao tempo selecionado é esquematizada em (25). A coincidência de especificações de I° e C° garante que o tempo de I° é o selecionado pelo verbo matriz, pois a relação entre o verbo matriz e I° encaixado é mediada pelo núcleo que faz a interface entre as duas orações, ou seja, por C°.

(24) T em I°/C° encaixados

- a. Tempo anafórico: [-T] em I°/C°
- b. Tempo dependente: [+T] em I°/C°
- c. Tempo independente: [+T] em I°, Ø em C°

(25) V .....[<sub>CP</sub> C<sub>[+T]</sub> [<sub>IP</sub> I<sub>[+T]</sub> VP]]

\_\_\_\_\_    \_\_\_\_\_  
seleção    checagem

Ao contrário do traço [T], segundo Landau, o traço [Agr] em I°, que é um conjunto de traços- $\varphi$ , é puramente morfológico, o que implica que [+Agr] está presente em uma oração somente se há marca morfológica de concordância nessa oração. [-Agr], ou Agr abstrato, é Agr sem realização morfológica. O autor assume, ainda, que em C°, Agr é especificado positivamente apenas se C° é especificado também [+T]. As possíveis especificações de I° e C°, no que diz respeito a [Agr], são resumidas em (25).

(26) [Agr] em I°/C° encaixados

- a. Em I°: (i) concordância visível: [+Agr]
  - (ii) concordância abstrata: [-Agr]
  - (iii) nenhuma concordância: Ø
- b. Em C°: (i) [+Agr]: [+T]
  - (ii) outros contextos: Ø

O sistema proposto por Landau permite que os complementos oracionais por ele discutidos sejam distribuídos no quadro a seguir, em relação às especificações de I° e C°. Segundo o autor, como se pode observar nesse quadro, [+T] e [+Agr] em I° é uma condição necessária para uma oração não ser controlada, mas não suficiente, já que, no hebraico, mesmo com a oração especificada [+T, +Agr], controle é licenciado com a 3ª pessoa.

	<b>Controle obrigatório</b>				<b>Sem controle</b>	
	Infinitivas-EC	Subjuntivas-C	3p hebraico	Infinitivas-PC	Subjuntivas-F	Indicativas
I°	[-T, -Agr]	[-T, +Agr]	[+T, +Agr]	[+T, -Agr]	[+T, +Agr]	[+T, +Agr]
C°	[-T]	[-T]	[+T, +Agr]	[+T, (+Agr)]	[+T, +Agr]	∅

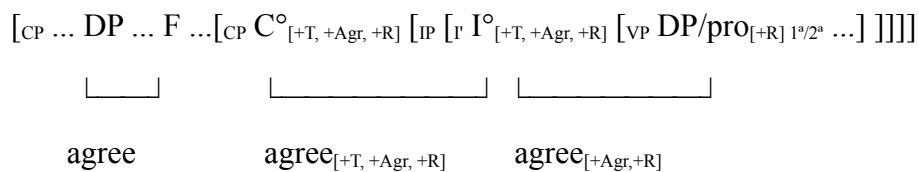
Também em relação aos DPs, é necessário postular algumas características. Adotando a proposta de Reuland & Reinhart (1995) a respeito das especificações de DPs no que concerne à referencialidade, Landau supõe que PRO, como não possui nenhuma especificação inerente de traços- $\phi$ , é um elemento pronominal [-R]. É possível, ainda, com base nessa proposta, assumir que *pro*, sendo completamente especificado para traços- $\phi$ , é [+R] e não precisa ser identificado (ou controlado). PRO, para o autor, possui lacunas para cada traço- $\phi$  (incluindo Caso) e essas lacunas são preenchidas via concordância com o controlador. Para Landau, controle depende, crucialmente, da combinação dos traços das orações encaixadas e dos traços dos DPs. Nesse ponto, o autor precisa estipular o que ele denomina Regra de Atribuição de R. Por essa regra, se I° ou C° forem especificados [+T, +Agr], então eles serão automaticamente [+R]. Qualquer outra combinação de traços resulta em [-R]. Além disso, se um dos traços está ausente, a regra é inaplicável e [R] não pode ser valorado. A teoria de Landau, então, relaciona o efeito conjunto de tempo e de concordância à



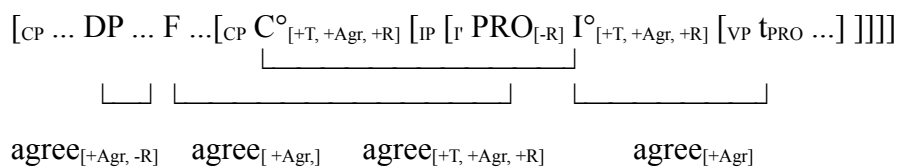
possibilidade/necessidade de OC em diversos contextos de complementação oracional.

O interessante dessa teoria é a possibilidade de um mesmo tipo de oração ser associado a controle e a não controle. Nesse sentido, engloba uma maior variedade de dados empíricos que propostas que relacionam o licenciamento de controle a determinado tipo de defectividade que, ao mesmo tempo, impede o licenciamento de um DP lexical na posição do sujeito controlado (seja esse sujeito PRO, seja ele *t*). A derivação a seguir (Landau 2004 : 846) exemplifica o caso do hebraico, língua na qual, em um mesmo contexto, é licenciado um DP lexical ou um sujeito de 3ª pessoa controlado.

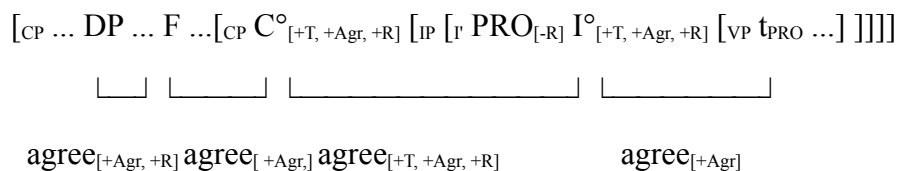
(27) a. Sem controle (sujeito=DP ou pro de 1ª/2ª pessoa)



b. Controle obrigatório (sujeito=PRO, qualquer pessoa)



c. Controle obrigatório (sujeito=PRO, qualquer pessoa)



Em suma, a teoria de Landau atribui papel central ao tempo, em relação ao licenciamento do controle em uma oração. Controle, segundo o autor, só pode ocorrer em orações com tempo anafórico ou dependente, mas não em orações com tempo livre (i. e., orações indicativas). Quando o tempo é dependente, o que significa que a oração é [+T], o controle se aplica se a oração é [-Agr], caso das infinitivas-PC. Em princípio, então, seria possível supor que o controle é licenciado quando um dos traços - [T] ou [Agr] - é valorado negativamente. Entretanto, orações do hebraico que licenciam controle (na 3ª pessoa) são valoradas positivamente para ambos os traços e, mesmo assim, licenciam a interpretação de controle. O autor tem de supor, então, que o hebraico não possui *pro* de 3ª pessoa e, por isso, a inserção de PRO, uma categoria [-R], é obrigatória. Na derivação de orações como as do hebraico, ilustrada em (27), [+R] em I° e C° são cancelados quando I° e C° entram em uma relação de concordância, e o traço [-R] de PRO pode ser verificado em uma relação de concordância com o núcleo F se F tiver estabelecido uma relação de concordância independente com o DP da matriz. Se F for [-R], então concorda diretamente com PRO (cf. (27b)). Se F for [+R], concorda com C°, que é coindexado com PRO via I° (cf. (27c)). Se o sujeito é um DP ou *pro*, por outro lado, [R] é valorado em uma relação com I° na oração encaixada (cf. (27a)).

A alternância entre o sujeito nulo controlado e o sujeito lexical ocorre também em orações infinitivas românicas, como ilustram os exemplos a seguir, do italiano e do francês. Esses dados não receberam, ainda, tratamento adequado na literatura. A proposta de Landau também não explica esses dados, pois pressupõe que os traços [T] e [Agr] sejam ambos especificados positivamente para que controle não seja obrigatório, e as orações em (28) e (29) são especificadas [-Agr] ao menos, já que se pode argumentar que sejam [+T], apesar de não apresentarem marcas morfológicas de tempo.

(28) Questa commissione ritiene [aver loro sempre ottemperato agli obblighi previsti dalla legge].

'Esta comissão acredita terem eles sempre respeitado as obrigações previstas na lei'

(29) a. Qui Pierre croit-il [avoir acheté des fraises]?

'Quem Pierre acredita ter comprado os morangos?'

b. Le garçon que je croyais être arrivé.

'O menino que eu creio ter chegado'

A análise de Landau é também insuficiente para explicar o controle em orações finitas do PB (cf. capítulo 1 para discussão acerca desse fenômeno). Basta mencionar que o controle, nesse caso, ocorre em orações indicativas, o contexto que Landau prevê como universalmente relacionado à impossibilidade de controle. No decorrer deste capítulo, o tempo será considerado uma propriedade importante no licenciamento da interpretação de controle nas orações infinitivas do PB, mas, como se deduz da ocorrência dessa interpretação em orações finitas indicativas, tempo não pode ser tomado como a propriedade definidora das construções de controle.

Os parágrafos precedentes apresentaram propostas de análise do controle que focalizam as propriedades responsáveis pelo licenciamento de PRO. A segunda vertente de propostas propõe a eliminação da categoria nula PRO. Essa vertente será ilustrada, em grande medida, nesta tese, por Hornstein (1999), mas também por Manzini (2009), na seção 2. A proposta de Hornstein é a de unificar o tratamento dado a construções de controle e de alçamento, as quais - no contexto das análises mencionadas anteriormente - associam-se a

propriedades distintas. Na teoria da regência e ligação, mas também no programa minimalista, a proposta clássica é no sentido de que controle se relaciona ao licenciamento de PRO, categoria vazia cuja referência é definida pela teoria do controle, e de que alçamento se relaciona a movimento de DP e, portanto, à categoria vazia *t*, cuja referência é determinada pela cadeia formada entre o DP movido e o seu vestígio (*t*), ou seja, um tipo de relação anafórica. Como visto anteriormente, essa distinção é forçada por princípios como o Critério- $\theta$ , que tem como uma de suas consequências restringir o movimento de DP para posições não argumentais. Hornstein argumenta, entretanto, que PRO complica de maneira indesejável a gramática, já que obriga à postulação de um módulo apenas para explicar como é interpretado e obriga ainda à estipulação de um mecanismo específico responsável por sua distribuição, que em Chomsky (1995) é o Caso Nulo. Para o autor, então, a unificação entre alçamento e controle contornaria essas complicações e diminuiria o inventário das categorias vazias.

Hornstein (1999 : 73) parte da distinção entre OC e NOC para implementar sua proposta. Para ele, as características apontadas em (30) definem as construções de OC, nas quais PRO se comporta como um elemento anafórico. Além dessas características, o autor cita duas propriedades interpretativas, associadas a variáveis, que se observam nesse tipo de construção, a obrigatoriedade da leitura *de se* em exemplos do tipo *The unfortunate expects PRO to get a medal*, e o fato de que exemplos como *Only Churchill remembers PRO giving the BST speech* só podem ser parafraseados como *Only Churchill remembers himself giving the BST speech*, mas não como *Only Churchill remembers that he gave the BST speech*.

(30) a. PRO deve ter um antecedente

\*It was expected PRO to shave himself

b. O antecedente de PRO deve ser local

\*John thinks that it was expected PRO to shave himself

c. O antecedente deve c-comandar PRO

\*John's campaign expectes PRO to shave himself

d. Somente uma leitura *sloppy* para PRO em elipses é permitida

John expects PRO to win and Bill does too (=Bill win)

e. PRO não pode ter antecedentes cindidos

\*John<sub>i</sub> told Mary<sub>j</sub> PRO<sub>i+j</sub> to wash themselves/each other

Note-se que essas características não se aplicam às construções de NOC.

(31) a. It was believed that PRO shaving was important.

b. John<sub>i</sub> thinks that it is believed that PRO<sub>i</sub> shaving himself is important.

c. Clinton's<sub>i</sub> campaign believes that PRO<sub>i</sub> keeping his sex life under control is necessary for electoral success.

d. John thinks that PRO getting his resume in order is crucial and Bill does too.

e. John<sub>i</sub> told Mary<sub>j</sub> [that [[PRO<sub>i+j</sub> washing themselves/each other] would be fun]].

Segundo Hornstein, uma das vantagens trazidas pela proposta de Chomsky (1995) refere-se à possibilidade de que PRO, em OC, seja tratado como um elemento anafórico e, em NOC, como um pronome, ou seja, torna-se desnecessário tratá-lo como um elemento

ambíguo.<sup>61</sup> A proposta do autor, então, se desenvolve no sentido de considerar PRO, em OC, um elemento anafórico do tipo *t*. Para isso, ele precisa considerar que papéis- $\theta$  são traços do verbo e que um DP/NP recebe um papel- $\theta$  quando verifica o traço- $\theta$  do verbo/predicado com o qual ele é inserido (*merged*). Além disso, deve postular que não há um número limitado de papéis- $\theta$  que uma cadeia pode receber. A derivação de uma construção de controle ocorre, então, da seguinte forma.

(32) a. John hopes to leave.

b. [IP John [VP John [hopes [IP John to [VP John leave]]]]]

A derivação começa com *John* se fundindo (*merge*) com *leave* e, com isso, checando o papel- $\theta$  do verbo. *John* é alçado para o [Espec, IP] da encaixada para checar o traço-D do IP. Como essa não é uma posição de Caso, o Caso de *John* não pode ser checado ali. *John*, então, é alçado novamente para o [Espec, IP] de *hope* e checa o traço- $\theta$  externo do verbo. Cada vez que *John* checa o traço- $\theta$  de um predicado, ele assume esse papel- $\theta$ , o que implica que, nesse ponto da derivação, *John* tenha dois papéis- $\theta$ , o de *leaver* e o de *hoper*. *John* é alçado mais uma vez para o [Espec, IP] da matriz onde checa o traço-D do IP e seu Caso Nominativo, já que essa é uma posição de Caso, pois I é finito (pág. 79-80).

Segundo Hornstein, uma proposta como essa é capaz de explicar de maneira direta as características citadas em (30). A necessidade de um antecedente local e que c-comande a categoria PRO deriva do fato de que PRO é um dos elos de uma cadeia-A (sendo o rótulo PRO usado na discussão de maneira descritiva, já que controle deriva de movimento, em

61 Cabe lembrar que, na teoria da regência e ligação, a ambiguidade de PRO é consequência do fato de que PRO é ligado e livre em uma categoria de regência - considerando-se que se comporta como um anafórico (sujeito ao princípio A da teoria da ligação) e como um pronome (sujeito ao princípio B da teoria de ligação) -, o que força a postulação de que PRO é uma categoria não regida e, também, a postulação da teoria do controle.

termos da teoria de cópias, segundo a qual o DP movido é copiado na posição mais alta, seguindo-se o apagamento, no nível de PF, da cópia na posição inferior). A impossibilidade de antecedentes cindidos também recebe explicação adequada, uma vez que dois elementos distintos (os antecedentes) não podem se mover da mesma posição. A leitura *sloppy* de elipse é obrigatória porque, no VP elidido, há um *t* (rótulo também usado descritivamente) do sujeito da oração. As propriedades interpretativas relacionadas à leitura *de se* e ao sintagma *only DP* derivam do fato de que PRO/*t* é um elemento reflexivo, semanticamente uma variável (*x*).

Os casos de NOC, aos quais não se aplicam as restrições do tipo ilustrado em (30), são denominados pelo autor de *elsewhere case*. Isso significa que, quando OC não pode se aplicar, a derivação é salva de alguma maneira. Para o autor, um *pro* indefinido (equivalente ao pronome *one* do inglês) é inserido na derivação, como uma espécie de último recurso, salvando-a. A proposta do autor enfrenta alguns obstáculos no que se refere ao controle pelo objeto e ao controle em orações adjuntas, que obrigam à adoção de pressupostos como o de que DPs são lexicalmente marcados/especificados para Caso e o de que movimento pode ocorrer entre duas derivações paralelas. No primeiro caso, a pressuposição é necessária porque, havendo ainda um DP na numeração (considerando-se o sujeito e o objeto da matriz), o movimento do DP inserido na oração encaixada deveria ser proibido, pois pelo princípio Procrastinar, movimento só pode ser aplicado após a inserção de todos os itens lexicais presentes na numeração. Pressupondo que o DP entra na derivação marcado para Caso, o autor explica porque o DP inserido na oração subordinada deve se mover para a posição de objeto (onde Acusativo é checado, portanto) antes de o DP (Nominativo), ainda disponível na numeração, ser inserido. No segundo caso, como adjuntos são ilhas, o movimento do DP resultaria em agramaticalidade, a não ser que a oração adjunto e a oração matriz sejam derivadas paralelamente e exista algo como o movimento lateral proposto por Nunes (1995).<sup>62</sup>

---

62 De forma bastante simplificada, o movimento lateral pode ser definido como o movimento que ocorre entre

Controle em orações finitas seriam um contra-argumento forte a análises que propõem a redução de controle a movimento por questões de atribuição/verificação de Caso, pois, em princípio, uma oração finita deveria ser capaz de verificar o Caso de DP em sua posição de sujeito, prevenindo, assim, o movimento para a oração mais alta e impossibilitando a derivação de uma construção de controle. Em relação ao controle em orações finitas, Boeckx & Hornstein (2006) propõem que movimento pode ocorrer de orações temporalmente defectivas ou defectivas em relação a traços- $\phi$ . Nesse sentido, a proposta dos autores se assemelha à de Landau (2004). A ideia é que uma cadeia pode ser estendida até um ponto de checagem completa de traços. Assim, se a oração encaixada é defectiva - seja em termos de tempo, seja em termos de traços- $\phi$  - o movimento prossegue até que todos os traços relevantes sejam verificados (o que ocorre na oração matriz, nas construções de controle).

Um aspecto chama a atenção se se leva em conta as propostas mais recentes resumidas acima: Caso parece não desempenhar nenhum papel no licenciamento de controle. Além disso, os autores convergem no sentido de mostrar que controle obrigatório é uma interpretação. A forma de forçar que essa interpretação seja garantida, a implementação técnica do mecanismo sintático, é que varia de uma proposta para outra. A proposta delineada na seção seguinte também será baseada em aspectos interpretativos, como ficará claro no decorrer da discussão.

---

duas derivações paralelas, ou seja, duas derivações que ainda não foram conectadas em uma só sentença (cf. Hornstein (1999 : 88-89) para aplicação dessa proposta a construções de controle).



## 1.2 Controle em orações infinitivas do PB

Passamos neste ponto à caracterização do fenômeno do controle em orações infinitivas no PB, o qual apresenta propriedades relevantes para a presente discussão, particularmente em função da existência do chamado infinitivo flexionado (ou pessoal) em oposição ao infinitivo impessoal (sem flexão).

Morfologicamente, a forma verbal infinitiva, em português, é marcada pelo morfema -r, cuja ocorrência é difundida na maioria das línguas românicas, e não apresenta marca de tempo nem de concordância. Essa forma é considerada, nas gramáticas tradicionais, uma das formas nominais do verbo (assim como as formas de gerúndio e de particípio). A forma infinitiva não flexionada convive, no português, com outra forma infinitiva, também marcada pelo morfema -r, mas que possui marca morfológica de número e pessoa, como ilustrado no quadro a seguir, que apresenta o paradigma flexional (infinitivo) do verbo *falar*.

'falar'	
eu falar	nós falarmos
tu falares	vós falardes
ele falar	eles falarem

A forma flexionada do infinitivo no português está associada à possibilidade de licenciamento de um sujeito nominativo (para uma caracterização no quadro teórico gerativista, veja-se Raposo (1987), Galves (1991, 1999), Ambar (1992), Madeira (1995), entre muitos outros). Ao contrário, a forma não flexionada do infinitivo relaciona-se à impossibilidade de ocorrência de um sujeito (nominativo) na oração encaixada. Nesse caso,

então, o sujeito é obrigatoriamente nulo e correferente a um sintagma nominal da oração matriz. A distribuição de ambas as formas depende do verbo da oração matriz. Raposo (1987) mostra que o infinitivo flexionado é licenciado em orações subordinadas a verbos epistêmicos, declarativos e epistêmicos (e, ainda, em orações infinitivas subjetivas, como em *Será difícil eles aprovarem a proposta*), conforme se observa em (33a-c), mas não a verbos volitivos (como se verá mais adiante, o infinitivo flexionado também não é licenciado com outras classes de verbo), como demonstra (33d). Note-se que, com verbos epistêmicos e declarativos, a inversão verbo sujeito é obrigatória, enquanto com verbos factivos é facultativa. Os exemplos a seguir são de Raposo (1987 : 87-88).

(33) a. epistêmicos

Eu penso [terem os deputados trabalhado pouco]

b. declarativos

Eu afirmo [terem os deputados trabalhado pouco]

c. factivo

Eu lamento [terem os deputados trabalhado pouco]

Eu lamento [os deputados terem trabalhado pouco]

d. volitivo

\*Eu desejava terem os deputados trabalhado mais.

No PB, o paradigma flexional mostrado no quadro acima mostra-se reduzido, assim como ocorre com os verbos finitos. Se se considera o paradigma 2 (cf. capítulo 1, quadro 1,

pág. 19), adotado como objeto de estudo nesta tese, o quadro de flexão do infinitivo do PB é o seguinte.

'falar'	
eu falar	nós falarmos
você falar	vocês falarem
ele falar	eles falarem

Nesse quadro, observa-se, como com as formas finitas, oposição entre a 1ª pessoa e a 3ª pessoa (especialmente no plural, já que a 1ª pessoa do singular, como no paradigma 1, não possui marca morfológica). Em relação à 2ª pessoa, como no capítulo 1, supõe-se que, apesar de o pronome *você* se referir à 2ª pessoa do discurso, não seja marcada gramaticalmente (por um morfema).

Considerando-se as propriedades de licenciamento do sujeito, é natural, em uma perspectiva que pressupõe que sujeito lexical e PRO estão em distribuição complementar, esperar que a forma flexionada do infinitivo em português não esteja relacionada à interpretação de controle. Entretanto, Negrão (1986) e Figueiredo-Silva (1996), para o PB, e Raposo (1989), para o PE, argumentam que o infinitivo flexionado aparece em construções de controle (pelo objeto), como ilustram os dados a seguir. Nesse caso, o sujeito da oração infinitiva é nulo. Para Negrão e Figueiredo-Silva, a flexão, nesses casos, é obrigatória; para Raposo o infinitivo flexionado está em variação livre com o infinitivo não flexionado. O julgamento desses dados será retomado na seção 2.2.1.

- (34) a. A polícia forçou os manifestantes a saírem
- b. Nós convencemos os estudantes a irem à festa [Negrão (1986)]
- c. A Maria ajudou eles a fazerem a mudança [Figueiredo-Silva (1996)]
- d. Eu obriguei os meninos a ler(em) esse livro [Raposo (1989)]

Pires (2001), por outro lado, argumenta que orações com infinitivo flexionado não apresentam características associadas a OC, como ilustra (35). Importante ressaltar que o autor utiliza dados em que não há objeto na oração matriz, o que impossibilita o confronto direto com os dados apresentados pelos autores citados acima.<sup>63</sup>

- (35) a. o antecedente não precisa ser local nem precisa c-comandar o sujeito nulo

[Os nossos<sub>j</sub> pais] lamentam ec<sub>j</sub> chegarmos tarde

[Pires 2001 : 106]

- b. leitura estrita de elipses é licenciada

O Paulo<sub>j</sub> lamenta ec<sub>k</sub> termos perdido e a Sílvia também  
(=Sílvia lamenta nós termos perdido)

[Pires 2001 : 108]

No que se refere ao infinitivo não flexionado, é indiscutível o fato de que essa forma verbal se relaciona tanto a controle obrigatório quanto a controle não obrigatório (considerando-se que o sujeito nulo da oração infinitiva pode receber uma interpretação arbitrária).

<sup>63</sup> O autor faz menção ao controle pelo objeto ao mencionar que a flexão na oração subordinada possibilita que o sujeito nulo tenha antecedente cindido.

(i) Eu<sub>j</sub> convenci a Maria<sub>k</sub> ec<sub>j+k</sub> a viajarmos com o Paulo

- (36) a. O João<sub>i</sub> tentou ec<sub>i</sub> sair mais cedo  
b. Será difícil ec<sub>arb</sub> aprovar a proposta

As análises adotadas para explicar o controle nos dados do PB aceitam, de uma forma ou de outra, as propostas apresentadas na seção 1.1 deste capítulo. Negrão e Figueiredo-Silva adotam a versão da teoria da regência e ligação e consideram a *ec* na posição de sujeito de orações de controle PRO, cuja distribuição é determinada pelo fato de a posição de sujeito das orações infinitivas não ser regida. Pires adota a proposta de Hornstein (1999) e considera que a categoria vazia na posição de sujeito das orações com infinitivo sem flexão é um vestígio (ou cópia apagada) de DP movido da oração infinitiva para a oração matriz onde recebe Caso. O sujeito das orações infinitivas flexionadas, por outro lado, recebe diferentes tratamentos. Para Pires, o sujeito nulo dessas orações não pode ser *t* porque o infinitivo flexionado é capaz de atribuir Caso, o que impede o movimento do DP para a oração matriz. Esse sujeito é, segundo o autor, *pro*. Figueiredo-Silva estende a análise proposta para o sujeito das orações finitas ao sujeito nulo das orações com infinitivos flexionados, sugerindo que ambos são, portanto, uma variável ligada por um DP em posição A-barra. No caso de orações como a de (34c), a autora propõe que o DP objeto e a oração infinitiva flexionada formam uma *small clause*.<sup>64</sup> Nesse caso, então, o DP é sujeito da oração subordinada.<sup>65</sup> Em seu trabalho, a autora faz, ainda, uma descrição cuidadosa dos dados do PB, que será em certa medida retomada na seção 2.1. Ela mostra que o licenciamento dos dois tipos de infinitivo não é livre e depende do verbo da oração matriz. Verbos aspectuais, modais e os por ela denominados conativos (como

---

64 Ver Raposo (1989) para uma análise que considera ser improvável que casos de controle pelo objeto sejam *small clauses*.

65 A autora considera que o infinitivo flexionado, no PB, assim como os verbos finitos, apresenta basicamente apenas a oposição entre singular e plural, ou seja, para ela a oposição de pessoa não é mais codificada na morfologia flexional no PB.

*tentar*) selecionam apenas orações infinitivas sem flexão como seus complementos e, nesse caso, a interpretação de controle obrigatório é a única disponível. Também verbos como *querer* e *preferir* não podem ocorrer com o infinitivo flexionado e obrigam à interpretação de controle, mas, ao contrário dos verbos ilustrados em (37), selecionam frases finitas (subjuntivas ou indicativas) com um sujeito lexical. Os exemplos a seguir são de Figueiredo-Silva (1996 : 142-143).

(37) a. aspectual

Eles pararam de fumar(\*em)

b. modal

Eles podem sair(\*em)

c. *tentar*

Eles tentaram sair(\*em)

(38) a. Eles queriam sair(\*em)

b. Eles preferem sair(\*em)

Alguns verbos apresentam, ainda, um comportamento misto, ou seja, quando a interpretação de controle é a desejada apenas o infinitivo não flexionado é possível, mas o infinitivo flexionado é possível com um sujeito lexical na oração subordinada (cf. (39)). Por último, há verbos que permitem, como ilustrado em (34c), que o sujeito nulo da oração com infinitivo flexionado seja correferente ao objeto da oração matriz.

(39) a. Eles curtiram sair(\*em) fora rapidinho

b. A Maria curtiu eles saírem fora rapidinho

[Figueiredo-Silva 1996 : 144]

A seção 2 retomará a discussão a respeito da interpretação de controle no PB e sua relação com os dois tipos de infinitivo disponível na língua.

### **1.3 Conclusões**

Como se viu no capítulo 1, o licenciamento do que se convencionou denominar sujeito nulo varia de língua para língua nos contextos oracionais finitos, e essa variação na possibilidade de se realizar o sujeito no domínio de T/I deu origem à proposta do parâmetro do sujeito nulo (cf. Chomsky (1981), Rizzi (1982), entre outros). Nos contextos não finitos, por outro lado, o licenciamento do sujeito nulo é um fenômeno amplamente difundido nas línguas. Na seção 1 deste capítulo, buscou-se oferecer um panorama das principais propriedades relacionadas ao sujeito nulo no contexto de orações infinitivas, assim como das propostas de análise mais difundidas a respeito das construções de controle. Algumas conclusões acerca do sujeito nulo nesse contexto e das características das orações infinitivas podem ser extraídas desse panorama. Primeiramente, vale a pena ressaltar que o ponto de partida das análises apresentadas é a interpretação atribuída ao argumento nulo da oração infinitiva. Nesse sentido, as análises convergem ao considerar que PRO é interpretado como uma variável. Em segundo lugar, observa-se que essas análises fazem uso de algum tipo de

defectividade associada à oração infinitiva para explicar a distribuição da categoria vazia relacionada a essa interpretação, seja essa categoria PRO, seja *t*, o que acaba por forçar a estipulação de que orações finitas de controle são também defectivas, apesar de as evidências a respeito dessa defectividade nem sempre apresentar correlato morfossintático. Especificamente em relação ao português, o que se observa é que o infinitivo não flexionado tem sido associado a controle e que o infinitivo flexionado, por sua vez, tem sido associado a controle apenas se o controlador é o objeto.

## **2 Proposta de Análise**

### **2.1 Quadro teórico**

A proposta delineada neste capítulo propõe a eliminação de PRO, mas sem fazer uso da noção de movimento. Essa proposta se harmoniza com o que foi proposto no capítulo 1 para as orações finitas do PB que apresentam características de controle, ou seja, que possuem um sujeito nulo obrigatoriamente correferente em relação ao argumento sujeito da matriz, ou arbitrário. Assim como no capítulo 1, o quadro teórico adotado na abordagem do sujeito nulo das orações infinitivas do PB é o proposto em M&S (2005, 2007), o qual unifica morfologia e sintaxe em único componente da gramática. Esse quadro teórico permite a eliminação das categorias vazias da gramática, na medida em que possibilita que argumentos sejam realizados por categorias projetadas no nível oracional ou no nível da estrutura da palavra, neste último caso por meio de morfemas flexionais.

Manzini (2009) propõe que controle obrigatório é semanticamente definido e está



relacionado à possibilidade de interpretação de argumentos EPP como variáveis. Essa proposta é embasada em dados que mostram que o tratamento sintático é inadequado para distinguir construções de sujeito nulo, construções de alçamento e construções de controle, visto que as interpretações associadas a *pro*, vestígio e PRO podem ocorrer, em algumas línguas, associadas à mesma construção sintática. Na discussão, a autora utiliza dados do albanês e do italiano, mostrando, por exemplo, que, no albanês, esses três tipos de interpretação podem ocorrer nas orações introduzidas por *të*. Nessas orações, o verbo é flexionado no subjuntivo. A partícula *të* pode ser realizada também como *tə* ou *t*. O dado apresentado em (40) exemplifica a interpretação associada a *pro* em orações com *të*.

(40) *Vena di Maida*

u dua t ε betʃ

Eu quero Prt isso fazer.2p.subj

Como se espera em casos de sujeito nulo pronominal, a correferência entre o sujeito da oração matriz e o da encaixada é possível (cf. (41a)). O interessante, por outro lado, é que, com verbos de controle, a interpretação correferencial é obrigatória (cf. (41b)). Essa obrigatoriedade de correferência não é esperada, se se consideram as características associadas a *pro*. Nesse caso, o sujeito nulo se comporta como PRO.

(41) *Civita*

a. jam kuntjent t ε ʃɔx

estou feliz Prt ele ver.1p

'Estou feliz em vê-lo'

b. *kif* /pa t ε bəja

ter.1p(imperf) /ter.1p(perf) Prt isso fazer.1p.pass

'Tive de fazer isso'

Esses dados, segundo Manzini, não podem ser explicados por teorias como a de Chomsky (1995) - pois o sujeito das orações encaixadas, nesses casos, está associado a Caso Nominativo (e não a Caso Nulo) - e a de Landau (2004). Landau supõe que PRO é licenciado ou na ausência de concordância, ou na ausência de especificação temporal independente para a oração subordinada. Por razões óbvias, a ausência de concordância não pode ser a propriedade que licencia PRO nesses casos. Além disso, segundo a autora, a ausência de especificação temporal não corresponde a nenhuma propriedade independentemente observável (já que os verbos são marcados para tempo) e teria de ser inferida devido à interpretação de controle, ou seja, *a posteriori*, o que não explicaria o fenômeno.

Por último, a autora mostra que também a interpretação associada a alçamento é possível em orações introduzidas por *të*, como se observa no exemplo (42) a seguir. Explicações tradicionais, essencialmente relacionadas à atribuição de Caso, não podem ser utilizadas para explicar esses dados, já que a oração subordinada é capaz de atribuir Caso Nominativo, o que impediria o alçamento do DP para a oração matriz.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Segundo a autora, exemplos com verbo *parecer* são encontrados frequentemente em grego, língua que, como o albanês, não possui orações infinitivas e na qual interpretações normalmente associadas a essas orações ocorrem em orações subjuntivas introduzidas pela partícula *na* (de forma muito semelhante ao que ocorre no albanês).

(42) *Portocannone*

a. jam tə tə sɾɛs

estou Prt te ligar.1p

'estou (a ponto de) te ligar'

b. iʃi tə mə sɾisi

esteve Prt me ligar.3p.pass

" ele esteve (a ponto de) de me ligar"

Além de mostrar que as interpretações associadas a *pro*, PRO e vestígio ocorrem em um mesmo contexto sintático em albanês, a autora mostra que o mesmo ocorre em italiano, em orações infinitivas. Em primeiro lugar, vale ressaltar que sujeitos nominativos são licenciados em orações infinitivas nessa língua. Esse sujeito lexical tanto pode ser um pronome controlado pelo sujeito da matriz (cf. (43)), quanto um DP lexical, em contextos de controle não obrigatório (cf. (44)), nos quais também um sujeito nulo pode se referir deiticamente (cf. (45)), uma interpretação relacionada a *pro*. No PB, como se nota nas traduções dos exemplos, o infinitivo flexionado é obrigatório nas construções do tipo ilustrado em (44), se um sujeito lexical está presente. Essa propriedade será retomada nas seções seguintes.

(43) Tentai di andarci io

tentei ir lá eu

'tentei eu mesma ir lá'

- (44) a. Tutto è successo per aver scioperato (i dirigenti/ anche loro)  
 tudo aconteceu para ter feito greve (os dirigentes/também eles)  
 'tudo aconteceu para os dirigentes/eles também terem feito greve'
- b. Aver scioperato (i dirigenti/anche loro) è stato un errore  
 ter feito greve (os dirigentes/também eles) foi um erro  
 'os dirigentes/eles também terem feito greve foi um erro'
- c. Scioperare (i dirigenti/anche loro)?! Impossibile!  
 fazer greve (os dirigentes/também eles)?! Impossível!  
 '(os dirigentes/eles também) fazerem greve?! Impossível!'

- (45) a. Tutto è successo per non essermi svegliata in tempo  
 tudo aconteceu para não ser me acordada a tempo  
 'tudo aconteceu para não me levantar a tempo'
- b. Non essermi svegliata in tempo è stato un errore  
 não ser me acordada a tempo foi um erro  
 'não ter me levantado a tempo foi um erro'
- c. Non svegliarmi in tempo?! Impossibile!  
 não acordar me a tempo?! Impossível!  
 'não me levantar a tempo?! Impossível!'

A autora mostra, por último, que em italiano algumas orações infinitivas são ambíguas entre uma leitura de controle e uma leitura de alçamento. Essa ambiguidade fica clara em (46a), exemplo no qual *Gianni* pode ser interpretado como "aquele que ameaça" (controle) ou como "existe a possibilidade de *Gianni* aprender" (alçamento). Neste caso, *Gianni* não recebe

papel- $\theta$  do verbo *minacciare* 'ameaçar'. Os exemplos em (4b-c) confirmam a ideia de que verbos como *minacciare* podem não selecionar argumento externo.

(46) a. Gianni minaccia di non imparare

Gianni ameaça não aprender

b. La foresta vergine minaccia di scomparire

a floresta virgem ameaça desaparecer

c. Minaccia di piovere

ameaça chover

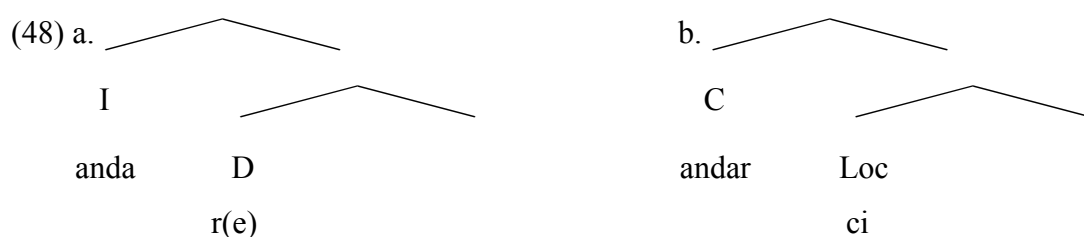
A hipótese defendida pela autora considera que *të*, em albanês, e *-re*, em italiano, são responsáveis por propiciar as condições necessárias para que as interpretações em jogo nesses dados possam ocorrer. Esses elementos inserem o argumento EPP na oração em que aparecem, mas esse argumento, em vez de ser definido, é uma variável, que deve ser valorada para ser interpretada. Para o italiano, a argumentação de Manzini se dá da seguinte forma. Segundo a autora, a forma infinitiva nas línguas românicas tem natureza nominal, podendo, inclusive, aparecer em nominalizações, precedida de determinantes (cf. (47)). Essa propriedade das formas infinitivas aplica-se também ao português, como se nota na tradução do exemplo da autora.

(47) Detesto (questo continuo) criticare il governo

Detesto (esse contínuo) criticar o governo

Considerando *-re* a lexicalização do argumento EPP do verbo, Manzini propõe que

esse morfema ocupa, na estrutura, a posição D do constituinte verbal (cf. (48a)). Como -re não possui o mesmo conteúdo interpretativo que os morfemas flexionais finitos, a autora supõe que o morfema infinitivo tem o conteúdo de uma variável. Como o verbo precede o clítico locativo *ci*, em italiano, a autora propõe que o verbo infinitivo é inserido no domínio de C e que o clítico é inserido no domínio de I. Dessa forma, a ordem *andarci* é derivada (cf. (48b)).



Do ponto de vista interpretativo, a sentença em (43) é um exemplo de construção de controle. Adotando-se a hipótese de que -re introduz uma variável na posição do argumento EPP do verbo, controle pode ser considerado a ligação da variável por um argumento da oração matriz. Por outro lado, a interpretação associada ao alçamento ocorre quando a variável introduzida por -re e o antecedente na oração matriz compartilham o mesmo papel- $\theta$  (atribuído pelo predicado encaixado), formando uma cadeia. Essa análise para controle e para alçamento pressupõe que não há nada na sintaxe que indique qual das duas interpretações deve se aplicar, sendo a alternância entre elas determinada inteiramente pela distribuição dos papéis- $\theta$  no predicado matriz. Essa proposta prevê de forma natural os casos de ambiguidade exemplificados em (46) ao considerar que a estrutura sintática é uma só e que a interpretação de controle ou de alçamento depende apenas de o verbo atribuir, ou não, papel- $\theta$  ao argumento EPP.

Essa análise explica ainda como se dá a interpretação arbitrária, que, segundo

Manzini, corresponde à ligação quantificacional da variável EPP introduzida por *-re*. A interpretação de pronome definido (um tipo de controle não obrigatório) resulta de restrições contextuais. Essa conclusão é derivada do fato de que contextos de controle não obrigatório são ambíguos entre uma leitura genérica/universal (cf. (49a-b)) e uma leitura de pronome definido favorecida pela leitura episódica (cf. (49c)). Sendo assim, o contexto não linguístico é o responsável por desambiguar a sentença.

(49) a. Tutto é successo per aver scioperato

Tudo aconteceu para ter feito greve

b. Bisogna amare il prossimo

É necessário amar o próximo

c. Bisogna dirlo subito a Gianni

É necessário dizer-lo agora mesmo a Gianni

Vale a pena ressaltar que, ao considerar que *-re* introduz uma variável na oração, a autora admite que todas as leituras possíveis em contextos de controle não obrigatório são leituras possíveis dessa variável. Uma análise assim permite abandonar a ideia de que as interpretações de controle, alçamento e sujeito nulo são derivadas a partir de diferentes categorias nulas. Permite, ainda, eliminar essas categorias da gramática ao considerar que o argumento EPP é introduzido na oração pelo morfema de infinitivo (*-re*, no italiano).

Proposta semelhante à de Manzini (2009) é explorada por Roussou (2009) para o grego, o que pode indicar que seu poder explicativo é grande, pois permite abordar o fenômeno de maneira geral em uma perspectiva translinguística. Para Roussou, a partícula *na* que introduz orações subjuntivas (de controle) satisfaz o EPP em uma posição periférica na

sentença (e o afixo de concordância satisfaz o EPP no interior da palavra) . Assim como Manzini, a autora considera que a interpretação de controle não é derivada no nível da sintaxe. Também no grego, a interpretação de controle é apenas uma das interpretações encontradas em construções sintáticas que envolvem essa partícula. Isso significa que a presença de *na* é obrigatória para se interpretar uma construção como de controle, mas essa partícula pode estar associada também a outras interpretações (cf. (50)).

(50) a. controle

Ta pedhja boresan na treksun/\*treksi.

as crianças poder.3pl prt correr-3pl/correr-3sing

‘As crianças podiam correr’

b. alçamento

Ta pedhja bori na etreksan.

as crianças poder.3sing prt correr.3pl

‘É possível que as crianças corram’

O afixo -r do português pode ainda ser tratado como um morfema introdutor/realizador da modalidade *irrealis*. Essa é a análise adotada em Manzini & Savoia (2009), artigo destinado a explicar o fenômeno da mesóclise nas línguas românicas. Segundo os autores demonstram, nessas línguas, a mesóclise é licenciada apenas com formas verbais *irrealis* como o imperativo. Nesses casos, o que se observa é que o clítico que aparece no interior da forma verbal cinde a base, que apresenta morfologia associada a *irrealis*, do afixo flexional de



número/pessoa. No português (europeu), a mesóclise ocorre com formas verbais de futuro como em *dar-lho-ei*. Para M&S, também nesse caso, o clítico ocorre entre a forma verbal *irrealis* (marcada pelo -r que caracteriza as formas verbais infinitivas) e o morfema de número/pessoa. Isso significa que os autores associam -r (e, portanto, o infinitivo) a *irrealis*, diferentemente do que propõe Manzini (2009), que considera -r um elemento realizador da categoria D responsável por introduzir o EPP na oração infinitiva. Os dados do português confirmam a análise de M&S, em detrimento da proposta de Manzini (2009). Dois aspectos principais podem ser usados para corroborar essa hipótese: o fato de -r caracterizar formas verbais infinitivas e de futuro no português, duas formas tradicionalmente associadas à modalidade *irrealis*, e o fato de -r aparecer, em termos distribucionais, na mesma posição de morfemas de tempo/modo em outras formas verbais, ou seja, imediatamente à esquerda do morfema de número/pessoa, como se pode observar na segmentação das formas verbais *ama-va-mos*, de 1ª pessoa do plural do pretérito imperfeito, e *ama-r-mos*, de 1ª pessoa do plural do infinitivo flexionado. Em relação às formas de futuro, há de se mencionar, ainda, o fato de diacronicamente serem associadas à perífrase *haver de* + infinitivo. Na estrutura perifrástica, o tempo é introduzido na oração pelo auxiliar *haver*, o que parece evidenciar que essa categoria não está associada à marca morfológica -r. No PB, é recorrente a realização do futuro por meio de perífrase *ir* + infinitivo. Nesse caso, igualmente, tempo e pessoa/número são realizados no auxiliar.<sup>67</sup>

Em suma, o quadro teórico adotado no presente estudo considera que a diferença de interpretação associada às categorias vazias *pro*, PRO e *t* não está relacionada diretamente a contextos ou estruturas sintáticas distintas. Isso significa dizer que a sintaxe não é responsável pela distinção entre essas interpretações, apesar, evidentemente, de prover as condições

---

<sup>67</sup> A marca morfológica -r, no português, é observada também nas formas verbais do futuro do subjuntivo. Nesse caso, entretanto, com verbos irregulares, há alteração na raiz verbal.

necessárias para que elas possam se aplicar a uma sentença.<sup>68</sup> Basta, para isso, que uma estrutura contenha um argumento EPP do tipo variável. A interpretação, então, ocorre em LF e decorre em determinada medida da estrutura argumental dos predicados da oração matriz, associada à ocorrência da variável na oração encaixada, o que pode ser ilustrado pelas construções de controle e de alçamento. Em ambas, há, na oração encaixada, uma variável que precisa ser ligada. A diferença de interpretação, nesse caso, se deve ao fato de o verbo da matriz selecionar, ou não, argumento externo. Outra vantagem desse quadro teórico é a possibilidade de se eliminar categorias vazias como PRO e *pro* e, com elas, as complicações extras com as quais as teorias têm sido obrigadas a lidar para explicar a sobreposição das interpretações associadas a uma e outra em um mesmo contexto.

## 2.2 Análise

No capítulo 1 desta tese, foi proposto que o comportamento do sujeito nulo no PB, especialmente no que concerne ao sujeito nulo de 3ª pessoa, pode ser explicado se se considera que o morfema de número e pessoa do verbo introduz na oração o argumento EPP, que, no caso da 3ª pessoa, precisa ser ligado por um DP para ser interpretado, já que a morfologia de 3ª pessoa introduz uma variável no PB (e não um argumento definido), uma característica que distingue essa língua de outras línguas românicas (conforme detalhado anteriormente). A interpretação de controle encontrada nas orações com sujeito nulo de 3ª pessoa no PB deve-se, então, à ligação da variável pelo antecedente. O mesmo tipo de análise será proposto para os sujeitos nulos de orações infinitivas do PB, com a diferença de que a variável, nesse caso, não é introduzida por um morfema nominal, mas será considerada uma

---

68 Há, como se verá adiante, contexto em que as condições sintáticas são mais restritivas.

posição argumental aberta (ou seja, sem contraparte morfológica) que recebe essa interpretação de variável na interface interpretativa. Essa análise unifica o tratamento dado aos sujeitos nulos do PB, simplificando a gramática da língua, o que é desejável de um ponto de vista minimalista. Além disso, consegue explicar satisfatoriamente o fato de que esses sujeitos recebem interpretações muito semelhantes, sem fazer uso de noções como Caso ou movimento de DP. Conforme mencionado anteriormente, o problema com os dois tipos de análise refere-se, principalmente, ao fato de o PB licenciar a interpretação de controle em contextos finitos (indicativos). Análises que defendem que o controle deriva do licenciamento de Caso Nulo e do movimento de DP têm de pressupor algum tipo de defectividade na oração encaixada, o que não tem nenhuma comprovação empírica quando se trata da oração finita do PB, já que, em contexto de oração matriz ou independente, essas orações licenciam sujeito nominativo. A dificuldade encontrada para explicar o controle em contextos de oração infinitiva deve-se, como enfatiza Manzini, ao fato de que sujeitos lexicais podem alternar com o sujeito nulo controlado, o que impõe dificuldades semelhantes ao tratamento do controle em orações finitas. As seções seguintes são dedicadas à proposta de análise do controle em orações infinitivas do PB.

### **2.2.1 Descrição dos dados**

Os dados relativos às orações infinitivas apresentados nesta seção são recortados de acordo com a possibilidade ou não de licenciamento de um sujeito lexical (independente) e do infinitivo flexionado na oração subordinada e com a interpretação do sujeito (nulo) nessas orações. Como o comportamento em relação ao licenciamento do sujeito lexical e do infinitivo flexionado se mostra regular com determinadas classes de verbos da oração matriz,

optou-se pela divisão dos verbos da oração matriz em classes distintas, conforme se observa a seguir.

Primeiro, serão descritos apenas dados em que a oração subordinada é o único argumento interno selecionado pelo verbo matriz. Casos de controle pelo objeto, portanto, serão descritos mais adiante. Como amplamente reconhecido na literatura gramatical a respeito do português,<sup>69</sup> com verbos da classe dos modais e dos aspectuais, o infinitivo flexionado é proibido no PB e o sujeito da oração subordinada é obrigatoriamente controlado pelo sujeito da oração matriz.

(51) a. aspectuais

O João terminou de estudar

O João começou a estudar

O João continua a estudar

b. modais

O João pode estudar

O João deve estudar

Com esses verbos, nem mesmo um sujeito (pós-verbal) focalizado é possível (cf. (52)). No PB os verbos aspectuais são obrigatoriamente acompanhados de preposição *a/de*. Note-se que

---

<sup>69</sup> Perini (1977), Raposo (1987), Madeira (1995), Figueiredo-Silva (1996), Pires (2001), Galves (2000), entre muitos outros, incluindo-se a tradição gramatical descritivo-normativa, trataram do infinitivo pessoal e do infinitivo impessoal no português.

um sujeito focalizado pode ocorrer antes da preposição, mas não depois. Supondo-se que a preposição marque a fronteira entre as duas orações, conclui-se que o sujeito ocupa uma posição pós-verbal no domínio da oração matriz. Por analogia, essa análise pode ser estendida às orações encaixadas a verbos modais. Assim, o sujeito pré-verbal, em (52b), encontra-se, na verdade, posposto ao verbo da matriz, de forma análoga ao que se observa em *O João começou ele mesmo a estudar*. Vale a pena ressaltar que a posição pós-verbal está disponível na língua para esse tipo de sujeito, em orações independentes, como se vê em (53).

(52) a. aspectual

\*O João começou a (ele mesmo) a construir a casa (?ele mesmo)

O João começou ele mesmo a construir a casa

b. O João deve (ele mesmo) construir a casa (?ele mesmo)

(53) a. Comecei (eu mesma) esse trabalho (?eu mesma)

b. O Pedro construiu (ele mesmo) a casa (?ele mesmo)

Ainda em relação aos verbos aspectuais e modais, conforme amplamente destacado na literatura, observa-se que, quando se trata de complementação oracional, esses verbos aceitam apenas orações infinitivas sem flexão como complemento (cf. (54)).

(54) a. subjuntivo

\*O João começou (a) que o Pedro estudasse

\*O João deve que o Pedro estude

b. indicativo

\*O João começou (a) que o Pedro estudou

\*O João deve que o Pedro estuda

c. infinitivo flexionado

\*Os meninos começaram a (os colegas) estudarem

\*Os meninos devem (os colegas) estudarem

Os verbos volitivos e implicativos se comportam de maneira muito semelhante aos verbos modais e aspectuais, mas, ao contrário destes, licenciam um sujeito lexical correferente com o sujeito da matriz se esse sujeito for focalizado (cf. (55)). Além disso, selecionam também orações finitas (subjuntivas) como complemento, caso em que um sujeito lexical (disjunto) é permitido na oração subordinada. Orações indicativas e com infinitivo flexionado são agramaticais (cf. (56)). Note-se que, ao contrário do que faz Figueiredo-Silva em seu trabalho, nesta tese o verbo *tentar* é incluído nesse grupo, já que também aceita sujeito lexical nominativo focalizado e complementos subjuntivos (cf. (57)).

(55) a. volitivo

O João quer (ele mesmo) comprar o carro (ele mesmo)

b. implicativo

O João conseguiu (ele mesmo) comprar o carro (ele mesmo)

(56) a. subjuntivo

O João quer que o Pedro compre o carro

O João conseguiu que o Pedro comprasse o carro

b. indicativo<sup>70</sup>

\*O João quer que o Pedro compra o carro

\*O João consegue que o Pedro compra o carro

c. infinitivo flexionado

\*Os pais querem (os filhos) comprarem o carro

\*Os pais conseguiram (os filhos) comprarem o carro

(57) *tentar*

a. O João tentou (ele mesmo) comprar (ele mesmo) o carro

b. O João tentou que o Pedro comprasse o carro

Em decorrência dessas características, esses verbos são definidos como verbos que, associados à oração infinitiva, forçam a interpretação de controle obrigatório. Como verbos

---

<sup>70</sup> Ignoram-se, nesse caso, variações dialetais que indicam a neutralização do modo indicativo e subjuntivo no PB (para uma discussão dessa questão, na relação com a ocorrência de orações infinitivas como substitutas de orações com subjuntivo no PB, veja-se Salles (2009)).

aspectuais e modais selecionam apenas orações infinitivas, são sempre verbos de controle obrigatório. Os verbos volitivos e implicativos, para licenciar sujeito disjuncto na oração encaixada, devem ocorrer com orações subjuntivas. Note-se que, mesmo lexicalmente realizado, o sujeito (nominativo) licenciado em orações infinitivas encaixadas a verbos volitivos e implicativos deve ser pronominal e correferente com o sujeito da oração matriz.

A última classe de verbos que toma orações infinitivas como complemento engloba verbos declarativos, epistêmicos e factivos. Com esses verbos, um sujeito lexical pode ser licenciado na oração subordinada, mesmo que essa oração seja infinitiva. No PB, entretanto, a flexão é obrigatória, nesses casos. Os exemplos utilizados estão no plural, já que, como se viu, no singular a flexão do infinitivo, em PB, caracteriza-se apenas pelo morfema *-r*, como no infinitivo não flexionado. O fato de o PB exigir a flexão na presença de um sujeito lexical será tomado como uma particularidade do português, mas não será considerado responsável em si pelo licenciamento do sujeito lexical, já que outras línguas românicas também licenciam sujeitos lexicais nesse contexto mesmo sem possuir infinitivo flexionado (cf. Rizzi (1982), Mensching (2000), entre outros).<sup>71</sup> O exemplo (58) mostra, ainda, que o infinitivo flexionado alterna com o infinitivo sem flexão nas orações subordinadas a esses verbos. Nesse último caso, entretanto, o sujeito é nulo e correferente com o sujeito da matriz (cf. discussão sobre verbos epistêmicos mais adiante).

---

<sup>71</sup> Vale a pena chamar a atenção para a obrigatoriedade de ordem VS na oração infinitiva encaixada a verbos declarativos e epistêmicos, tanto no italiano quanto no português. Essas duas línguas se distanciam, entretanto, no que se refere à ordem em outros contextos, como nas orações subjetivas, como se vê no exemplo (44b). O fato de o português possuir infinitivo flexionado e o italiano, não, parece ser o responsável por essa diferença.



(58) a. declarativo

Os detidos afirmam terem os seus comparsas fugido para o sul

Os detidos afirmam ter fugido para o sul

b. epistêmico

Os detidos admitem terem os seus comparsas fugido para o sul<sup>72</sup>

Os detidos admitem ter fugido para o sul

c. factivo

Os detidos lamentam os seus comparsas terem fugido para o sul

Os detidos lamentam ter fugido para o sul

Em alguns casos, é evidente haver diferença de interpretação associada à construção com sujeito lexical e infinitivo (flexionado) e associada a construções de controle com infinitivo não flexionado (cf. (59)). Moraes (1971) observa que as orações em (59a) e (59b) não são sinônimas. Para a autora, (59b) recebe uma interpretação temporal que está ausente em (59a). Isso quer dizer que, nos dois exemplos, o sujeito da oração encaixada é correferente com o sujeito da oração matriz (ou seja, é por ele controlado), mas a interpretação atribuída a esses exemplos não é idêntica. As paráfrases em (60) ilustram a diferença semântica existente entre eles.

---

<sup>72</sup> Os exemplos com verbos declarativos e epistêmicos aqui utilizados são gramaticais no PB escrito culto e no PE. No PB descrito nesta tese, esses dados são agramaticais. Entretanto, esses exemplo são ilustrativos da diferença entre os verbos proposicionais e as demais classes de verbos aqui consideradas. Além disso, supõe-se que a agramaticalidade desses exemplos se deve ao fato de que a inversão do sujeito é bastante restrita na língua, e não a uma propriedade relacionado ao infinitivo flexionado em si.

(59) a. Eles se esforçam por ser bons

b. Eles se esforçam por serem bons

(60) a. Eles se esforçam para ser bons.

b. Eles se esforçam porque são bons.

Também Lemle (1984) enfatiza esse contraste. Para a autora, o infinitivo flexionado “como que amarra o tempo da oração subordinada ao tempo da oração principal. No infinitivo não-flexionado, ao contrário, a situação expressa pelo verbo vem dada como atemporal” (pág. 183). O contraste a que se referem Moraes e Lemle pode ser observado nos exemplos a seguir e nas paráfrases apresentadas entre parênteses.

(61) a. As italianas sabem serem encantadoras (=que são encantadoras/\*como ser encantadoras).

b. As italianas sabem ser encantadoras (=\*que são encantadoras/como ser encantadoras).

Essa diferença apontada pelas autoras fica clara quando se toma como exemplo os verbos epistêmicos, que são ambíguos em português e, por isso, ilustram adequadamente contrastes relevantes entre o uso dos dois tipos de infinitivo no português. Como discutido em Rabelo (2008), verbos como *saber* e *admitir*, por exemplo, além da leitura epistêmica (cf. (62b) e (63b)), podem receber no PB uma leitura modalizada (cf. (62a) e (63a)). A escolha entre uma leitura e outra depende do tipo de oração que esses verbos tomam como

complemento. Note-se que a leitura epistêmica em (62b) é a leitura associada também ao infinitivo flexionado, como ilustrado em (61a).

(62) a. A Maria sabe (como) nadar.

b. A Maria sabe que nada bem.

(63) a. A Maria admite que o João vá sozinho para a escola.

b. A Maria admite que o João vai sozinho para a escola.

Voltando aos contrastes apresentados pelos dois tipos de infinitivo, pode-se citar, em primeiro lugar, aquele que diz respeito à alternância entre o sujeito nulo e um sujeito lexical (cf. (64)). Apenas com a leitura epistêmica e com infinitivo flexionado essa alternância é possível.

(64) a. leitura epistêmica

As autoridades sabem terem os policiais apanhado os assaltantes

b. leitura modalizada

\*As autoridades sabem (os policiais) apanhar (os policiais) assaltantes

(*versus* As autoridades sabem apanhar assaltantes)

O italiano também codifica essa diferença de leitura na sintaxe: a alternância entre sujeito lexical e sujeito nulo, nessa língua, está associada também à leitura epistêmica; e a leitura modalizada exige a presença da preposição *di* como introdutor da oração encaixada, caso em

que o sujeito é obrigatoriamente nulo e controlado (cf. (65) *versus* (66), de Rizzi (1982 : 79-80)).

(65) a. Supongo non esser la situazione suscettibile di ulteriori miglioramenti

Suponho não ser a situação suscetível de posteriores melhoramentos

b. Mario afferma non esser lui in grado di affrontare la situazione

Mario<sub>i</sub> afirma não estar ele<sub>i/j</sub> em condições de afrontar a situação

(66) Supongo/affermo/ritengo di avere fatto il mio dovere

Suponho/afirmo/acredito ter feito meu dever

Além disso, apenas com a leitura epistêmica são licenciadas, sem restrições, orações encaixadas com verbos *ser*, *estar* e com o auxiliar *ter* (cf. (67)). Por último, no que se refere ao licenciamento de verbos eventivos, com a leitura epistêmica, para que esse tipo de verbo seja licenciado, é necessário que o objeto seja quantificado (cf. Madeira (1995) e Ambar (2000) para descrição dessas restrições).

(67) a. As autoridades sabem ter a polícia apanhado os assaltantes

b. As autoridades sabem serem os assaltantes muito perigosos

c. As autoridades sabem estarem os assaltantes em casa

- (68) a. \*Os pais sabem comerem os filhos um chocolate.  
b. Os pais sabem comerem os filhos muito chocolate.

Com o infinitivo sem flexão, que induz à leitura modalizada, as restrições são distintas daquelas que se aplicam ao infinitivo flexionado. Como já se chamou a atenção, a presença de um sujeito lexical torna a oração agramatical (cf. (64b)). O mesmo resultado é obtido se se coloca o verbo *estar* na oração encaixada (cf. (69))<sup>73</sup>. Por outro lado, predicados eventivos são licenciados na subordinada (cf. (70)), exatamente como ocorre em orações encaixadas a verbos volitivos, aspectuais e modais.

(69) \*Os meus pais sabem estar doentes

(70) Os meus irmãos sabem cantar bem

Essas diferenças apontadas em relação aos verbos epistêmicos ilustram propriedades interessantes do recorte feito pelo português quanto ao uso dos dois tipos de infinitivo disponíveis na língua. Entretanto, vale a pena chamar a atenção para o fato de que, com verbos declarativos e factivos, o contraste é menos óbvio (e pode nem mesmo existir), contexto em que os dois tipos de infinitivo relacionam-se à mesma leitura (o contraste entre eles, nesse caso, está associado à referência do sujeito encaixado).

Além dessas propriedades relativas ao licenciamento dos sujeitos, verbos proposicionais também diferem das demais classes quanto ao leque de possibilidades relacionadas ao tipo de oração subordinada que selecionam. Além dos dois tipos de infinitivo,

<sup>73</sup> O exemplo é agramatical com o sentido de *Os meus pais sabem como estar doentes*. A leitura epistêmica é obtida apenas com a frase finita *Os meus pais sabem que estão doentes* ou ainda com o infinitivo flexionado *Os meus pais sabem estarem doentes*.

esses verbos podem selecionar orações indicativas ou subjuntivas.

(71) a. declarativo

Os detidos afirmam que seus comparsas fugiram para o sul

b. epistêmico

Os detidos admitem que os seus comparsas fugiram para o sul

Os detidos admitem que os seus comparsas tenham fugido para o sul

c. factivo

Os detidos lamentam que os seus comparsas tenham fugido para o sul

Nesta seção, ficou demonstrado que orações infinitivas com interpretação de controle podem ocorrer, no PB, subordinadas a diversos tipos de verbos. Além disso, mostrou-se que tanto orações com infinitivo sem flexão quanto orações com infinitivo flexionado podem estar associadas a essa interpretação (cf. (61)). Apesar disso, os dois tipos de infinitivo se comportam de maneira distinta em alguns contextos sintáticos e, dependendo das características do predicado da oração matriz, estão associados a leituras distintas. Na seção seguinte, com base nos dados descritos acima, será proposta uma análise do sujeito nulo das orações de controle que abarque essas distinções. Essa análise considera que a interpretação de controle nos dois tipos de oração infinitiva do PB é derivada de maneira sensivelmente distinta, sendo o controle em orações com infinitivo flexionado considerado bastante semelhante ao controle em orações finitas analisado no capítulo 1. Os casos descritos nos parágrafos antecedentes levam à conclusão de que o controle obrigatório, no PB, no sentido

mais clássico, em que o fenômeno está relacionado à impossibilidade de ocorrência de um sujeito lexical na oração subordinada, ocorre apenas com o infinitivo sem flexão. As orações com infinitivo flexionado em PB só são interpretadas como de controle por causa das características da flexão de 3ª pessoa. Isso significa dizer que, se a flexão for de 1ª pessoa, o sujeito da oração encaixada deixa de ser controlado e recebe uma interpretação definida, exatamente como nas orações finitas, como se pode deduzir do contraste entre (72a) e (72b). Importante lembrar que, no capítulo 1, se considera que a 3ª pessoa plural também introduz uma variável no PB.

(72) a. As italianas<sub>i</sub> sabem ec<sub>i</sub> serem encantadoras

b. As italianas sabem sermos encantadoras

Nos casos de controle pelo objeto, entretanto, os dois tipos de infinitivo estão em variação livre no PB e também no PE, língua em que se supõe que exemplos como (72a) são ambíguos entre uma leitura correferente e uma leitura livre para o sujeito da oração encaixada. Os exemplos relevantes desses autores são retomados a seguir.

(73) a. A polícia forçou os manifestantes a saírem

b. Nós convencemos os estudantes a irem à festa [Negrão (1986)]

c. A Maria ajudou eles a fazerem a mudança [Figueiredo-Silva (1996)]

d. Eu obriguei os meninos a lerem esse livro [Raposo (1989)]

Note-se que esses exemplos apresentam uma contraparte igualmente gramatical com o

infinitivo não flexionado na oração subordinada (cf. discussão em Rabelo (2004)).

- (74) a. A polícia forçou os manifestantes a sair
- b. Nós convencemos os estudantes a ir à festa
- c. A Maria ajudou-os a fazer a mudança
- d. Eu obriguei os meninos a ler esse livro

Um aspecto interessante em relação ao controle pelo objeto refere-se ao licenciamento de um sujeito lexical pelo infinitivo flexionado. Como demonstra a agramaticalidade dos dados em (75), o infinitivo flexionado não é capaz de licenciar um sujeito lexical nesse contexto. Esse comportamento contraria um dos pressupostos mais difundidos em relação a esse tipo de infinitivo.

- (75) a. \*A polícia forçou os manifestantes a os seus ajudantes saírem
- b.\* Nós convencemos os estudantes a os seus colegas irem à festa
- c. \*A Maria ajudou eles a os amigos fazerem a mudança
- d. \*Eu obriguei os meninos a os estudantes lerem esse livro

Esses dados parecem indicar, então, que, apesar de o infinitivo flexionado ser licenciado na oração encaixada, o controle é obrigatório, não sendo um sujeito lexical licenciado nessa oração. Essas propriedades permitem que se formule a seguinte hipótese: o mecanismo que permite a flexão do infinitivo em orações de controle pelo objeto no PB é o mesmo que permite a possibilidade de antecedentes cindidos nesse contexto (cf. Rooryck (2000) e Landau (2001) para possibilidade de antecedentes cindidos no inglês). Evidência para isso é o fato de



a flexão favorecer a leitura com antecedentes cindidos (cf. (76a) *versus* (76b)), como ocorre quando palavras como *together* aparecem nas orações de controle pelo objeto em inglês (cf. (77)). Isso significa que o português codifica na morfologia de pessoa e número do verbo um contraste marcado por um item lexical em outras línguas.<sup>74</sup>

(76) a. Os pais<sub>i</sub> forçaram os filhos<sub>j</sub> a ec<sub>\*i/j/\*i+j</sub> viajar

b. Os pais<sub>i</sub> forçaram os filhos<sub>j</sub> a ec<sub>\*i/j/i+j+k</sub> viajarem

(77) a. Kim<sub>i</sub> convinced/persuaded Sandy<sub>j</sub> ec<sub>j/\*i</sub> to do the dishes

b. Kim<sub>i</sub> convinced/persuaded Sandy<sub>j</sub> ec<sub>i+j</sub> to do the dishes together

Ressalte-se que, apesar de os exemplos em (76a) e (77a) terem sido marcados com asterisco para a leitura com antecedentes cindidos, isso não indica que para os falantes consultados essa leitura seja impossível, mas apenas mais difícil de ser conseguida. A presença de *together*, no inglês, e do morfema de flexão, no PB, facilitam a leitura com antecedentes cindidos.

### **2.2.2 Sujeito das orações infinitivas**

Como hipótese de trabalho, a estrutura das orações infinitivas será considerada análoga à das orações finitas, principalmente no que concerne ao domínio de realização do sujeito. No capítulo 1, foi adotada a estrutura proposta por M&S (2007, 2008) para as

---

<sup>74</sup> Pires (2000) discute o fato de o infinitivo flexionado licenciar antecedentes cindidos. Entretanto, a proposta formulada neste trabalho difere da adotada por Pires, já que esse autor considera esses exemplos casos de OC, enquanto Pires os toma como evidência para NOC.

orações finitas. A esse respeito, os autores propõem que, nas línguas de sujeito nulo, como o italiano, o sujeito é realizado, no domínio de I, no interior do verbo, pelo afixo de concordância, que possui caráter nominal (o que significa que a posição de especificador de I não é projetada nessas línguas, e que o sujeito lexical (realizado por um DP ou por um pronome) é realizado no domínio de C, possivelmente em uma posição de tópico). Nesta tese, a proposta de M&S foi estendida ao PB (veja-se seção 2 do capítulo 1). Considerando-se que a mesma estrutura pode ser estendida para as orações infinitivas e que M&S estejam no caminho certo ao considerar -r uma marca de modo, é necessário supor que, nessas orações, o argumento EPP não é realizado no domínio de I, já que o sujeito lexical, quando presente, ocupa uma posição em C e não há afixo pronominal que realize o argumento no verbo.<sup>75</sup> Isso equivale a dizer que a posição de argumento EPP do predicado encaixado não é saturada na sintaxe, permanecendo, portanto, aberta. Nesse caso, PRO é considerado um elemento/posição- $\theta$ , e não um elemento sintático (cf. Manzini & Roussou (2000), Butler (2004), Sigurdsson (2007), entre outros, para propostas nesse sentido).<sup>76/77</sup> Esse argumento não saturado, como não é realizado por um elemento definido, acaba sendo interpretado como uma variável livre, o que justifica a interpretação ora livre, ora ligada desse elemento, conforme se observa nos exemplos abaixo. Acerca desses exemplos, é correto afirmar que (78a) é um caso de OC, ou seja, caso em que a variável é obrigatoriamente ligada (as condições que determinam a ocorrência de OC serão retomadas a seguir), enquanto (78b-c) exemplificam casos de NOC, que se caracterizam pelo fato de a correferência com um argumento da matriz não ser obrigatória.

---

75 Uma proposta como essa aproxima-se à proposta de Chomsky (1981), a qual considera o EPP uma propriedade associada a I.

76 Mais uma vez, ressalte-se que PRO é utilizado aqui com o objetivo de tornar a discussão mais clara, ou seja, PRO é apenas uma categoria descritiva, nesse caso.

77 No capítulo anterior, viu-se a possibilidade de que o objeto nulo no PB receba explicação semelhante.

- (78) a. O Pedro tentou viajar  
b. O Pedro afirma ter viajado  
b. Viajar é prazeroso

Como se viu na seção anterior, um sujeito lexical (disjunto) pode ser licenciado em algumas orações infinitivas no PB, como se observa nos exemplos em (79). Essa característica é disseminada nas línguas românicas, como demonstram (80)-(82) abaixo (cf. Mensching (2000) para mais exemplos nesse sentido).

- (79) a. O Pedro lamenta o Paulo ter perdido o trem  
b. O Pedro viajar sozinho é um absurdo

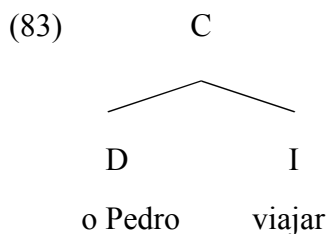
- (80) a. Supongo non esser la situazione suscettibile di ulteriori miglioramenti  
b. Mario afferma non esser lui in grado di affrontare la situazione  
[Rizzi (1982)]

- (81) a. Tutto è successo per aver scioperato (i dirigenti/ anche loro)  
b. Aver scioperato (i dirigenti/ anche loro) è stato un errore  
[Manzini (2009)]

- (82) a. Qui Pierre croit-il [avoir acheté des fraises]? [Bošković (1997)]  
b. Le garçon que je croyais être arrivé. [Rochette (1988)]

O fato de um sujeito lexical ser licenciado nas orações infinitivas indica, considerando-se que a estrutura dessas orações é análoga à proposta para as orações finitas no

capítulo 1, que esse sujeito ocupa uma posição no domínio C, o que permite que se proponha a seguinte estrutura para o trecho relevante da oração subordinada em (79b).



Ainda estendendo-se a análise das orações finitas para as orações infinitivas, é possível propor que a posição- $\theta$  não saturada em I e o sujeito inserido em C formam uma cadeia e, por isso, o NP em C é interpretado como argumento da forma verbal infinitiva. Essa análise vale, em princípio, para as três línguas mencionadas acima. Na ausência de um sujeito em C da oração infinitiva, o argumento não saturado pode ser interpretado como correferente ao sujeito da oração matriz (cf. (84b)) ou pode receber uma interpretação arbitrária (cf. (84c)).

- (84) a. O Paulo lamenta seu filho vender drogas na escola  
 b. O Paulo lamenta vender drogas  
 c. O Paulo lamenta vender drogas na escola

No PB, esse padrão é idêntico ao encontrado nas orações finitas com sujeito nulo de 3ª pessoa, conforme se vê em (85) a seguir.

- (85) a. O Paulo declarou que seu filho vende drogas na escola  
 b. O Paulo declarou que vende drogas  
 c. O Paulo declarou que vende drogas na escola

Antes de prosseguir com a análise do português, vale a pena deter-se em um aspecto relevante do italiano e do francês: o fato de o sujeito não ser licenciado na posição pré-verbal canônica.<sup>78</sup> A inversão, no italiano, pode ser explicada se se adota a ideia de que os verbos que possuem a marca morfológica -r podem ocupar a posição C<sub>1</sub> mencionada em M&S (2009), pressupostamente mais alta que a posição C, cujo especificador contém o sujeito lexical. Em relação ao francês, como a inversão é proibida nessa língua, é necessário supor que o sujeito lexical somente pode ser licenciado se deslocado por movimento wh-. Desnecessário dizer que a análise mais aprofundada dessas línguas encontra-se além do escopo deste trabalho e que essas hipóteses precisam ser confirmadas. No português, os exemplos em (79) podem ocorrer, também, com o infinitivo flexionado. Essa propriedade será retomada adiante. Os casos descritos até aqui podem ser analisados, conforme já mencionado, como exemplos de NOC, nos termos da regência e ligação, casos em que PRO é associado ao traço [+pronominal]. A derivação das orações finitas e infinitivas é, portanto, muito semelhante, com o sujeito lexical (nominativo) inserido em C. A diferença entre ambos os tipos de oração fica por conta da ausência de sujeito lexical em I e da ausência de especificação de tempo nas orações infinitivas. A ausência do sujeito em I se reflete na interpretação do argumento como uma variável, já que não há sujeito definido introduzido nesse domínio. A ausência de tempo parece resultar na impossibilidade de essa oração ser independente e na possibilidade de se aplicar o fenômeno da reestruturação (cf. discussão a seguir). Note-se que essas propriedades poderiam ser tratadas em termos de defectividade. Entretanto, visto que, ao contrário das propostas tradicionais, essas propriedades não desempenham papel no licenciamento de

---

78 No português, essa propriedade é observada nas orações infinitivas encaixadas a verbos declarativos e epistêmicos. Em outros contextos, entretanto, como em orações adjuntas, subjetivas e encaixadas a verbos factivos, o sujeito pré-verbal é encontrado em variação com o sujeito pós-verbal, no PE. No PB, a posição pré-verbal é obrigatória, já que a inversão, de forma geral, é proibida (cf. Madeira (1995) para tratamento teórico dessa propriedade no PE).

categorias como PRO ou vestígio, visto que, segundo proposta formulada nesta tese, essas categorias não existem (ou, por outro lado, não impedem o licenciamento de um sujeito lexical nominativo), esse tratamento torna-se dispensável e perde poder explicativo. Mais adequado, portanto, é tratar as orações infinitivas com base nas propriedades que elas possuem e entender o que a ausência de determinada propriedade, como tempo, significa para a complementação oracional, comparativamente.

Como referido no início da discussão, a propriedade de licenciar um sujeito lexical (disjunto), porém, não se aplica a todas as orações infinitivas, o que requer, também, uma explicação. Conforme mencionado, há um grupo de orações infinitivas nas quais um sujeito (lexical) disjunto é proibido. Essas orações são subordinadas a verbos volitivos e aspectuais/modais. Nessas orações, um sujeito lexical é licenciado apenas se é pronominal e correferente ao sujeito da matriz; além disso, tais sujeitos são associados a uma leitura de foco. Esse grupo de orações infinitivas corresponde às construções de controle obrigatório, na teoria da regência e ligação, fenômeno associado a PRO [+anafórico].

(86) Quero fazer (EU/\*ELE) esse trabalho

Um primeiro aspecto que merece explicação nesse caso é a posição ocupada pelo sujeito pronominal. Como descrito na seção anterior, nos exemplos (52)-(53), a posição ocupada por esse pronome equivale a uma posição pós-verbal (de foco) na oração matriz. Isso significa que, apesar de superficialmente idênticas, a posição ocupada por esse pronome e a posição ocupada pelo sujeito lexical em (79) são distintas (no português há ainda o fato de que o infinitivo flexionado é proibido nessas orações, o que reforça que a relação desse sujeito com o infinitivo se distingue da encontrada nas orações tratadas nos parágrafos precedentes).

Supostamente, então, a posição em C ocupada pelos sujeitos lexicais, encontra-se indisponível nas orações encaixadas a verbos volitivos e modais/aspectuais, o que explica o contraste entre (87a) e (87b).

(87) a. O Paulo lamenta o Pedro ter perdido o trem

b. \*O Paulo quer o Pedro perder o trem

A ideia é que essa diferença não se dê por causa de propriedades da oração infinitiva em si, mas devido à diferença na relação entre a oração matriz e a oração subordinada. Assim, nas orações infinitivas subordinadas a verbos volitivos e aspectuais/modais, o argumento externo do verbo também é uma posição- $\theta$  não saturada, o que significa que o sujeito não é realizado em I. Além disso, como se viu, há evidência de que a posição na qual o sujeito lexical é inserido não está disponível nessas orações. Como as orações encaixadas a verbos proposicionais, também esse grupo de infinitivas caracteriza-se pela propriedade *irrealis* (e não possui tempo). Note-se que, ao contrário do que propõem as análises tradicionais (cf. Stowell (1982), Martin (2001), Landau (2004), entre outros), a oração infinitiva, nesse caso, não é caracterizada pelo traço [+tempo]. O que se propõe nesta tese é que a oração infinitiva seja caracterizada apenas como *irrealis* (propriedade codificada pelo morfema -r).<sup>79</sup> Evidentemente, partindo-se dessa especificação positiva, pode-se concluir que tempo não é uma propriedade das orações infinitivas. Essa proposta é considerada menos estipulativa, já que não há evidência morfológica de que essas orações possuam tempo. Outro problema para a caracterização das orações infinitivas em termos do traço [+tempo], e que permite

---

<sup>79</sup> A propriedade *irrealis*, apesar de associada apenas a contextos de complementação a verbos volitivos, pode aparecer inclusive em contextos finitos, como o futuro e o condicional no português, formas em que também aparece o morfema -r (cf. M&S (2009) para evidência de que, nesses tempos, a base+morefema de modo podem ocupar uma posição de modo)

questioná-la, é o fato de que os autores que trataram dessa questão divergem quanto à atribuição do valor positivo a um ou outro grupo de infinitivas: Stowell (1982), entre outros, atribuem o traço [+tempo] às infinitivas *irrealis*, enquanto Raposo (1987) e Wurmbrand (2001), por exemplo, atribuem esse traço às infinitivas proposicionais (cf. Miller (2002) para discussão das diferentes propostas nesse sentido).<sup>80</sup> Isso significa que a interpretação de controle obrigatório e a impossibilidade de licenciamento de um sujeito lexical não podem ser explicadas com base na propriedade tempo, sendo necessário, portanto, explicá-las com base em outro tipo de propriedade.

A hipótese é que diferença entre orações infinitivas proposicionais - nas quais verifica-se variação livre entre sujeito lexical e sujeito nulo e interpretação associada a NOC - e orações infinitivas subordinadas a verbos volitivos e aspectuais/modais - contexto em que sujeito lexical e nulo estão em distribuição complementar e a interpretação de OC é a única possível - será creditada, então, à reestruturação, que, por hipótese, ocorre apenas com as orações do segundo tipo. Essa hipótese foi implementada (de maneiras distintas) por diversos autores (cf. Rizzi (1982), Rochette (1988, 1990), Wurmbrand (2001), Gonçalves (2001), Manzini & Savoia (2005), entre outros). Como a discussão a respeito do fenômeno da reestruturação em si está além do escopo deste trabalho, para os objetivos desta pesquisa, basta considerar que há unificação entre os eventos da oração matriz e da oração encaixada quando a reestruturação se aplica. É possível que dois fatores estejam em jogo na aplicação da reestruturação: a dependência entre oração matriz e oração subordinada (que pode ser

---

80 Wurmbrand (2001) mostra que o argumento de que infinitivas *irrealis* possuem o traço [+tempo] por serem, fixamente, orientadas para o futuro não se sustenta, já que com verbos como *try* (e *tentar*) a interpretação observada é de simultaneidade. Outro argumento recorrentemente utilizado para confirmar a análise de que orações infinitivas possuem o traço [+T] é o de que verbos eventivos são licenciados nas orações subordinadas a volitivos justamente porque essas orações possuem tempo (*O João quer pintar o quadro versus \*O João afirma pintar o quadro*). Essa correlação, entretanto, pode ser explicada se se considera que esse licenciamento decorre da reestruturação, e o verbo da encaixada é, então, licenciado pelo tempo da matriz (levando-se em conta que, nos contextos de reestruturação, há unificação de propriedades temporais), sendo desnecessário, portanto, postular que a infinitiva é [+T]. Confira-se, ainda, Wurmbrand (2007) para argumentação a respeito de que infinitivas não possuem tempo.



construída em termos de seleção, considerando-se que, em português, verbos como *querer* selecionam, obrigatoriamente, orações infinitivas ou subjuntivas (cf. seção 2.2.1 para dados) e ausência de especificação temporal na subordinada infinitiva (o que explicaria por que com orações subjuntivas, apesar da dependência, não há reestruturação). Por outro lado, em orações infinitivas proposicionais, a reestruturação não se aplica porque não há dependência entre matriz e subordinada, sendo evidência disso o fato de que (em princípio) qualquer tipo de oração pode ser complemento de verbos proposicionais.

A análise proposta neste capítulo leva à conclusão, então, de que é desnecessário o tratamento do sujeito das orações infinitivas (de controle) baseado em algum tipo de ambiguidade, independentemente de ser essa ambiguidade formulada em termos de PRO caracterizado como um elemento especificado pelos traços conflitantes [+pronominal, +anafórico] ou em termos de tratar OC como movimento de DP e NOC como inserção de *pro*. Basicamente, o que se propõe nesta tese é que OC e NOC são interpretações possíveis para uma posição argumental não saturada em I (que acaba sendo interpretada como uma variável), sendo OC, o caso especial por ser essa variável obrigatoriamente ligada, um efeito da aplicação de reestruturação, ou seja, a obrigatoriedade de correferência decorre da indisponibilidade da posição de inserção do sujeito lexical (aliada, evidentemente, à não realização desse sujeito por um morfema nominal no verbo).

Resumindo, segundo a proposta formulada nesta seção, o sujeito, nas orações infinitivas, não é realizado no domínio de I, o que significa que a posição- $\theta$  de argumento EPP dos predicados infinitivos não é saturada na sintaxe. Essa posição- $\theta$  não saturada, correspondente ao que as análises tradicionais denominam PRO, equivale a uma variável na interface interpretativa. Essa variável pode receber uma interpretação livre ou ligada, sendo em alguns casos obrigatoriamente ligada. Apesar de a interpretação da variável ocorrer em um

nível interpretativo, a sintaxe fornece as condições necessárias para isso. Por hipótese, a interpretação obrigatoriamente ligada (equivalente a OC) ocorre quando o fenômeno da reestruturação se aplica à oração infinitiva. Nesse caso, a posição que abriga o sujeito lexical no domínio de C fica indisponível e a posição- $\theta$  não saturada é interpretada por meio da formação de uma cadeia com o sujeito da oração matriz (possibilidade decorrente da unificação eventiva). Nos contextos em que a reestruturação não se aplica, a posição de sujeito no domínio C, estando disponível, pode ser ocupada por um sintagma nominal que irá saturar a posição de argumento externo do verbo encaixado (e também forçar a concordância). Se a posição de sujeito em C não for ocupada (e o afixo de concordância não for inserido), a posição- $\theta$  pode ser ligada ao sujeito da oração matriz ou pode receber uma interpretação arbitrária (cf. *Pedro<sub>i</sub> admite ec<sub>i/arb</sub> vender drogas na praia*).

### **2.2.3 Distribuição dos infinitivos flexionado e não flexionado no português**

Esta seção visa discutir, no âmbito da abordagem teórica anteriormente formulada, um aspecto relevante observado nos dados descritos na seção 2.2.1, a distribuição (e interpretação) dos dois tipos de infinitivo presentes na gramática do português. Os dados indicam que o infinitivo flexionado é licenciado em contextos que permitem uma leitura não correferencial entre argumento EPP selecionado pelo verbo da encaixada e sujeito da oração matriz, ou seja, em contextos em que o argumento EPP do verbo infinitivo e o sujeito da oração matriz são distintos. Nas orações subordinadas a verbos proposicionais e nas orações subjetivas, o infinitivo concorda com o sujeito lexical presente na oração (cf. (88)). O infinitivo flexionado é licenciado, ainda, quando o controlador do sujeito nulo da infinitiva é o argumento realizado como objeto da oração matriz (cf. (89)) ou quando a referência desse

sujeito é dada pelo sujeito e pelo objeto da oração matriz (cf. (90)).

(88) a. Os meninos lamentam os seus amigos terem/\*ter machucado o gato da vizinha

b. Os meninos terem/\*ter machucado o gato da vizinha foi um escândalo

(89) O Pedro<sub>i</sub> obrigou os amigos<sub>j</sub> a  $ec_{j/*k}$  machucarem/machucar o gato

(90) O Pedro<sub>i</sub> obrigou o amigo<sub>j</sub> a  $ec_{i+j/*k}$  machucarem o gato

Por outro lado, quando o sujeito (nulo) da oração infinitiva e o sujeito da oração matriz são correferentes, o infinitivo flexionado e o infinitivo não flexionado alternam se a oração é encaixada a verbos proposicionais ou é subjetiva (cf. (91)). Sendo a oração encaixada a verbos volitivos e aspectuais/modais, o infinitivo não flexionado é obrigatório na oração subordinada (cf. (92)).

(91) a. Nós lamentamos ter machucado o gato da vizinha

b. Nós lamentamos termos machucado o gato da vizinha

(92) a. Nós tentamos machucar o gato da vizinha

b. \*Nós tentamos machucarmos o gato da vizinha

O fato de o infinitivo não flexionado estar relacionado a correferência entre sujeito da oração matriz e argumento EPP da oração infinitiva fica mais evidente ainda se o verbo da oração matriz é *prometer* ou *pedir*, como ilustrado nos exemplos seguintes.

(93) a. Os filhos<sub>i</sub> pediram aos pais<sub>j</sub> para  $ec_{*i/j/i+j}$  ficarem/ $ec_{i/*j/*i+j}$  ficar em casa

b. Os filhos prometeram aos pais  $ec_{*i/*j/i+j}$  ficarem/  $ec_{i/*j/*i+j}$  ficar em casa

Neste ponto vale a pena abrir um parêntese para discutir exemplos como o ilustrado em (94) a seguir, no qual se observa a presença de infinitivo flexionado na oração subordinada e correferência (obrigatória) entre o sujeito realizado pelo afixo no verbo encaixado e o sujeito da oração matriz.

(94) Os meninos<sub>i</sub> afirmam  $ec_{i/*j/*arb}$  serem inocentes

Nesse caso, a hipótese defendida neste trabalho é a de que a interpretação de controle decorre do fato de a flexão de 3ª pessoa introduzir uma variável como argumento EPP no PB. Isso significa que a interpretação de controle, nesse caso, recebe a mesma explicação proposta para explicar o controle em orações finitas no PB (cf. capítulo 1 para análise do controle nas orações finitas). Evidência de que essa proposta está no caminho certo é dada pelo fato de que o sujeito da oração encaixada pode receber, além da interpretação correferencial, uma interpretação arbitrária.

(95) Eles<sub>i</sub> afirmaram  $ec_{i/arb}$  terem batido na porta

Voltando à distribuição dos infinitivos não flexionado e flexionado, é possível então construir a seguinte generalização: infinitivo flexionado é possível se não há controle (obrigatório) pelo sujeito. Como se conclui dos dados, se há sujeito independente na oração subordinada infinitiva, o verbo no infinitivo concorda com esse sujeito e, se há controle pelo objeto, a flexão é facultativa. Poder-se-ia supor, então, que a estrutura das orações infinitivas encaixadas a verbos proposicionais e das encaixadas a verbos manipulativos<sup>81</sup> é semelhante.

---

81 São considerados verbos manipulativos, nesta tese, *convencer, forçar, autorizar, levar a, aconselhar, obrigar,*

Entretanto, observa-se que as orações encaixadas a verbos manipulativos se assemelham não às orações subordinadas a verbos proposicionais, mas àquelas encaixadas a verbos volitivos. Como as orações subordinadas a verbos volitivos, também as orações encaixadas a verbos manipulativos (de controle pelo objeto, portanto) alternam com orações subordinadas subjuntivas (mas não com orações indicativas) e, além disso, seu sujeito deve ser, obrigatoriamente, nulo (mesmo se o infinitivo na oração subordinada é flexionado).

(96) a. subjuntivo

Pedro obrigou o filho a que estudasse

b. indicativo

\*Pedro obrigou o filho a que o filho estudava

(97) a. \*A polícia forçou os manifestantes a os seus ajudantes saírem

b.\* Nós convencemos os estudantes a os seus colegas irem à festa

c. \*A Maria ajudou eles a os amigos fazerem a mudança

d. \*Eu obriguei os meninos a os estudantes lerem esse livro

Considerando-se a relação proposta na seção anterior entre indisponibilidade da posição de licenciamento do sujeito e reestruturação, é natural propor que também com esses verbos ocorre o fenômeno da reestruturação, que unifica (temporalmente) os eventos da oração matriz e da oração encaixada. A agramaticalidade de exemplos como os apresentados em (97) decorre, então, do fato de a posição que abriga o sujeito em C estar indisponível devido à reestruturação. Isso significa que, ao contrário do que propõe a tradição gerativista de estudos

---

*acusar; orientar; estimular; motivar; impedir; incentivar; ensinar; incitar; exortar;* os quais, no português, selecionam, além da oração infinitiva, que é sempre introduzida pela preposição *a* (e algumas vezes pela proposição *de*), um objeto direto.

sobre o infinitivo flexionado, a flexão no infinitivo não é condição suficiente para o licenciamento de um sujeito lexical nominativo (apesar de ser obrigatória se esse sujeito está presente). Considerando-se que a flexão nas orações subordinadas a verbos proposicionais, associada à lexicalização do sujeito, não se distingue do processo geral de concordância observado nas línguas românicas, resta explicar a associação entre controle pelo sujeito e emprego do infinitivo não flexionado e entre controle pelo objeto e opcionalidade de flexão em contexto de reestruturação.<sup>82</sup> A distribuição dos dois tipos de infinitivo encontrados em português pode, então, ser assim resumida:

- a) infinitivo não flexionado: (i) obrigatório em orações de reestruturação de controle pelo sujeito; (ii) facultativo (em alternância com o infinitivo flexionado) em orações de reestruturação de controle pelo objeto; (iii) facultativo em orações de não reestruturação, contexto em que, se ocorre, seu sujeito é obrigatoriamente correferente ao sujeito da matriz ou recebe interpretação arbitrária;
- b) infinitivo flexionado: (i) proibido em orações de reestruturação de controle pelo sujeito; (ii) facultativo (em alternância com o infinitivo não flexionado) em orações de reestruturação de controle pelo objeto; (iii) facultativo em orações de não reestruturação, contexto em que, se ocorre, recebe interpretação idêntica à dos sujeitos de orações finitas (ou seja, pode ser nulo e definido, se de 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup> pessoa, ou indefinido, se de 3<sup>a</sup> pessoa, além de poder ocorrer com um sujeito lexical).

A variação entre infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado é observada também

---

82 Uma análise possível para a variação entre infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado nesses contextos baseia-se na independência entre oração matriz e oração subordinada. Considerando-se que o verbo infinitivo pode ocupar uma posição modal em C (talvez C<sub>1</sub>), pode-se supor, por um lado, que, nas orações dependentes (subordinadas a verbos volitivos e aspectuais/modais), o verbo deve ser inserido nessa posição (para construir a dependência). Por outro lado, em orações independentes, o verbo pode ser inserido, no português, em I (movendo-se ou não para C<sub>1</sub>, posteriormente, o que explica a variação de ordem SV/VS em infinitivas flexionadas), onde é inserido o morfema de número-pessoa, ou diretamente em C<sub>1</sub>, posição não associada à flexão. Nesse caso, é necessário, obviamente, explicar o motivo pelo qual não há flexão no italiano, por exemplo. Uma hipótese que merece ser investigada é a de que o verbo, nessa língua, quando não ocupa a posição C<sub>1</sub>, ocupa a posição V, não associada a concordância).

em orações encaixadas a verbos perceptivos e causativos (cf. Perini (1977), Rodrigues (2006), Salles (2007a, 2007b), entre outros), como ilustrado nos exemplos (98) e (99), respectivamente. O interessante desses dados, se comparados com os exemplos que envolvem verbos manipulativos, é justamente o fato de também nesse contexto haver disjunção entre sujeitos da matriz e da oração infinitiva.

(98) Maria viu os alunos sair(em)

(99) Maria fez/ mandou os alunos sair(em)

Apesar dessa semelhança, deve-se atentar para o fato de que a oração infinitiva subordinada a verbos manipulativos é introduzida por uma preposição (*a/de*), o que não acontece nas orações subordinadas a verbos perceptivos e causativos. A análise mais comum para a variação encontrada em (98) e (99) propõe que o sujeito, no caso da oração com infinitivo flexionado, é realizado na oração encaixada. Considerando-se a presença da preposição, essa análise não pode ser estendida às orações encaixadas a verbos manipulativos, estando o argumento relevante (manipulado) posicionado antes da preposição (cf. (100)). Apesar disso, nota-se regularidade no emprego da flexão em caso de disjunção entre os sujeitos. Qualquer que seja a análise adotada para explicar a distribuição dos dois tipos de infinitivo no PB, a associação entre infinitivo não flexionado e um valor proximativo, por um lado, e a associação entre infinitivo flexionado e um valor obviativo devem estar na base da proposta (cf. Salles (2009)).

(100) O professor obrigou os alunos a sair(em)

## 2.3 Conclusões

O sujeito nulo de orações infinitivas foi o foco deste capítulo, especialmente o sujeito nulo controlado. A escolha por analisar especificamente construções de controle, em detrimento de outros tipos de oração infinitivas, deve-se à possibilidade de se fazer um estudo comparativo entre sujeito nulo nesses contextos e sujeito nulo controlado em orações finitas no PB. Como se viu na primeira parte deste capítulo, na tradição gerativista, o controle sempre esteve associado a contextos defectivos e à impossibilidade de realização lexical do sujeito, sendo esta última propriedade, segundo a maioria das análises, decorrente da primeira. Partindo-se do pressuposto de que sujeitos lexicais são marcados, como resultado da relação que estabelecem com o núcleo flexional da sentença, por Caso Nominativo, a distribuição complementar observada entre sujeito lexical e sujeito nulo nas orações infinitivas de controle é tomada como evidência de que o núcleo flexional das sentenças infinitivas (de controle) não é capaz de atribuir/chechar Caso (nominativo) de DPs, pressupostamente porque falta a essa categoria alguma propriedade presente nas orações finitas. Conforme mostrado na seção 1 deste capítulo, essa característica das orações infinitivas recebe diferentes tratamentos teóricos. Para Chomsky (1995), por exemplo, as infinitivas atribuem, em decorrência da defectividade, Caso Nulo (quando a oração é de controle) ou Caso nenhum (nas orações de alçamento, por exemplo). Hornstein (1999), por outro lado, propõe que se unifique o tratamento dado às orações infinitivas, alegando que a propriedade relevante dessas orações é não atribuir Caso. Note-se que ambos os autores consideram que o argumento nulo do predicado encaixado é realizado sintaticamente (por PRO ou *t*). Essas análises do controle, entretanto, enfrentam problemas em línguas que permitem a realização de DPs lexicais (nominativos) em contextos de controle ou que possuem marcas morfológicas de tempo e concordância no verbo, o que faz que se duvide da validade do pressuposto de que controle



está relacionado a defectividade. Entre as análises que pretendem explicar o fenômeno de uma forma mais ampla, que abarque essas línguas, inclui-se a de Landau (2004). O autor, porém, como os demais, também atribui o controle à defectividade, que para ele pode ser caracterizada ou em termos do traço [-T] ou em termos do traço [-Agr]. A proposta do autor, entretanto, não explica o controle em orações finitas no PB, além de atribuir o mesmo *status* a propriedades distintas uma da outra, que são tempo e concordância.

Adotando os pressupostos da teoria de M&S (2005, 2007, 2008), principalmente o de que a estrutura sintática é projetada a partir dos itens lexicais (hipótese lexicalista forte), a proposta apresentada neste capítulo para o sujeito nulo de orações infinitivas do PB baseia-se, principalmente, na análise dos elementos morfossintáticos que compõem essas orações. Dessa análise, é relevante para o tratamento do controle, em especial, a constatação de que a forma infinitiva, nas línguas românicas, é composta da base verbal e de morfema de modo (-r e variações, dependendo da língua), não possuindo (com exceção do português, que possui também infinitivo flexionado ou pessoal) morfemas de tempo nem de número e pessoa. Além disso, considera-se central na análise o fato de que a distribuição complementar entre sujeito lexical e sujeito nulo é restrita a um subgrupo de orações infinitivas. Com base na constatação de que sujeitos nominativos podem ser licenciados nas orações infinitivas, propõe-se que a análise dessas orações parta, não do subgrupo que apresenta distribuição complementar, como o faz a maior parte das análises, mas do grupo mais se assemelha às orações finitas. Isso permite supor que a estrutura das orações infinitivas e finitas se assemelha, pelo menos no que se refere ao licenciamento do sujeito lexical. Ao mesmo tempo a diferença entre ambas se deve ao fato de que o argumento EPP das orações infinitivas não é realizado no domínio de I (subordinado) e de que essas orações não podem ser caracterizadas por suas propriedades temporais, mas apenas pela propriedade *irrealis*, o que evidentemente tem consequências para

a ordem dos constituintes na sentença e para a interpretação do sujeito não realizado foneticamente. Note-se que, segundo essa proposta, orações infinitivas caracterizam-se por possuírem C marcado para *irrealis*, propriedade realizada por -r. Ressalte-se que isso é diverso de considerar que orações infinitivas possuem um traço [-tempo].

Em relação ao argumento EPP não realizado das orações infinitivas, a ideia é que sejam interpretados, na interface interpretativa, como uma variável, que, portanto, pode ser livre ou ligada, o que explica a interpretação ambígua tradicionalmente atribuída a esse argumento. O papel da sintaxe é, nesse caso, fornecer condições para uma ou outra interpretação. Essa hipótese se confirma se se considera que os casos em que o argumento é obrigatoriamente ligado ([+anafórico], nos termos da teoria da regência e ligação) decorrem da aplicação da reestruturação. Isso quer dizer que, se determinado fenômeno sintático se aplica, há consequências (restrições) para a interpretação do sujeito na interface. Se nenhum fenômeno especial é observado, o argumento nulo é interpretado como um elemento pronominal, que pode receber interpretação correferente com determinado argumento na oração matriz ou livre. Vale a pena dizer que esse sujeito se diferencia do sujeito realizado por afixos de concordância pelo fato de que esses afixos (com exceção da 3ª pessoa do PB (cf. capítulo 1)) possuem especificações como pessoa e número, o que lhes dá um caráter definido (específico). O argumento EPP das infinitivas, sendo um elemento- $\theta$ , deve ser correferente (com DP inserido na própria oração infinitiva ou na matriz) ou genérico (indefinido), pois não possui especificações que permitam a interpretação definida livre.

## Conclusões

O aspecto mais importante em relação ao controle observado no PB é a amplitude do fenômeno. A interpretação associada a PRO é encontrada, nessa língua, em praticamente todos os contextos de complementação oracional, entre os quais orações finitas indicativas e orações infinitivas (flexionadas e não flexionadas), foco deste trabalho. Essa amplitude deve ser tomada como evidência de que o controle não pode ser construído sobre bases estritamente sintáticas, uma ideia já apresentada em Chomsky (1981), para quem o fenômeno envolve aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Também conscientes da limitação de análises que evocam mecanismos/contextos sintáticos como determinantes para o controle, Culicover & Jackendoff (2003) reiteram que a semântica desempenha papel preponderante em sua determinação. A constatação de que a interpretação de controle (aquela associada a PRO) ocorre em contextos sintáticos os mais diversos coloca sérios obstáculos para teorias que associam sua ocorrência à defectividade de determinados contextos sintáticos, caso da ampla maioria dos estudos apresentados ao longo deste trabalho, o que lhes dá um caráter estipulativo além do que se pode considerar ideal quando se trata de ciência. Os dados do PB (associados aos dados de outras línguas), principalmente os relativos a controle em contexto finito, são emblemáticos no sentido de proporcionar que se questionem análises desse tipo.

A proposta delineada nesta tese insere-se em uma tradição de estudos articula diferentes níveis linguísticos na explicação do controle. É certo que considera relevante o papel da sintaxe (espera-se que esse aspecto tenha ficado claro ao longo da discussão apresentada ao longo do trabalho), assim como o dos itens lexicais a partir dos quais a estrutura sintática é projetada. O papel dos itens lexicais fica evidente na análise do controle

em orações finitas. Nesse contexto oracional, considera-se que o sujeito é realizado, no domínio I, pelo afixo verbal de número e pessoa, que é definido, se de 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup> pessoa, e indefinido se de 3<sup>a</sup> pessoa, o que explica por que o controle em orações finitas no PB ocorre apenas quando a marca de concordância no verbo é de 3<sup>a</sup> pessoa. Nesse caso, o sujeito indefinido é interpretado como uma variável, que pode ser livre (caso em que recebe uma interpretação genérica/arbitrária) ou ligada (caso em que recebe uma interpretação definida por meio da correferência com um argumento da oração matriz). Essa interpretação de variável é atribuída aos pronomes de 3<sup>a</sup> pessoa em geral (cf. Chierchia (1993), Heim & Kratzer (1998), entre outros). Evidentemente, como pronomes lexicais são elementos definidos a interpretação livre desses pronomes associa-se a um referente no discurso (feitas as ressalvas da discussão da não pessoa em Benveniste e que é retomada nesta tese). Vale a pena ressaltar que se faz desnecessário, nesse tipo de análise, alegar qualquer estatuto especial às orações finitas do PB, sendo a interpretação de controle, nesse contexto, derivada das especificações lexicais do morfema de 3<sup>a</sup> pessoa nessa língua. Essa análise permite unificar a explicação para a ocorrência da interpretação de controle em contextos encaixados, por um lado, e da obrigatoriedade de realização por um DP ou por um pronome do sujeito de 3<sup>a</sup> pessoa em orações matriz ou independente. Além da relevância atribuída aos itens lexicais, a análise reconhece o papel da sintaxe em contextos como o apresentado em (1) a seguir, em que um locativo presente na periferia esquerda da sentença força a leitura genérica para o sujeito da oração encaixada, assim como na determinação de que o antecedente do sujeito "nulo" de 3<sup>a</sup> pessoa ocupe uma posição na periferia esquerda da sentença matriz, como ilustra (2) (o papel da sintaxe é evidente ainda em contextos infinitivos).

(1) O João disse que na praia vende sorvete

(2) a. O Pedro<sub>i</sub> convenceu a Maria<sub>j</sub> de que ec<sub>i/\*j</sub> está doente

b. A Maria<sub>j</sub>, o Pedro<sub>i</sub> convenceu de que ec<sub>i/j</sub> está doente

A discussão a respeito das diferenças entre sujeito nulo de 3ª pessoa, por um lado, e de 1ª/2ª, por outro, realizada em termos das especificações indefinido e definido, remete à discussão do *status* da categoria de pessoa nas línguas. Segundo Benveniste, em análise clássica de meados do século passado, o termo pessoa só se refere adequadamente à 1ª e à 2ª pessoas, nas quais "há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa" (1995 : 250). Para o autor, a forma de 3ª pessoa, "[uma] forma excetuada da relação pela qual *eu* e *tu* se especificam", caracteriza-se mais adequadamente como a não pessoa. O PB possui, entre outras, uma das propriedades citadas pelo autor como evidência forte de que a 3ª pessoa é a não pessoa: o fato de se associar à expressão do impessoal. A cisão entre 1ª/2ª pessoa e 3ª pessoa, que caracteriza morfemas de concordância no PB, estende-se por outros contextos, como, por exemplo, a realização do objeto. É comum estudiosos da gramática do PB alegarem que essa língua sofreu um processo de mudança que resultou na perda dos clíticos (que realizam o objeto). O que nem sempre recebe tratamento teórico adequado, em relação a essa mudança, é o fato de que ela afeta/afetou apenas os clíticos de 3ª pessoa. Isso significa que os clíticos de 1ª e de 2ª são parte do conhecimento linguístico adquirido pelos falantes da língua, ou seja, *te* e *me* (e *nos*) são formas adquiridas e de uso bastante difundido. O objeto de 3ª pessoa, por outro lado, quando não realizado por um DP, é associado à forma (nominativa) *ele* ou ao objeto nulo, se complemento direto, e a um sintagma preposicionado do tipo preposição + pronome, se complemento indireto.

De volta à discussão do controle, como já se viu, essa interpretação, no PB, é

licenciada também em contextos infinitivos, os quais, obviamente, se mostram peculiares quando comparados a contextos finitos, o que implica uma análise distinta daquela proposta para o controle em orações finitas. Em primeiro lugar, enquanto o controle em orações finitas é associado às especificações do morfema de 3ª pessoa, nas orações infinitivas o que se observa é que o argumento EPP do verbo não é realizado (no domínio I). Apesar dessa diferença, a condição para que se obtenha a leitura de variável é também satisfeita nesses contextos, já que não há sujeito definido inserido nesse domínio. Como não há evidência de realização do sujeito em I, a proposta formulada neste trabalho consiste em considerar que o argumento EPP do verbo infinitivo é uma posição- $\theta$  não saturada que recebe interpretação na interface interpretativa. De maneira interessante, assim como nas orações finitas, nas orações infinitivas esse argumento pode ser interpretado por meio da formação de uma cadeia entre a posição- $\theta$  e um sujeito inserido em (cf. (3a)) ou, na ausência de um DP no domínio C encaixado, pode tomar um argumento da matriz como seu antecedente (cf. (3b)) ou, ainda, receber uma interpretação arbitrária (cf. (3c)). Essas propriedades, como ressaltado anteriormente, são propriedades associadas a variáveis (livres).

- (3) a. O João lamenta o Pedro ter machucado o gato da vizinha
- b. O João lamenta ter machucado o gato da vizinha
- c. O João lamenta vender drogas na vizinhança

Também em contexto infinitivo, o que se nota, portanto, é que a interpretação de controle está relacionada ao léxico a partir do qual a estrutura sintática é projetada. Nesse caso, entretanto, essa interpretação deriva da ausência de item lexical que realiza o EPP na oração encaixada.

Diferentemente das orações finitas, as orações infinitivas trazem um outro aspecto a ser explicado no contexto da discussão acerca do controle: a distribuição complementar entre sujeito lexical e sujeito nulo associada à obrigatoriedade de que o sujeito nulo receba uma interpretação ligada (note que no exemplo (4) um sujeito lexical (disjunto) é proibido na oração subordinada, assim como a leitura arbitrária do argumento externo do verbo *estudar*). Nesse contexto, a sintaxe desempenha papel preponderante, já que ambas as características decorrem da aplicação da reestruturação, responsável por tornar indisponível a posição de sujeito da oração encaixada e, devido à união entre os eventos da matriz e da encaixada, permite apenas um sujeito na oração complexa. Evidência para a aplicação da reestruturação é o fato de o tempo, nessas orações, ser um tempo único.

#### (4) O João tentou estudar em Paris

Definitivamente, um aspecto que deve ser explicado, em relação ao português, é a distribuição dos dois tipos de infinitivos da língua (flexionado e não flexionado) e sua relação com o controle. De maneira geral, do presente trabalho a conclusão a que se chega a esse respeito é uma conclusão descritiva. Os dados apontam claramente para um valor obviativo do infinitivo flexionado, por um lado, que é licenciado se não há correferência entre o argumento externo do verbo infinitivo e o *sujeito* da oração matriz; por outro lado, apontam para um valor proximativo do infinitivo não flexionado, sendo o seu emprego preferencial (e às vezes obrigatório, como nas infinitivas de reestruturação) no caso de correferência entre sujeitos.

## Referências bibliográficas

- ALEXIADOU, A. & ANAGNOSTOPOULOU, E. (1998) "Parametrizing AGR: word order, V-movement and EPP-checking". In: *Natural Language and Linguistic Theory*, vol. 16, pág. 491-539.
- AMBAR, M. (1992) *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Lisboa: Colibri.
- AMBAR, M. (2000). "Infinitives versus participle" In: COSTA, J. (org) *Portuguese Syntax*, Nova Iorque: Oxford University Press.
- BECHARA, E. (2003). *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BENVENISTE, E. (1995) *Problemas de linguística geral I*. 4ª ed., Campinas: Pontes.
- BERLINCK, R. (2000) "Brazilian Portuguese VS order: a diachronic analysis". In: Kato, Mary & Esmeralda Negrão (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt, Vervuert.
- BISPO, K. (2004) *A sintaxe do objeto indireto no português*. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- BISPO, K. & SALLES, H. (2005) "Estudo comparativo do dativo no português brasileiro e em línguas românicas e germânicas". In: *Estudos Linguísticos*, vol. 34, pág. 1343-1348.
- BOECKX, C. & HORNSTEIN, N. (2006) "The virtues of control as movement" In: *Syntax*, vol. 9, pág. 118-130.
- BONET, E. (1993) "3rd person pronominal clitics in dialects of Catalan" In: *Catalan Working Papers in Linguistics*, vol. 3.1, pág. 85-111.



- BONET, E. (1993) "The where and how of clitic order" *In: Revue québécoise de linguistique*, vol. 24, pág. 61-81.
- BOŠKOVIĆ, Ž. (1997) *The syntax of nonfinite complementation: an economy approach*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- BURZIO, L. (1992) "On the morphology of reflexives and impersonals" *In: LAEUFER, C. & MORGAN, T (org.) Theoretical analyses in romance linguistics*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.
- BUTLER, J. (2004) "On having arguments and agreeing: semantic EPP" *In: York Paper in Linguistics Series*, vol. 2, pág. 1-27.
- CAMPOS, H. (1986) "Indefinite object drop" *In: Linguistic Inquiry*, vol. 17, pág. 354-359.
- CERQUEIRA, V. (1993) "A forma genitiva 'dele' e a categoria de concordância (Agr) no português brasileiro" *In: Roberts, I. & Kato, M. (org.) Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp.
- CHIERCHIA, G. (1989) "Anaphora and attitudes *de se*". *In: R. Bartsch, J van Benthem and P. van Emde Boas (eds.), Semantics and Contextual Expression*. Dordrecht, Foris Publications.
- CHIERCHIA, G. (2003) *Semântica*. Campinas: Ed. Unicamp; Londrina Eduel.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris Publications.
- CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of language: the nature, origin, and use*. Nova Iorque: Praeger.
- CHOMSKY, N. (1995) *The minimalis program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- CHOMSKY, N. (2008) "On phases". *In: Freindin, R., Otero, C.P., Zubizarreta, M.L. Foundational issues in linguistic theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- COMRIE, B. (1985) *Tense*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- CULICOVER, P. & JACKENDOFF, R. (2003). "The semantic basis of control in English".

*In: Language*, vol. 79, pág 517-556.

CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985) *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CYRINO, S. (1993) "Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos" *In: Roberts, I. & Kato, M. (org.) Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp.

CYRINO, S. (1997) *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Ed. da UEL.

CYRINO, S. (2000) "O objeto direto nulo no português brasileiro" *In: Eberhard Gärtner, Crhistine Hundte, Axel Schönberger (org.) Estudos de gramática portuguesa*, vol III Frankfurt am Main, TFM, pág. 61-73.

DANTAS, M. (2007) *A configuração do dativo de terceira pessoa no português do Brasil e no português europeu com enfoque na fala do fortalezense culto*. Dissertação de mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo.

DUARTE, M. E. (2000) "The loss of the 'avoid pronoun' principle in Brazilian Portuguese". *In: Kato, Mary & Esmeralda Negrão (eds.) Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt, Vervuert.

ENÇ, M. (1991) "On the absence of the present tense morpheme in English". Manuscrito, Universidade de Wisconsin, Madison.

FIGUEIREDO-SILVA, M. C. (1996) *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp.

GALVES, C. (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. Unicamp.

GONÇALVES, A. (2001) "Defectividade funcional e predicados complexos em estruturas de controlo em português" *In: Razões e emoções: miscelânea de estudos oferecida a Maria*

*Helena Mira Mateus. FLUL.*

- GUESSER, S. (2007) "Il soggetto nullo incassato del portoghese brasiliano" *In: Rivista di Grammatica Generativa*, vol. 32, pág. 65-89.
- HOLMBERG, A. (2005) "Is there a little pro? Evidence from Finnish." *In: Linguistic Inquiry*, vol. 36, pág. 533-564.
- HORNSTEIN, N. (1999) "Movement and control". *In: Linguistic Inquiry*, vol. 30, pág. 69-96.
- HUANG, C-T J. (1984) "On the distribution and reference of empty pronouns". *In: Linguistic Inquiry*, vol. 15, pág. 31-574.
- HUANG, C-T J. (1989). "Pro-drop in Chinese: a generalized control theory". *In: Jaeggli, Osvaldo & Kenneth J. Safir (eds.), The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- KATO et al. (1996) "Padrões de predicação no português falado no Brasil" *In: Kato, M. (org.) Gramática do português falado*. vol. 5, Campinas: Ed. Unicamp, São Paulo: FAPESP.
- KATO, M. (1999) "Strong and weak pronominals in the null subject parameter". *In: Probus*, vol. 11, pág. 1-37.
- KATO, M. (2000) "The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese". *In: Kato, Mary & Esmeralda Negrão (eds.) Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt, Vervuert.
- HEIM, I. & KRATZER, A. (1998) *Semantics in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell
- LANDAU, I. (2001) *Elements of Control*. Dordrecht: Kluwer.
- LANDAU, I. (2004) "The scale of finiteness and the calculus of control" *In: Natural Language and Linguistic Theory*, pág. 811-877.
- LANDAU, I. (2006) "Severing the distribution of PRO from Case". *In: Syntax*, vol. 9, pág. 153-170.

- LEMLE, M. (1984) *Análise Sintática*. São Paulo, Ática.
- LYONS, J. (1970) *Linguistique générale*. Paris: Librairie Larousse.
- MADEIRA, A. M. (1995) *Topics in Portuguese syntax: the licensing of T and D*. Tese de Doutorado, University College London.
- MANZINI, M-R. (1983) "On control and control theory". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 14, pág. 421-446.
- MANZINI, M-R. (1986) "On Italian si". In: BORER, H. *Syntax and Semantics: the syntax of pronominal clitics*, vol. 19, Academic Press.
- MANZINI, M-R (2009) "PRO, pro and NP-trace (raising) are interpretations. In: Grohmann, K. *Explorations of phase theory (2): features and arguments*. Berlim: Mouton De Gruyter.
- MANZINI, M-R. & SAVOIA, L. (1997) "Null subjects without *pro*" In: *UCL Working Papers in Linguistics*.
- MANZINI, M-R. & SAVOIA, L. (2002b) "Clitics: lexicalization patterns of the so-called 3rd person dative" In: *Catalan Journal of Linguistics*.
- MANZINI, M-R. & SAVOIA, L. (2005) *I dialetti italiani e romanci. Morfosintassi generativa*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.
- MANZINI, M-R. & SAVOIA, L. (2007) *A unification of morphology and syntax*. Londres: Routledge.
- MANZINI, M-R. & SAVOIA, L. (2008) *Work notes on Romance morphosyntax*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.
- MANZINI, M-R. & SAVOIA, L. (2009) "Mesoclisism in the imperative: phonology, morphology or syntax?" In: *Studies in Linguistics*, vol. 3, pág. 51-76.
- MANZINI, M-R. & ROUSSOU, A. (2000) "A minimalist theory of A-movement and control"

*In: Lingua*, vol. 110, pág. 409-447

- MARANTZ, A. (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- MARTIN, R. (2001) "Null case and the distribution of PRO". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 32.
- MATTOSO CÂMARA, J. (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- MENSCHING, G. (2000) *Infinitive constructions with specified subjects*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- MILLER, G. (2002) *Nonfinite structures in theory and change*. Oxford: Oxford University Press.
- MODESTO, M. (2000) "Null subjects without "rich" agreement". In: Kato, Mary & Esmeralda Negrão (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt, Vervuert.
- MODESTO, M. (2004) "Sujeitos nulos em línguas de tópico proeminente". In: *Revista da ABRALIN*, vol. 3, pág. 119-145.
- MODESTO, M. (2007) "Null subjects in Brazilian Portuguese and Finnish: they are not derived by movement" In: Davies, W. & Dubinsky, S. (org.). *New horizons in the analysis of Control and Raising*. Dordrecht: Springer.
- MODESTO, M. (2010) "What Brazilian Portuguese says about control: remarks on Boeckx and Hornstein" In: *Syntax*, vol. 13, pág. 78-96.
- MORAES, E. (1971) *O Infinitivo Flexionado em Português: uma análise transformacional*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NEGRÃO, E. (1986) *Anaphora in Brazilian Portuguese complement structures*. Tese de Doutorado. Universidade de Wisconsin-Madison.
- NUNES, J. (1993) "Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de

- objeto em português brasileiro" In: Roberts, I. & Kato, M. (org.) *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp.
- OMENA, N. (1978) *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC.
- PERINI, M. (1977) *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis: Vozes.
- PILATI, E. (2006) *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. Tese de Doutorado. Brasília, Universidade de Brasília.
- PIRES, A. (2001) *The Syntax of Gerunds and Infinitives: subjects, case and control*. Tese de Doutorado. Maryland College Park, Universidade de Maryland.
- RABELO, P. (2004) *Sobre o controle no infinitivo flexionado do português*. Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília.
- RABELO, P. (2005) "Verbos aspectuais seriam de alçamento?". Comunicação, 58º Seminário do GEL.
- RABELO, P. (2008) "Orações infinitivas (não-)flexionadas e a interpretação de modo (ir)realis". Pôster, ENANPOLL.
- RAPOSO, E. (1986) "On the null object in European Portuguese" In: JAEGLI, O. & SILVA-CORVALAN, C. (ed.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris Publications
- RAPOSO, E. (1987) "Case theory and Infl-to-Comp". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 18, pág. 85-109.
- RAPOSO, E. (1989) "Propositional infinitival constructions in European Portuguese." In: Jaeggli, Osvaldo & Kenneth J. Safir (eds.), *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian syntax*. Dordrecht: Foris Publications.
- RIZZI, L. (1986) "Null objects in Italian and the theory of *pro*". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 17, pág. 501-557.

- ROBERTS, I. (2007) *Diachronic Syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- ROCHETTE, A. (1988) *Semantic and syntactic aspects of romance sentential complements*. MIT Working Papers in Linguistics.
- ROCHETTE, A. (1990) "On the restructuring classes of verbs in Romance". In: Di Sciullo A-M. & Rochette A. *Binding in Romance* (ed.). Ottawa: The Canadian Linguistic Association.
- RODRIGUES, C. (2004a) *Impoverished morphology and A-movement out of case domains*. Tese de doutorado. Universidade de Maryland, College Park.
- RODRIGUES, C. (2005) "Brazilian Portuguese and Finnish referential null subjects" In: Revista da ABRALIN, vol. 3, pág. 73-118.
- RODRIGUES, P. (2006) *Les compléments infinitifs et gerondifs des verbes de perception en portugais brésilien*. Tese de Doutorado, Universidade de Québec, Montreal.
- ROORYCK, J. (2000) "Control". In: *Configurations of sentential complements: perspectives from Romance language*. London: Routledge.
- ROUSSOU, A. (2009) "In the mood for control". In: *Lingua*, 10.1016/j.lingua.2008.11.010.
- RUWET, N. (1991) "Je veux partir/\*Je veux que je parte: on the distribution of finite complements and infinitival complements in French" In: *Syntax and human experience*. Chicago, Londres: The University of Chicago Press.
- SANDOVAL, A. (2004) *Estruturas de alçamento do sujeito no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília.
- SALLES, H. (2007) "Complementação oracional na diacronia do português" In: Castilho, A. et al. (org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes.
- SALLES, H. (2007) "Estabilidade na variação da flexão do infinitivo em português:

propriedades das construções e implicações teóricas". In: *Revista do GELNE*, vol. 2, pág. 17-40.

SALLES, H. (2009) "Para/For-infinitives in Brazilian Portuguese and English: similarities and contrasts in the grammatical encoding of modality". In: A. Tsangalidis & R. Facchinetti (org) *Studies on English Modality: in honour of Frank Palmer*. Bern: Peter Lang, pág. 157-180.

SIGURDSSON, H. (2007) "The case of PRO". Manuscrito, Lund University.

STOWELL, T. (1982) "The tense of infinitives". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 13, pág. 561-570.

TERZI, A. (1997) "PRO and null Case in finite clauses". In: *The Linguistic Review*, vol. 14, pág. 335-360.

TORRES MORAIS, M. A. & BERLINCK, R. (2007) "Eu disse pra ele ou disse-lhe a ele: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português". In: Castilho, Torres Morais, Lopes & Cyrino (org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes.

TORRES MORAIS, M. A. (2004) "A preposição e a caracterização do objeto indireto no PB: aspecto sincrônicos e diacrônicos." In: *Anais do II Congresso Nacional do GELCO*, Universidade Federal de Goiás.

WILLIAMS, E. (1980) "Predication". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 11, pág. 203-238.

WURMBRAND, S. (1999) "Modal verbs must be raising verbs" In: *Proceedings of the 18<sup>th</sup> West Coast Conference on Formal Linguistics (WCCFL 18)*.

WURMBRAND, S. (2001) *Infinitives: restructuring and clause structure*. Berlin: Mouton de Gruyter.

WURMBRAND, S. (2007) "Infinitives are tenseless" In: *U. Penn Working Papers in Linguistics*, vol. 13.1.